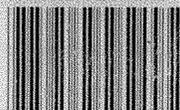


COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

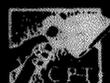


\*CF0009\*

CAMPO BRASIL '92

CONFLITOS NO

LUTA E SONHO NA TERRA



COMISSÃO  
PASTORAL  
DA TERRA



Edições Loyola

# DEDICATÓRIA



Ricardo Funari — Imagens da Terra

*Pais da criança morta por envenenamento do rio —  
Comunidade do Enchu — Rio das Rãs — Bom Jesus da Lapa — BA — 11/92*

*À Comunidade Negra de Rio das Rãs, Quilombo de 150 anos,  
Resistindo à grilagem desde 1977,  
Dedicamos nosso esforço em documentar a luta e o sonho dos trabalhadores.*

## **CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 1992**

É uma responsabilidade do Secretariado Nacional da CPT

Setor de Documentação.  
Rua 19, No. 35 — Centro  
Caixa Postal 749  
74001-970 GOIÂNIA — GO — Brasil  
Telefone (062) 224 4436  
Telefax (062) 225 4967

A CPT é membro da PAX CHRISTI INTERNACIONAL e da RIGHT LIVELIHOOD FOUNDATION, que lhe atribuiu o Prêmio Nobel Alternativo em 1991.

Goiânia, março de 1993

**Adquira nas Edições Loyola, no Secretariado Nacional ou nos Regionais da CPT**

### **CADERNOS DE ESTUDO CPT**

1. CPT e a Construção da Democracia no Brasil
2. Compromisso Eclesial e Político da CPT
3. Luta pela Terra — Caminho de Fé
4. Sonhos e Desejos dos Lavradores — Desafios da CPT
5. Justiça Social e Preservação Ambiental — Desafios da luta pela vida
6. Inserção e prática pastoral das Igrejas nas ocupações, acampamentos e assentamentos

**Assine o boletim da CPT**

Com edições mensais, incluindo análises de conjuntura.

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é um organismo ligado à Linha 6 — Pastoral Social — da CNBB. Tem como objetivos:

- I. Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral de nossas Igrejas aos pobres da terra, para que a possuam em paz e com seus frutos.
- II. Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos socialmente excluídos e o reconhecimento do seu direito à diferença.
- III. Acolher o grito novo de esperança do povo e celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida.

## **EXPEDIENTE**

### **Conselho Editorial:**

Inez Ethne Gontijo Neiva  
José do Carmo Alves Siqueira  
Manuel Jerônimo Nunes  
Maria José Souza Moraes

### **Coordenação desta publicação:**

Maria Cristina Vannucchi Leme  
Sérgio Sauer

### **Setor de Documentação:**

José do Carmo Alves Siqueira  
Maria Cristina Vannucchi Leme  
Maria da Glória Gonçalves Dias

### **Setor de Informática:**

Franciney Carreiro de França  
Lucia Agostini (MLAL)

### **Revisão:**

Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra)  
e Conselho Editorial

### **Capa:**

Marcelo Pereira da Silva  
(Oficina de Comunicação)

# APRESENTAÇÃO

Mantendo uma prática de muitos anos, a Comissão Pastoral da Terra está novamente publicando o seu relatório anual dos conflitos no campo.

Este trabalho de coletar, organizar e arquivar os dados; elaborar os textos, tabelas, gráficos, é um mutirão que envolve o conjunto da CPT. Certamente, este relatório não seria possível sem a contribuição decisiva das equipes regionais da CPT. No apoio, incentivo e ânimo cotidiano à luta das camponesas e camponeses, estas equipes coletam material, que se torna fonte de trabalho e dados do Setor de Documentação do Secretariado Nacional da CPT.

Os textos de análise também são elaborados neste espírito de colaboração e diálogo. A equipe de assessoria da CPT recebe, ainda, contribuições do pessoal interno e de outras pessoas, comprometidas com a luta das trabalhadoras e trabalhadores rurais, aprofundando o espírito de mutirão.

O relatório anual dos conflitos no campo é, portanto, um dos frutos deste grande mutirão que move a Pastoral da Terra na solidariedade com as lutas e sonhos dos deserdados da terra.

A alegria do trabalho conjunto, porém, desnuda a miséria do povo sofrido. 1992 foi novamente um ano de injustiças e violências praticadas contra as lavradoras e lavradores. A prática criminosa do trabalho escravo, por exemplo, atingiu milhares de pessoas, inclusive mulheres e crianças, sem que os responsáveis fossem punidos.

Mais uma vez constatamos que o Estado brasileiro é um dos principais culpados por esta realidade de violência. Os dados do Setor de Documentação, inclusive, nos permitem concluir que o Estado não é apenas omissor ou conivente, mas agente ativo da violência no campo. São muitos os casos em que o Estado e seus organismos agiram ombro a ombro com os pistoleiros, defendendo os interesses privados do latifúndio contra os direitos humanos.

O quadro dramático de miséria, fome, injustiça, impunidade e violência provoca em nós dor e indignação, mas não passividade. É na coragem e na resistência do povo que luta por seus direitos, que encontramos sinais da vida plena, desejada por Cristo.

Diante da realidade dramática de injustiças e impunidade, nos solidarizamos com os pobres da terra. A fé em Cristo e o desejo de ver sinais do Reino de justiça, nos impulsionam e nos comprometem com a luta de libertação. A resistência e a coragem do povo que luta por terra, liberdade e dignidade, fortalecem a nossa fé no Evangelho libertador e alimentam nossa esperança de um novo céu e uma nova terra.

Esperamos que a sociedade, a imprensa, os partidos, as entidades de trabalhadores encontrem nestas páginas material para refletir e motivos para se solidarizar com as lutas e sonhos de todas aquelas pessoas que, por fé, teimosia e coragem, resistem e, esperando dias melhores, aram a terra.

D. Augusto Alves da Rocha  
Presidente da CPT Nacional.

# ÍNDICE

<b>I. O CAMPO BRASILEIRO EM 1992</b>		3. Conclusão .....	47
1. O Conflito pela Terra .....	6	Migrações no Brasil .....	47
2. A Luta pela Vida e pelo Direito de Ser Cidadão .....	8	Conclusão .....	50
3. A Infâmia da Escravidão .....	9	<b>V. ECOLOGIA: LUTA PELA CIDADANIA E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL</b>	
4. A Luta pela Terra e a Construção da Cidadania .....	10	1. A ECO-92 e Fórum Global: o Mundo e a Ecologia .....	52
<b>II. PROPRIEDADE DA TERRA: UMA HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA</b>		2. Políticas Governamentais e Ecologia .....	53
1. Luta pela Terra é Luta pela Cidadania .....	12	3. Iniciativas Populares e a Participação da Sociedade Civil .....	58
2. Viver na Terra: a Teimosia do Povo .....	19	Conclusão .....	63
<b>III. A REFORMA AGRÁRIA E O ESTADO: OMISSÃO E CONVIVÊNCIA</b>		Os Direitos dos Povos Indígenas Devem Ser Respeitados .....	64
1. O Judiciário: seu Papel, Responsabilidades e Ações .....	31	<b>VI. SOLIDARIEDADE À LUTA PELA TERRA</b>	
2. A Polícia Militar e a Luta pela Terra .....	33	1. Lavradores Solidários — Raízes da Luta .....	68
3. CPI da Violência no Campo: um Relato da Violência Praticada pelo Estado contra os Empobrecidos no Meio Rural .....	35	2. Quinze Anos de Romarias da Terra .....	70
4. O Governo Federal e a Questão da Terra .....	36	3. As Igrejas e os Dramas da Humanidade .....	71
Conclusão .....	38	4. Igrejas dos Sofredores .....	71
<b>IV. TRABALHO NO CAMPO: LUTA PELA LIBERDADE E DIGNIDADE</b>		5. Solidariedade Urbana às Lutas Camponesas .....	72
1. O Trabalho Escravo no Brasil .....	40	6. Solidariedade Internacional .....	73
2. O Trabalho Assalariado .....	45	Conclusão .....	75
		Fontes de Pesquisa .....	91
		Siglas .....	93
		CPT no Brasil .....	94
		Comissão Pastoral da Terra .....	95

## ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

### TABELAS

1. Conflitos no Campo — Quadro Comparativo (1989-1992) .....	75	2. Violência Contra a Pessoa — Quadro Comparativo (1989-1992) .....	6
2. Conflitos no Campo 1992 — Violência Contra a Pessoa .....	76	3. Conflitos Pela Terra — Comparativo por Região (1989-1992) .....	7
3. Conflitos Pela Terra 1992 — Violência Contra a Posse e Propriedade .....	77	4. Ocupações de Terra em 1992 — Por Região .....	8
4. Trabalho Escravo em 1992 .....	78	5. Ocupações de Terra — Quadro Comparativo (1989-1992) .....	8
5. Ocupações de Terra em 1992 .....	78	6. Trabalho Escravo 1992 — Por Região .....	9
6. Assassinatos no Campo em 1992 .....	80	7. Trabalho Escravo — Quadro Comparativo (1989-1992) .....	10
7. Tentativas de Assassinatos em 1992 .....	82	8. Conflitos Pela Terra — Assassinatos de 1989 a 1992 — Comparativo e Por Região .....	18
8. Ameaçados de Morte em 1992 .....	84	9. Brasil: Concentração Fundiária — Censo Agropecuário do IBGE (1985) .....	30
9. Mortes por Acidentes em 1992 .....	89	10. Trabalho Escravo — Pessoas Escravizadas (1989-1992) .....	40
10. Mortes de Bóias-frias em 1992 .....	89	11. Trabalho Escravo — Quadro comparativo (1989-1992) .....	41
11. Índios Assassinados em 1992 .....	90		

### GRÁFICOS

1. Conflitos no Campo — Assassinatos de 1989 a 1992 — Comparativo e Por Região .....	6
--	---



# O CAMPO BRASILEIRO EM 1992



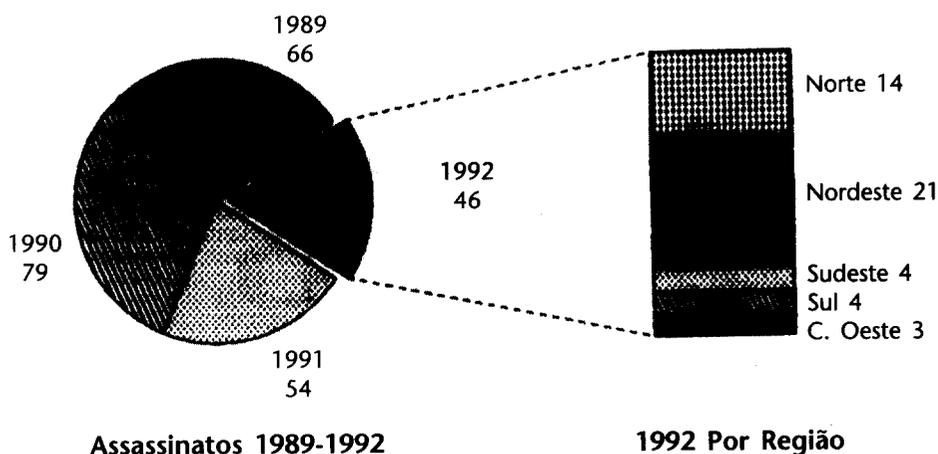
J.R. Ripper — Imagens da Terra

*Colonos — Transamazônica*

A pesquisa realizada, em 92, pelo Setor de Documentação do Secretariado Nacional da CPT desnuda um quadro dramático no campo brasileiro. A violência e a impunidade "campeiam" pelo País, deixando atrás de si um rastro de injustiça e dor.

As lavradoras e lavradores, vítimas da violência causada pela concentração da propriedade da terra, resistem e criam alternativas de vida. Diante da violência, da morte, reafirmam sua disposição de ser cidadãos e cidadãs livres, apontando caminhos para a construção de uma sociedade realmente democrática no País.

## CONFLITOS NO CAMPO Assassinatos de 1989 a 1992



Fonte: Setor de Doc. da CPT Nacional

### 1. O CONFLITO PELA TERRA

Os números da violência em 1992, contra as trabalhadoras e trabalhadores rurais, continuam alarmantes. Em relação aos anos anteriores, o número de pessoas assassinadas no campo, graças a Deus, foi menor. Registramos 46

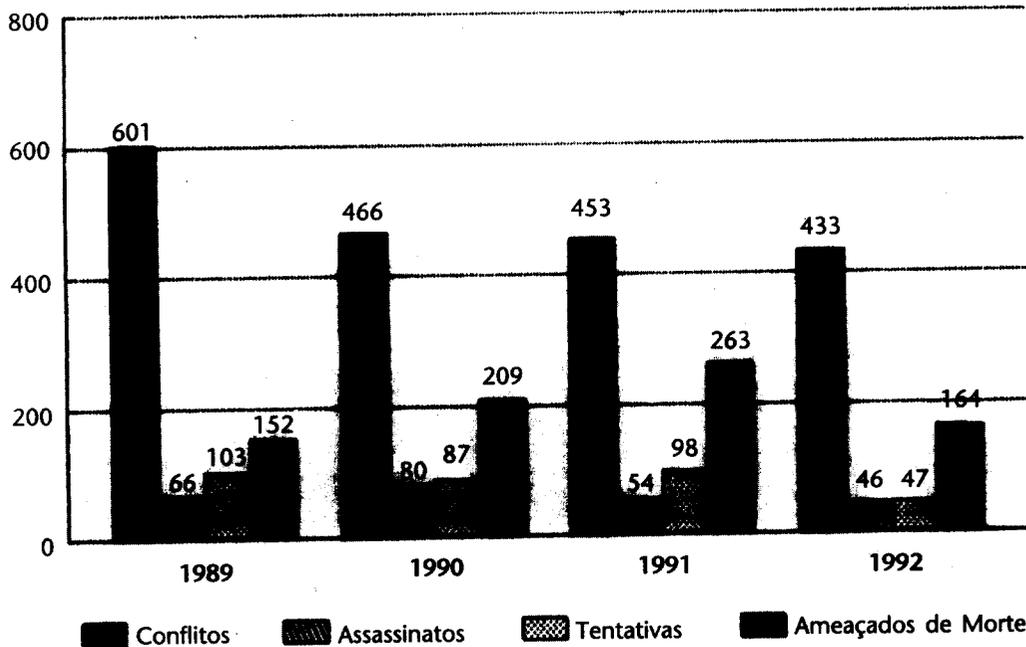
assassinatos nas diversas regiões do País, sendo que, destes, 35 foram em conflitos pela terra.

A redução do número de assassinatos (ver gráfico abaixo) não pode ser tomada isoladamente no quadro da violência no campo. Ao mesmo tempo que diminuíram os assassinatos, aumentou o número de famílias expulsas e despejadas da terra, e das vítimas de terrorismo (prática de intimidação

através de disparos de armas, detonações de explosivos contra casas, acampamentos e reuniões de trabalhadores). O elemento mais grave desta conjuntura é a total impunidade dos crimes cometidos. A poderosa classe latifundiária beneficia-se do apoio total e incondicional do Estado, através de seu aparato de "segurança" e de "justiça".

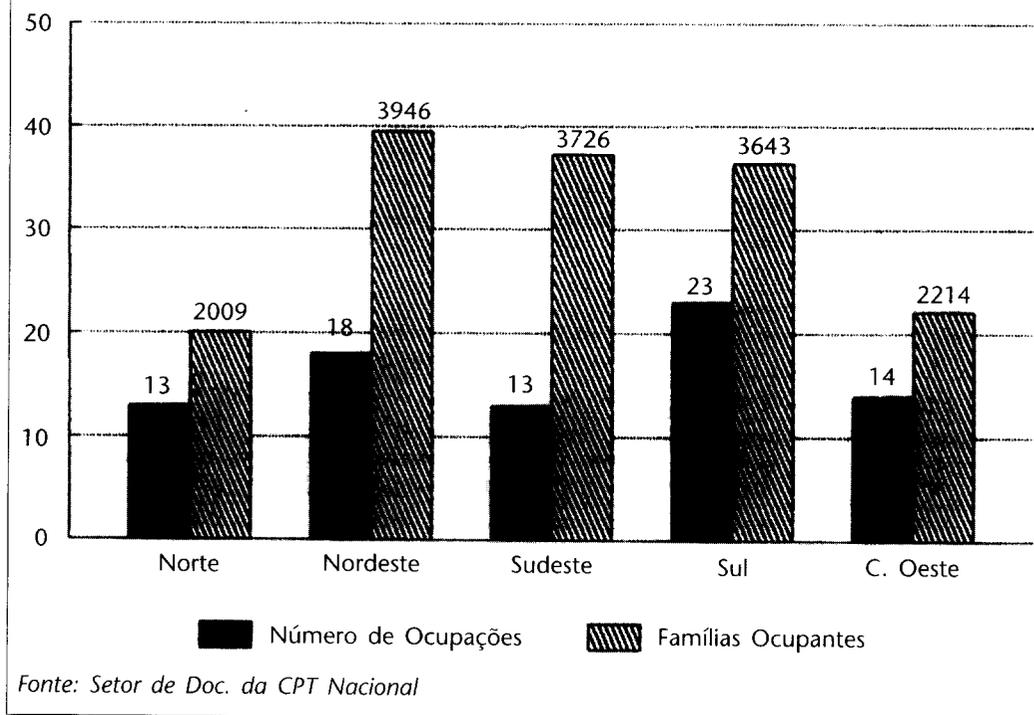
De acordo com os dados do Setor de Documentação, o aparato policial (Polícias Militar, Civil, Federal) foi acionado 130 vezes no ano de 92, para despejar ou expulsar os lavradores de suas terras. Na esmagadora maioria dos casos, esta mobilização resultou na prática de atos violentos contra as famí-

## VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA Quadro Comparativo (1989-1992)



Fonte: Setor de Doc. da CPT Nacional

## OCUPAÇÕES DE TERRA EM 1992 Por Região



pecial das trabalhadoras e trabalhadores do campo, como uma reforma social capaz de produzir vida. Diante da omissão do Estado em resolver os graves problemas sociais que afligem a grande maioria da população e a convivência e defesa dos interesses do latifúndio, os camponeses respondem ocupando terras. Segundo documentação da CPT (gráfico abaixo), houve ocupações de 81 imóveis, envolvendo 15.538 famílias sem-terra, no ano passado, de Norte a Sul do Brasil.

Diante da violência da realidade fundiária brasileira não existem outras alternativas. A omissão do Estado, a inoperância dos órgãos responsáveis e a violência rural têm forçado as camponesas e camponeses a ocupar terras. Uma ação concreta na busca de sobrevivência e autodeterminação.

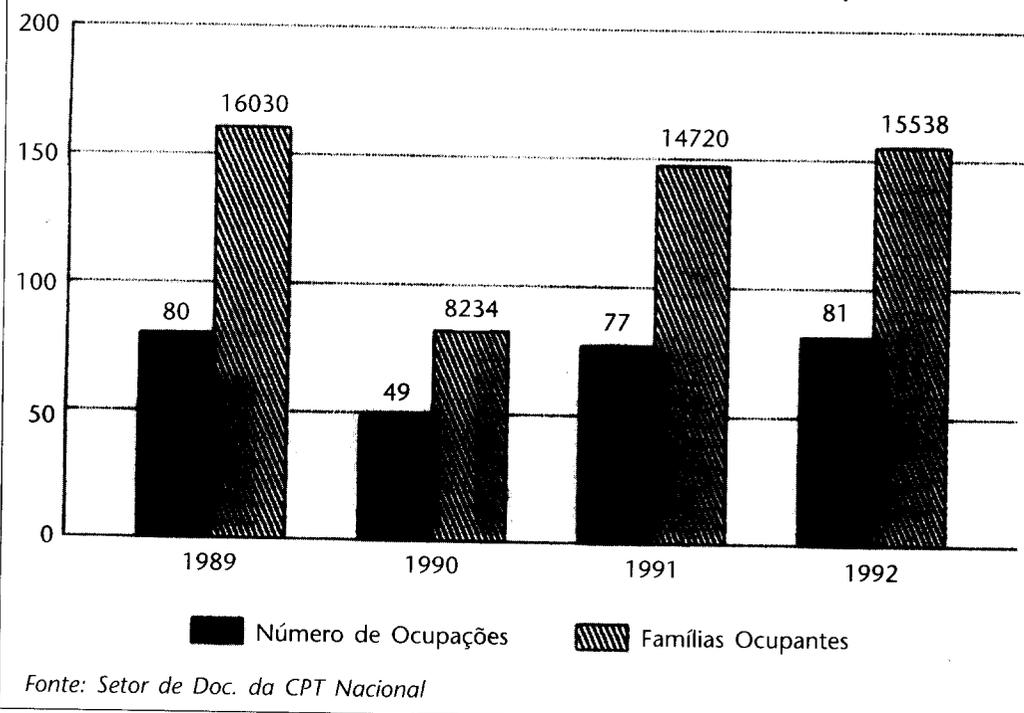
os dias, choca-se com os interesses dos proprietários de terras, interessados em produzir apenas para exportação.

Os números de conflitos, assassinatos, pessoas privadas de seus direitos e a extensão das áreas em litígio, revelam apenas uma pequena fração do que é o conflito agrário brasileiro. Estes dados são a materialização das lutas ocorridas entre as forças sociais favoráveis à manutenção e ao aprofundamento do monopólio capitalista da terra e as que lutam pela sua democratização, em favor da maioria.

## 2. A LUTA PELA VIDA E PELO DIREITO DE SER CIDADÃO

A realização da Reforma Agrária no Brasil é uma reivindicação antiga da sociedade brasileira, em es-

## OCUPAÇÕES DE TERRA Quadro Comparativo (1989-1992)



lias trabalhadoras e, em 17 intervenções, as ações foram em conjunto com pistoleiros e fazendeiros.

Com esta prática, o Estado brasileiro é culpado, não só por omissão e conivência, mas por participar ativamente da violência no campo.

A violência materializa-se em formas diferenciadas de negação dos direitos humanos fundamentais. O gráfico comparativo na página anterior explicita o número de assassinatos, tentativas de assassinatos e ameaças de morte contra lavradores e lideranças rurais. Como podemos perceber, nos últimos anos mantém-se a dinâmica da violência no campo brasileiro. A leve queda nos números em 1992 possui uma razão muito particular, intimamente ligada ao poder oligárquico local: a realização das eleições municipais. De acordo com os registros do Setor de Documentação (ver, por exemplo, lista de assassinados em 1992), houve um alto índice de ocorrências de violações dos direitos humanos (mortes, ameaças, expulsões, práticas terroristas, escravidão) após a realização do pleito de 3 de outubro.

Outro dado importante na avaliação das reais condições a que estão submetidas as pessoas que procuram se manter no campo, são os números totais de áreas em conflito. O leve declínio demonstra que, praticamente, não houve alteração do quadro agrário nos últimos três anos (gráfico abaixo). As 361 áreas de conflito pela terra em 1992 envolveram 154.223 pessoas e 5.692.211 hectares. É importante observar que estes números não incluem (diferentemente dos anos anteriores) as disputas em torno das áreas indígenas.

Publicamos, neste ano, um relato do CIMI sobre assassinatos, suicídios, doenças e violências contra os povos indígenas. Quase todos esses problemas estão ligados à invasão dos territórios indígenas e à destruição de suas culturas. A Constituição marcou um prazo para a demarcação de todos os territórios indígenas: outubro de 1993. Falta demarcar 257 áreas. Isso coloca o Brasil em vergonhosa situação na comunidade internacional, neste Ano dos Povos Indígenas.

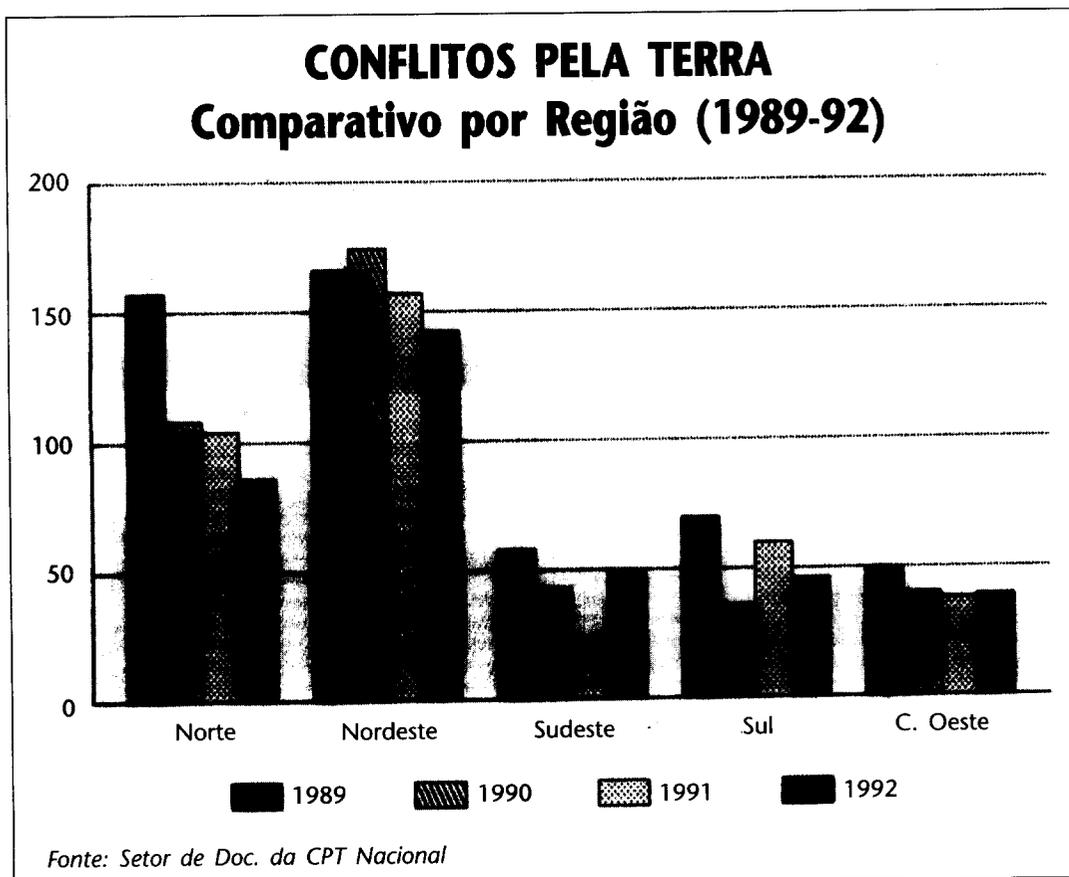
O Setor de Documentação do Secreta-

riado Nacional da CPT sempre incluiu em suas listas os índios assassinados, por questões de terra, com o número de pessoas e hectares relacionados. Neste ano esses dados foram retirados. Publicamos a nota do CIMI que mostra melhor a complexidade da questão indígena e os desafios que ela apresenta para a nação.

Os conflitos relacionados à posse da terra continuam e crescem como um tumor, em consequência da manutenção e do aumento da concentração da propriedade da terra, da renda e do poder nas mãos de uma minoria numericamente insignificante. Esta concentração significa a exclusão de milhões de brasileiros dos direitos fundamentais de vida e cidadania.

A inoperância do governo federal em desapropriar terras, promovendo a Reforma Agrária, e a arrogância com que se negou a negociar com as 20.000 famílias acampadas, provisoriamente, em áreas ou na beira das estradas, revelam o apoio irrestrito do Estado, especialmente do governo Collor, ao latifúndio. Nem o aumento do desemprego, fome e miséria, levou o governo a levantar um dedo contra o intocável direito dos grandes proprietários da terra. O então ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, cumpriu plenamente a missão de manter os privilégios dos grandes proprietários.

As necessidades da multidão crescente de excluídos da vida social chocam-se com o privilégio da propriedade sem limites e sem qualquer obrigação social. A realidade de miséria e fome, que mata milhares de brasileiros todos



Esta iniciativa é legítima, porque é motivada pelo estado absoluto de necessidade. A vida é o direito básico garantido pela Constituição. De acordo com a Carta Magna, a propriedade da terra está condicionada ao cumprimento de sua função social. Esta é a letra da lei e a prática deve corresponder a ela. Tudo que fere esses princípios é subversão à lei e crime.

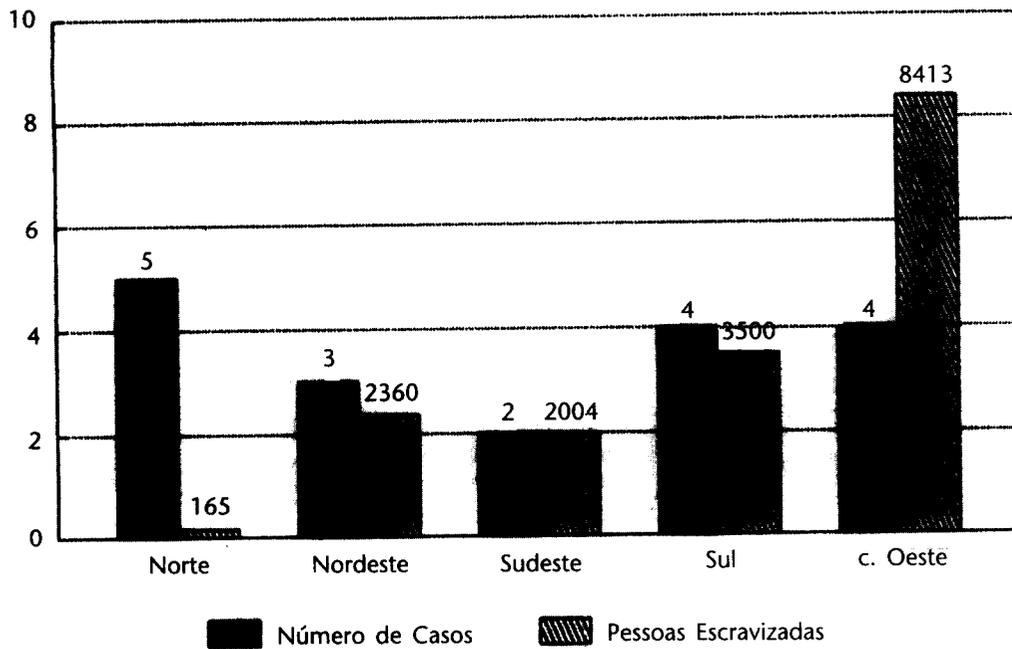
Na tentativa de fazer valer este direito, a multidão de excluídos do campo vem, progressivamente, se organizando e ocupando áreas griladas ou improdutivas. O aumento anual das ocupações de terra revela o nível de organização e resistência do povo do campo ao monopólio da terra e da vida.

Os grandes proprietários, contrários ao que reza a Constituição, consideram as ocupações de terra uma violência ao seu direito de propriedade. Segundo este ponto de vista, é esta ameaça que torna "legítima" a organização de milícias privadas, o tráfico de armas sofisticadas, a prática freqüente de ações violentas. A conivência dos órgãos governamentais responsáveis, a cooptação de juizes e policiais, transformam-se na proibição tácita do exercício da cidadania, literalmente aplicada aos "brasiguaios" e a todos os excluídos do acesso à terra.

### 3. A INFÂMIA DA ESCRAVIDÃO

O Setor de Documentação da CPT Nacional registrou um número alarmante de pessoas submetidas a trabalho escravo no ano que passou (ver lista de trabalho escravo). Foram registrados 18 casos de trabalho escravo no campo, envolvendo 16.442 pessoas, incluindo mulheres e crianças. É impressionante constatar que, conforme revela o gráfico a seguir, a prática da exploração absoluta do trabalho e negação dos direitos mais fundamentais das trabalhadoras e trabalhadores rurais, não é uma prática exclusiva de regiões "menos desenvolvidas". Regiões pretensamente desenvolvidas, como o Centro-Sul do País, também apresentaram um número elevado de casos de trabalho escravo.

## TRABALHO ESCRAVO 1992 Por Região



Fonte: Setor de Doc. da CPT Nacional

O total de pessoas submetidas à escravidão em 1992, conforme gráfico comparativo abaixo, representa três vezes mais o número total de 1991, quando a CPT registrou 4.883 pessoas envolvidas em 27 casos. A conclusão é simples e assustadora: a prática do trabalho escravo no campo está aumentando.

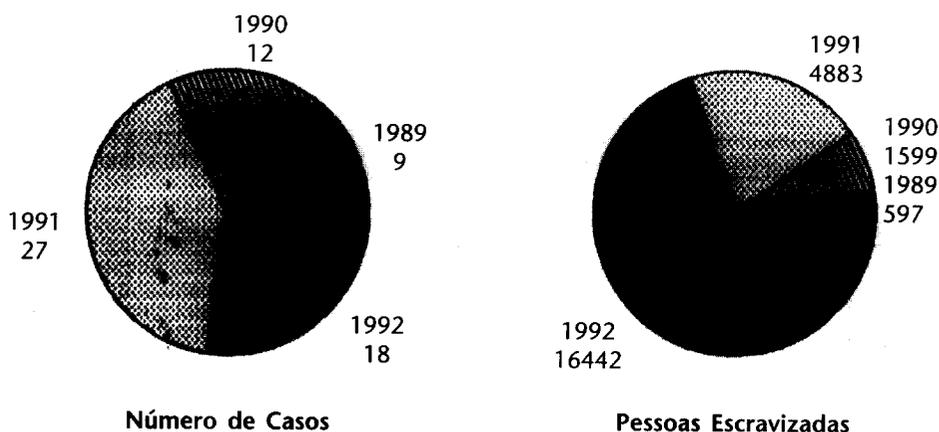
É fundamental entender a gravidade da situação apresentada pelos números. Não se trata, simplesmente, de um aprofundamento da exploração da mão de obra com a ausência das mediações legais que caracterizam as relações trabalhistas. A prática do trabalho escravo nega a base jurídica das relações trabalhistas, ou seja, a existência de duas pessoas juridicamente iguais e capazes de livremente acertarem um contrato de trabalho. Ao se negar a possibilidade da liberdade, nega-se a própria pessoa, seu valor jurídico e sua cidadania.

Diante desta realidade, é absurda a falta de iniciativa e a inoperância das instituições públicas responsáveis, como a polícia, Ministérios da Justiça e do Trabalho, o Judiciário. Absolutamente nada justifica tal omissão.

O Estado, ao ser conivente com essa prática infame, adquire a própria infâmia como uma de suas características. É urgente a mobilização ampla da sociedade civil, responsabilizando e obrigando o Estado a atuar contra este crime de "lesa humanidade".

## TRABALHO ESCRAVO

### Quadro Comparativo (1989-1992)



Fonte: Setor de doc. da CPT Nacional

#### 4. A LUTA PELA TERRA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

O Estado, no Brasil, em vez de ser “uma instância delegada de serviço público” (Pedro Demo. *Cidadania Menor*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1992), é praticamente uma instância privatizada a serviço dos grandes proprietários. A maior prova disto está na impunidade com que os proprietários continuam a prática das mais variadas formas de violência, terror e assassinatos planejados.

A leitura dos dados sobre os acontecimentos no campo em 1992 produz, inicialmente, um sentimento de vergonha e de revolta. O balanço final é de 185.996 pessoas atingidas pelas mais variadas formas de violência. Mais de 700 famílias tiveram suas casas destruídas, 1.040 famílias tiveram suas roças também destruídas e mais de 1.600 famílias foram vítimas de expulsão arbitrária da terra.

A este quadro, no qual o enfrentamento se dá entre ricos e poderosos e miseráveis que procuram um lugar para sobreviver, soma-se toda a força e poder das instituições do Estado em favor do privilégio de poucos.

Em lugar de reprimir esses abusos de poder, a polícia e o Judiciário, em muitos casos, atuaram junto com os jagunços na afronta aos pobres indefesos, cerceando o exercício da cidadania. Para completar este quadro já dantesco, quando os pobres, sem outra alternativa, perdem a paciência e reagem à violência sofrida, as instituições do Estado e seus aparatos repressivos se tor-

nam eficientes na defesa do latifúndio.

O conflito agrário não seria tão visível se lavradoras e lavradores não teimassem em suas lutas. As iniciativas de resistência em busca de terra e vida revelam a criatividade popular, pois vão desde as lutas para defender o direito adquirido da posse, até iniciativas de pesquisas para alcançar autonomia na produção das pequenas propriedades.

Estas iniciativas passam pela coragem de ocupar terras, de buscar comida, por meio de saques aos armazéns, de conquistar um pedaço de chão, mesmo que isto signifique viver em acampamentos em beiras de estradas.

É o grito de seres humanos que exigem seu direito de ser cidadãos. Não aceitam sua condenação à marginalidade e à morte. Não aceitam ser proibidos de viver no Brasil, como acontece com os “brasiguaios”. Exigem o seu direito de cidadãos brasileiros.

Este grito está sendo ouvido e entendido por muitos brasileiros e por cidadãos de outras regiões do mundo. E cresce, por isso, a força da solidariedade que, ao mesmo tempo, denuncia as violências contra os pobres camponeses e apóia suas lutas pela democratização da terra e da sociedade brasileira.

Secretariado Nacional da CPT



Brasiguaios — Amambai — MS

Gianne Carvalho — Imagens da Terra

# II

# PROPRIEDADE DA TERRA: UMA HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA



Gianna Carvalho — Imagens da Terra

*Acampamento de Brasiguaios — Amambai — MS — 8/92*

*“Se não temos paz com nossa mãe terra  
não viveremos muito tempo,  
pois o homem não manda na natureza,  
é a natureza que rege a vida da humanidade”.*

(Rigoberta Menchú — Prêmio Nobel da Paz 1992)

A história da luta pela terra ofereceu, em 1992, material definitivo para demonstrar que a propriedade de terra é, no Brasil, o direito primordial; fonte de poder para colocar todos os demais direitos a seu serviço. A própria vida humana, individual e coletiva, deve prestar-lhe reverência.

Nada, e ninguém, pode pretender que ela tenha algum limite. Todos os aparelhos do Estado estão sempre a postos para defender a propriedade. A lei deve, sempre, preservar e ampliar a sua segurança.

Os proprietários estão sempre acima de qualquer suspeita: o que fazem é o que deve ser feito; o que dizem é correto e verdadeiro; o que desejam deve ser imediatamente realizado, seja pelo escravo, pelo empregado, pelo padre, pelo delegado ou chefe de polícia, pelo juiz, pelos governantes. O proprietário tem sua legitimidade na propriedade; nada devendo à sociedade humana, nem mesmo ao meio ambiente da vida. Ele é o senhor. Até de Deus ele se vale, usando-O para sacralizar seus “direitos”. Mas trata-se de um deus à sua imagem e semelhança. É a partir do “seu deus” que ele julga as religiões e as igrejas; aquelas que não apóiam incondicionalmente a propriedade não servem, não são verdadeiras!

É a propriedade que lhes dá o “direito” e o poder de serem violentos, tendo sempre garantida sua impunidade por meio do controle dos aparelhos do Estado e dos governos. Mesmo estando às portas do século 21, os proprietários, e entre eles de modo particular os do Sul do país, exerceram, em 1992, o “direito” de “coronéis”, organizando milícias de jagunços. Chegaram ao ponto de gerar “inflação” nos preços dos serviços de “jagunçagem”, tornando financeiramente pesada a defesa da propriedade. Estaremos revivendo os tempos em que a “guarda” dos escravos foi se tornando um peso financeiro “excessivo” para os ganhos comerciais dos “senhores” e fazendeiros?! Aliás, a denúncia de que, em 1992, mais de 16 mil brasileiros foram reduzidos à escravidão, pode indicar, também, que o capitalista não é nem moderno, nem bárbaro, nem pós-moderno, mas apenas um agente da fome insaciável de lucro do próprio capital.

Ao contrário dos grandes proprietários que são pouco mais de 500 mil, os camponeses sem-terra ou com pouca terra são milhões. Mesmo tendo o direito de viver definido na Constituição, não encontram espaço onde possam torná-lo realidade. A prática lhes mostra: a vida é decidida no mercado, levando a melhor os que têm dinheiro e são espertos. Como os camponeses seguem princípios éticos de convivência com os outros e não têm dinheiro, ou aceitam sobreviver miseravelmente, ou inventam jeitos de conquistar condições de vida digna.

Contra a lógica da “democracia” feita pelos proprietários, em vez de desespero, medo e acomodação, os camponeses mostraram, de novo, em 1992, que o direito de viver melhor se conquista com a luta. A violência dos “senhores” proprietários não é, e não pode ser, a última palavra. Ela não consegue matar a liberdade, a vontade e a paixão de ser livre. A violência, apesar de tudo, não é, e não pode ser, a regra da prática política. Os camponeses, com sua luta, colocaram em questão, mais do que nunca, o direito absoluto e absolutista da propriedade da terra.

A luta pela terra avançou, conquistando espaços, praticando alternativas de produção, revelando a medula das contradições da sociedade brasileira: na democracia brasileira vale muito mais a propriedade do que a vida.

Destacamos, a seguir, algumas das características dos conflitos vivenciados no que denominamos “luta pela terra” e “luta na terra” em todo o território nacional.

## 1. LUTA PELA TERRA É LUTA PELA CIDADANIA

### 1.1. A Grande Propriedade e a Fome

Morreram, em 1992, muitas crianças nos acampamentos de camponeses sem-terra espalhados pelo país. Sempre de “doenças” que já não deveriam causar morte. Em geral, as causas eram, segundo depoimentos dos próprios camponeses, a falta de alimentação adequada, a ausência de condições de higiene, por causa do frio e das chuvas que as barracas não conseguem vencer.

A melhor forma de lembrar essas crianças seria dizer: elas não deixaram de viver, foram impedidas de viver, foram mortas.

Junto com muita gente, poderíamos nos perguntar: por que os pais ficam nesses acampamentos, expondo seus filhos a perigos e à morte?

Os acampados deixam claro, em seus depoimentos, que a decisão de permanecer em acampamentos não é uma opção de vida. É a alternativa que lhes restou depois de serem expulsos das terras que ocuparam para viver. Seu desejo é viver melhor, com mais dignidade, num pedaço de chão. Eles procuraram um caminho para não continuar entre os 66% dos brasileiros que não comem o suficiente.

O Brasil mais parece um grande “acampamento”, pois, segundo estudos da FAO (órgão da ONU encarregado da alimentação e agricultura), 61% da mortalidade infantil é causada pela desnutrição ou por doenças a ela associadas, e perto de 53 milhões de pessoas passam fome no Brasil. (Ver: Tempo e Presença, CEDI, n. 266, nov/dez 92, p. 5 e 11.)

No Nordeste, em Recife particularmente, dois milhões de miseráveis passam fome, obrigados a comer até gatos; a situação levou Solange Maria de Arruda, 32 anos, seis fi-

lhos, marido desempregado, que só tinha conseguido comprar — assim mesmo fiado — uma xícara de farinha para fazer pirão, a declarar: “Tem de dar para todo mundo, a fome é grande, e o desespero leva à loucura. Já pensei até em me matar” (*O Globo*, 22/11/92).

Segundo estudos do Fida (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), da ONU, “o Brasil está entre os países em que a pobreza na zona rural mais aumentou nos últimos 20 anos, ao lado do Sri Lanka, Mali, Quênia e Zâmbia”. Atualmente, 73% da população rural do Brasil está vivendo em situação abaixo da miséria absoluta, colocando o país em sexto lugar no campeonato da fome no planeta. (*Hoje em Dia*, B. Horizonte, 24/11/93, p. 8.)

A responsabilidade, então, cabe aos que impedem o direito de viver, impossibilitando o acesso do povo à terra. Comparemos dois textos, o primeiro de um acampado, vítima de violências para impedi-lo de ter um pedaço de terra para viver, e o segundo de um pesquisador da questão agrária no Brasil:

*“Considero o bóia-fria uma vergonha nacional. Nem sei porque sou brasileiro. Ouço falar em viagens para a Europa, praias e eu não posso assistir sequer um jogo de futebol. Não sei falar nada de alegria. É só tristeza, recorrendo sempre à misericórdia dos outros”.* (José Paulino, 73 anos, *Folha de Londrina*, 15/10/91, na Fazenda Ingá, em Alvorada do Sul/Bela Vista do Paraíso.)

*“Enquanto o homem já botou os pés na lua, os povos latino-americanos se vêem diante da necessidade de um salto de pelo menos 200 anos. E, ao mesmo tempo, o governo mexicano acaba de encaminhar um projeto de lei ao Congresso propondo o fim da política de Reforma Agrária. Num país emblemático na luta pela Reforma Agrária, de repente dá-se um passo para trás, em nome do liberalismo, do livre mercado, do lucro. No Japão, a distribuição de terras se fez ao cabo da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, há gente que não tem o que comer, e a distribuição de terras não passa. Nosso descompasso histórico exige uma paciência histórica”.* (José de Souza Martins, *Discutindo a assessoria popular*, AJUP/FASE, Rio de Janeiro, out. 92, p. 12.)

Pode-se indicar muitos responsáveis pela manutenção e pelo aumento da fome: os governantes, os legisladores, os juizes, os partidos políticos, as organizações sindicais, a fraqueza e equívocos das ONGs e grupos de apoio, a baixa mobilização da população. Mas temos de ter a coragem de dizer que a raiz principal, o pião, está na manutenção da propriedade da terra na forma de um privilégio sagrado de



Acampamento Não-Me-Toque — RS

Andreia Wagner — de ZH

uma minoria. As ocorrências das áreas de conflito por causa da luta pela terra em 1992 mostram isso. Os proprietários não usam a terra, e isso é reconhecido por prefeitos e pela população. Na maioria dos casos, não necessitam daquela terra, mesmo porque possuem, em geral, várias outras fazendas e são donos ou sócios de outras empresas. Assim mesmo, são absolutamente insensíveis ao direito e às necessidades dos camponeses sem-terra. Mentem, forçam juizes, pagam jagunços, corrompem forças de segurança, tudo para preservar sua propriedade.

## 1.2. Propriedade e Cidadania

### 1.2.1. A Saga dos “Brasiguaios”

Já é quase lugar comum dizer-se que os “quatro séculos de latifúndio”, especialmente com o casamento promovido pela última ditadura entre os grandes capitais e a propriedade da terra, são uma das bases do conservadorismo e do atraso político no Brasil. Mantendo a terra como um privilégio e fonte de poder pessoal e de especulação, a propriedade capitalista da terra é responsável pela limitação e até proibição da cidadania.

Mas as iniciativas dos camponeses brasileiros residentes no Paraguai, conhecidos como “brasiguaios”, revelaram, exatamente, o tamanho da cidadania *permitida* pelos proprietários aos não-proprietários: os “brasiguaios” são reconhecidos como brasileiros e buscados para votar nos candidatos dos fazendeiros, mas são proibidos de retornar ao Brasil por serem camponeses sem-terra; por exigirem terra para viver.

“Em Amambai não há terra para “brasiguaios”, declara o presidente da Câmara Municipal. Segundo ele e os vereadores, esta é a única solução: “A totalidade dos vereadores se posicionam contra a vinda dos “brasiguaios”, exigindo que sejam levados de volta para o Paraguai. Pelo rádio,

incentivam a população a se proteger dos “brasiguaios” com armas. Os vereadores afirmam taxativamente apoiar a ação armada dos fazendeiros da região” (Setor de Documentação do Secretariado Nacional da CPT).

Vão mais longe ainda esses “democratas” vereadores: “se o problema é caminhão e dinheiro para a viagem de volta ao Paraguai, eles bancam tudo. Até a Polícia Rodoviária já estaria avisada e não barraria o comboio. “Quando eles querem, a lei não se aplica”, diz Villas Boas, do MST” (Idem).

Estas atitudes dos vereadores reforçavam, na verdade, as ações violentas dos fazendeiros e seus jagunços, apoiados pela PM e pela Polícia Rodoviária. Além de receber à bala os “brasiguaios” que chegavam à Fazenda *Itapoty*, grupos de pistoleiros entraram na cidade e cercaram ostensivamente os acampados numa área destinada a eles pela prefeitura. Fazendeiros apregoaram estar preparados para “fazer” (entenda-se matar) as lideranças, ameaçando sete pessoas.

Os “brasiguaios” são brasileiros que “sobraram” do processo de modernização da agricultura dos anos 70 e 80. Não encontrando terra no seu país, emigraram para o Paraguai. Chegaram a ser mais de 450 mil pessoas. Não se tornaram paraguaios. Sendo clandestinos, enfrentaram todo tipo de instabilidades e violências. Com a queda do ditador Stroessner, voltaram muitos camponeses paraguaios exilados e cresceram as lutas populares pela terra. Aproveitando-se disto, mas acobertando, na realidade, tradicionais interesses dos grileiros e dos grandes proprietários, muitos deles brasileiros, as autoridades paraguaias passaram a dificultar, com ajuda de jagunços, a vida dos “brasiguaios”, forçando sua volta ao Brasil.

Não sendo aceito em seu próprio país, o Brasil, e por ter sido expulso do Paraguai, um “brasiguaião” descreveu sua identidade da seguinte forma:

*“Nós percebemos que este nome de “brasiguaios” significa, para muitas pessoas, um pessoal humilde, camponeses sem-terra, sem-país. Porque “brasiguaião” significa um pessoal sem-país: são brasileiros que vivem no Paraguai, país estrangeiro. Então, eles eram sem-pátria, brasileiros sem-pátria. Não eram nem brasileiros, nem paraguaios”* [José Farias Leal, Maria Aparecida Menezes — CEM (org.). *História de Migrantes*, Ed. Loyola, S. Paulo, 1992, p. 132].

Ainda que não possam ser justificadas as violências praticadas contra os pobres camponeses brasileiros, é correto que o Paraguai destine sua terra aos paraguaios. Pois lá, como aqui, e especialmente no Mato Grosso do Sul, as terras são privilégio de poucos: 1% dos proprietários controlam 77% das terras, enquanto os pequenos, que são 37% dos proprietários paraguaios, possuem apenas 1% das terras. Isto é, 351 proprietários possuem 9,7 milhões de hectares, enquanto 66.605 proprietários dividem entre si 66.000 hectares! (Censo Agropecuário Nacional 1991 — MAC, Paraguai, In *Diário Última Hora*, Assunção, 8/9/92.)

Que os “brasiguaios” não sejam aceitos no Brasil, sejam impedidos de reentrar em seu território e forçados a regressar ao Paraguai, é inaceitável e criminoso. Trata-se de negação de cidadania. E com agravante, pois a cidadania é negada para preservar os privilégios dos poucos grandes proprietários.

Os “brasiguaios” fizeram vir à luz do dia o caráter do Estado e do poder político no Brasil: um poder oligárquico maquiado de neoliberalismo.

Por outro lado, suas lutas revelaram também a fonte verdadeira da cidadania: a ação livre dos cidadãos. O Estado, dominado por minorias, pode tentar, autoritariamente, negar a cidadania, mas sua ação só é válida quando reconhecida pelos cidadãos. A sociedade civil, porém, decidiu caminhar no sentido contrário, deslegitimando o Estado. O gesto simbólico aconteceu na mobilização realizada no dia 26 de junho de 1992, no centro de Amambai, com esta finalidade: *ACOLHIDA DOS “BRASIGUAIOS” PELA SOCIEDADE*. O Brasil real acolhe seus compatriotas, apoiando suas reivindicações e lutas para ver respeitado e realizado seu direito de viver com dignidade em sua pátria.

É por isso que o mesmo “brasiguaião” citado acima, já assentado na terra conquistada, poderá dizer: *“brasiguaião” é um nome bonito, de orgulho, porque nós, através da organização, do sofrimento, chegamos à vitória, à conquista da terra*”. (Maria A. de Menezes, op. cit., p. 132.)

Conquistar terra em sua pátria parece uma experiência extraordinária, quase inverossímil, tantas foram as aventuras e sofrimentos vividos no Brasil antes de partir para o Paraguai, no próprio Paraguai e no retorno ao Brasil: *“Parece que eu nem acredito que esta terra é nossa; de tanto contente que estou, eu quase não acredito que a terra é nossa”*. (Depoimento de Maria da Silva Teixeira, pernambucana de Araripina, migrante em S. Paulo, Paraná, S. Paulo, Paraná, Paraguai e Mato Grosso do Sul, ibidem, p. 125.)

Poucos “brasiguaios” conseguiram terra em 1992. Apenas alguns que aceitaram a transferência para o Projeto Rio Juma, em Novo Aripuanã, Amazonas; um Projeto de Colonização absolutamente isolado e precário em todos os sentidos. Ele existe desde 1982, sofreu muitas desistências e até hoje não conseguiu atrair candidatos para ocupar os seus lotes! Na verdade, o Incra e o governo do Estado, atendendo aos grandes proprietários, decidiram não aceitar e não promover assentamentos de sem-terra no Mato Grosso do Sul, durante o ano de 1992, oferecendo, como única alternativa, a transferência para as colonizações no Aripuanã matogrossense e no Amazonas.

A demonstração de que a grande propriedade da terra limita e proíbe a cidadania no Brasil não se restringe ao caso dos “brasiguaios”. Temos um sem-número de brasileiros — provavelmente mais de 15 mil pessoas — vivendo em seringais ou em cidades da Bolívia, expulsos pelos “paulistas” que se apropriaram do Acre nos anos 70 e 80.

Com a queda do preço da borracha, a crise dos seringueiros bolivianos foi ainda maior que a dos acreanos. A partir disso, a situação dos “brasivianos” se agravou. Sendo praticamente clandestinos e vivendo num mundo em que não se tem idéia de “direito”; as condições de vida vão se tornando insuportáveis. Assim mesmo, temem ser substituídos por famílias européias ou japonesas, convidadas pelas autoridades bolivianas para introduzir empresas agropecuárias. Mais ainda, não desejam voltar ao Brasil, “onde a situação, para eles, parece ser bem pior”. (*A Gazeta*, Rio Branco, 8/11/92) Eles sabem que, se voltarem, ou ficarão desempregados nas cidades, ou não terão onde viver.

### 1.2.2. Comunidades negras do Rio das Rãs

O conflito baiano de Rio das Rãs revela também que no Brasil só o proprietário de terras é tratado pelo Estado como verdadeiro cidadão. Trezentas famílias, formando comunidades negras — como tantas outras espalhadas pelo país —, que vivem nesta região há mais de 100 anos, continuam sendo molestadas e ameaçadas por um grileiro, Carlos Bonfim.

O conflito começou em 1977. Mesmo depois da liminar de manutenção de posse favorável aos posseiros, em outubro de 1990, o grileiro praticou toda sorte de ações violentas, chegando a contratar pistoleiros para derrubar casas, fazer ameaças, criar clima de terror, chegando até a envenenar a água do rio.

Em julho de 92 os posseiros publicaram a “Carta Aberta da Comunidade Negra Rural Rio das Rãs”, em

que destacaram: “*Já faz muitos anos que estamos sendo destruídos em cima de nossas posses, e, na maior violência, o fazendeiro quer encurralar-nos em uma área de caatinga e alagadiço*”. (Setor de Documentação do Secretariado Nacional da CPT, julho/92.)

## JORNADAS NACIONAIS DE LUTAS DOS TRABALHADORES RURAIS

Tendo como princípio a “unificação das lutas com todas as organizações de trabalhadores do campo”, o DNTR/CUT, a Contag, o MST, a CPT, o CIML, a FENRURAL, o Movimento de Mulheres Agricultoras e a Pró-Central dos Movimentos Rurais, constituíram em 1992 o Fórum Nacional das Jornadas de Lutas. Este fórum realizou, ao longo do ano, 3 grandes mobilizações de trabalhadores do campo.

A 1ª Jornada de Lutas, realizada nos dias 10, 11 e 12 de março, mobilizou 800 mulheres trabalhadoras rurais, representando 18 estados brasileiros, em caravanas a Brasília. O objetivo foi buscar a defesa de seus interesses específicos, bem como dos interesses gerais dos homens e mulheres do campo, através de reivindicações como: salário maternidade às trabalhadoras rurais (vetado por Collor) e Reforma Agrária, como única forma de combate à violência, ao êxodo e de assegurar melhores condições de vida no campo e na cidade.

Dando continuidade a esta 1ª Jornada, entre os dias 27 de abril a 1º de maio, realizaram-se grandes manifestações em todo o país.

Na Região Sul, a ênfase da Jornada foi a luta pela regularização da situação dos trabalhadores rurais sem-terra. Os três estados (RS, SC e PR) conseguiram reunir mais de 2.000 pessoas em manifestações nas capitais e interior, através de acampamentos em órgãos públicos e caminhadas do interior para as capitais. Os trabalhadores rurais da Região Sudeste manifestaram-se através de ocupações de terras em SP, ES e MG (envolvendo 1.660 famílias) e ocupações às superintendências regionais do Incra, para exigir terra e crédito, entre outras atividades.

No Centro-Oeste, 500 famílias de trabalhadores rurais de Goiás realizaram duas ocupações de terras e no Mato Grosso do Sul foram realizadas assembleias nos STRs.

O Nordeste demonstrou a organização dos trabalhadores rurais através da ocupação de órgãos públicos (BA, AL, PI e PB), ocupação de terra em Pernambuco e realização da campanha SOS salário mínimo em todos os STRs da Paraíba.

Na Região Norte ocorreram atos públicos, manifestações, fechamento de rodovias e acampamentos (PA, AC e RO), envolvendo 3.500 pessoas.

Esta 1ª Jornada contribuiu para avanços na organização de fóruns estaduais, na elaboração da pauta de reivindicações sobre os Fundos Constitucionais (FCO, FNO e FNE). As mobilizações contribuíram também nas ações em 19 estados, ocupações do Incra e INSS em 10 estados, ocupações de terras em 10 estados, negociações encaminhadas pela CUT e Contag. Estas entidades elaboraram uma pauta nacional de reivindicações e entregaram aos Ministérios e ao Banco do Brasil.

A 2ª Jornada, realizada ao final do mês de maio, repete as mobilizações dos trabalhadores rurais em todo o país. Desta vez dando ênfase à luta pelo pagamento e encaminhamento das aposentadorias aos 55 e 60 anos de idade, bem como na liberação do crédito de emergência. O saldo final desta jornada de lutas, diferenciado em cada Estado, foi que os trabalhadores rurais conquistaram infra-estrutura e urbanização para assentamentos, alimentação e sementes para famílias acampadas, acordos sobre o FNO (Fundo Constitucional do Norte) e créditos para algumas associações e cooperativas.

A 3ª Jornada, realizada de 20 a 25 de julho, não se caracterizou como ação massiva nacional. As mobilizações tiveram um caráter local, estadual e regional. De forma geral, se apresentou como uma ação de cobrança das promessas feitas durante as negociações anteriores, aprofundando as conquistas e acumulando forças para uma grande mobilização em 1993. Em alguns estados ocorreram debates com a sociedade em torno da questão da Reforma Agrária e, em outros, vigílias, caminhadas e encontros de mulheres trabalhadoras rurais. No Nordeste foi encaminhada a campanha salarial dos canavieiros.

Sem perder de vista as debilidades e falhas ocorridas durante as mobilizações, a avaliação final das entidades é de que as Jornadas foram extremamente importantes para o avanço das lutas dos trabalhadores rurais, abrindo a perspectiva de novos caminhos para as lutas.

(Cf. documento do 5º Encontro Nacional da Direção do DNTR/CUT.)



Nando Neves — Imagens da Terra

Faz. Rio das Rãs — Comunidade do Enchu — BA

Diante da falta de “poder” para aplicar a decisão judicial em favor das 300 famílias, e diante da continuidade e aumento das violências impunes do grileiro, a CPT de Bom Jesus da Lapa denunciou, em carta aberta: *“Quem é tão surdo, quem é tão desentendido, quem é tão cego e anti-constitucional que não tenha a capacidade de compreender e de admitir o direito, legítimo e legal, que assegura as famílias em suas terras?... Como se pode admitir que, depois de 140 anos de posse, apareça um cidadão estranho, apresentando “documentos” adquiridos de forma ilegal em cartórios corruptos, e invada uma área totalmente habitada por 300 famílias?”* (Ibidem, agosto/92)

Em outubro de 92, o bispo Dom Francisco Batistela e mais 500 pessoas foram impedidas, por policiais fortemente armados e por pistoleiros do fazendeiro, de entrar na área para celebrar com os posseiros os 500 anos das Américas. Em vez de proteger os posseiros, a PM reforça o terror produzido pelos 50 pistoleiros contratados pelo grileiro.

Como entender que esse indivíduo continue fazendo o que faz sem uma ação eficaz da justiça, da polícia, do governo estadual e federal? Nem o respaldo do direito adquirido; nem a norma constitucional que garante às remanescentes comunidades de negros o direito à terra, nem o apoio local, nacional e internacional; nem a dúvida comprovada em relação aos “documentos” apresentados pelo grileiro; nada consegue relativizar o “direito” do pretense proprietário. O trabalho, a cultura, a religião, a vida construída nas terras do Rio das Rãs por centenas de pessoas valem menos, em termos de cidadania, do que as pretensões absurdas e violentas de um único grileiro. É provável que os demais grandes proprietários — e entre eles estão muitos juízes, prefeitos, deputados, senadores, governadores — prefiram a defesa do “direito” de ser até violento para conseguir mais essa “propriedade”, como uma forma de legitimar as origens da maioria das suas propriedades. A

grilagem e o privilégio são as principais mediações da constituição da propriedade da terra no Brasil.

### 1.3. Propriedade, um privilégio absoluto

Alguém já viu, no Brasil, ser pedida e aprovada alguma intervenção em algum Estado da Federação por causa do desrespeito à vida humana? Não, com certeza.

Mas a propriedade, mesmo quando em situação publicamente reconhecida como escandalosa, consegue o que parecia impossível: ganhando em todos os níveis do Poder Judiciário, os proprietários da Fazenda *Can Can*, no município de Roncador, conseguiram a aprovação da intervenção no Paraná para aplicar uma ordem de despejo de camponeses que viviam e cultivavam a terra ocupada há mais de quatro anos!

A origem da Fazenda *Can Can* é um “caso comum”: grilagem violenta. Os pecuaristas Jurandir Silveira Pinto e Cláudio Silveira Pinto Júnior começaram a grilar terras na região de Roncador lá pelos anos 40. Cláudio chegou como guarda florestal do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná (DGTC). “Ele dava licenças de desmate para lavouras e encaminhava requerimentos de posse para registro em Curitiba”, lembra Nicolau Slobodzian, cuja família perdeu 20 alqueires. Depois de pagar algumas prestações junto ao DGTC, acontecia o inexplicável: passava a não existir mais nada em nome do requisitante! As terras passavam para o nome de Cláudio, que mandava “empregados” amedrontar os posseiros. (Setor de Documentação do Secretariado Nacional da CPT, junho/92.)

E assim, repetindo esse emocionante “serviço público”, os Silveira Pinto se tornaram grandes proprietários. E com “direito”, junto com outros fazendeiros, de manter acintosamente um grupo de 30 homens armados para patrulhar a região, para evitar ocupações. “O pessoal dos Gomes, dos Slavieros, dos Monteiros não têm mais sossego para trabalhar. Têm de pagar homens para evitar invasões”, chega a declarar publicamente Jurandir Silveira Pinto.

Por andarem tão juntos na defesa da terra, é legítima a pergunta: qual terá sido a origem das atuais propriedades dos Gomes, Slaviero, Monteiro?

Comprovando a “profissão” dos Silveira Pinto, a Câmara Municipal de Roncador, na data de 10 de novembro de 1984, aprovou moção de repúdio contra Jurandir Silveira Pinto que, junto com “empregados”, invadiu a propriedade da família Petroski, derrubando cercas construídas há mais de 40 anos e ameaçando seus proprietários (*O Estado do Paraná*, 27/6/92).

Foi por causa disso — por conhecerem a origem da “propriedade” e por saberem que as terras estavam sem cultivo algum — que 200 famílias ocuparam a Fazenda *Can Can*, em agosto de 1988. Era o tempo da “Reforma Agrária” do governo Sarney. Aliás, instruído pelo Incra, Sarney assinou decreto de desapropriação da fazenda. Poderia ter exigido legalmente a retomada dessas terras, devolvendo-as aos legítimos donos. Mas, se esse caminho fosse inaugurado, o que aconteceria com as propriedades dos Sarney no Maranhão?!

Os “proprietários” Silveira Pinto não aceitaram a desapropriação. Recorreram à Justiça, é claro. E ela — serva tradicional e fiel dos “direitos” dos “proprietários”, cega no símbolo e na prática, defensora veloz e intransigente da propriedade — não demorou a dar ganho de causa aos fazendeiros. Medida tomada sem a mínima pesquisa histórica, cartorial ou local, para verificar se a alegação de “produtiva” tinha fundamento real. Realizou-se, com isso, a previsão segura de Jurandir Silveira Pinto: “A terra era produtiva e o governo sabe disso. O decreto de desapropriação foi feito, mas a emissão de posse não vai sair” (Setor de Documentação do Secretariado Nacional da CPT, maio/89).



Nordeste — Ceará

Com a negativa do Governador do Paraná de liberar a Polícia Militar para executar o despejo determinado pela Justiça, inicia-se o round definitivo para revelar como a *propriedade* é, no Brasil, o direito absoluto, sobrepondo-se ao próprio direito de viver.

O presidente do Superior Tribunal de Justiça recebeu, em agosto de 1990, pedido de intervenção federal no Paraná. Quem encaminhou foi o desembargador-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, baseado na decisão unânime dos 21 desembargadores, considerando que o governador Álvaro Dias se recusou — e “por razões de ordem humanitária e social, e não jurídico-legal” — a cumprir uma decisão judicial do juiz de direito de Campo Mourão, confirmada pelo Conselho Superior da Magistratura em agosto de 1988.

O Superior Tribunal de Justiça, depois de ter recebido parecer da Procuradoria Geral da República, colocou em julgamento o pedido de intervenção no dia 18 de maio de 1992. Foram dados 21 votos favoráveis, não sendo aprovado apenas em função do “pedido de vistas” do ministro paranaense Milton Pereira.

Roberto Requião, sucessor de Álvaro Dias no governo do Paraná, mesmo sendo um político de orientação polêmica, anunciou publicamente os motivos para continuar recusando a liberação da PM para expulsar os camponeses que vivem na *Can Can*: “Prefiro abandonar o cargo do que desalojar à força trabalhadores que não têm o que comer”. “Não fui eleito para derramar sangue de agricultor de boa-fé, que está fazendo hoje o que os proprietários não faziam” (Setor de Documentação do Secretariado Nacional da CPT, maio 92).

O secretário da Agricultura do Paraná lembra que a *Can Can* era improdutivo e já estava na lista das áreas destinadas à desapropriação antes da entrada dos camponeses sem-terra. Daí a razão para lembrar ao governo federal de que cabe a ele resolver o problema, já que foi ele quem o criou.

Houve grande mobilização e manifestações contrárias à medida de intervenção. Assim mesmo, no dia 11 de junho, o Superior Tribunal de Justiça decidiu, por unanimidade, aprovar o pedido de intervenção federal com a finalidade de fazer valer a ordem judicial, expulsando os ocupantes da *Can Can*.

A intervenção não foi aplicada graças à crise e ao processo de *impeachment* do presidente Collor. Cabia a ele indicar o interventor, submetendo o nome à aprovação do Congresso Nacional. Ele não o fez. Já o Incra, na busca de uma saída “honrosa”, cometeu o absurdo de procurar e depois comprar outra área para assentar os ocupantes da *Can Can*! Em vez de contestar a “legitimidade” dos títulos de pro-

Luiz Alves

priedade, o Inca se presta para reforçar a UDR na linha de defender o *direito absoluto da propriedade*.

Esse acontecimento é, de fato, uma revelação de que, no Brasil, a propriedade é um *poder absoluto*. Mesmo quando sua origem é duvidosa, ou comprovadamente fraudulenta e fruto da violência, e quando está provado que era improdutiva, o Estado está aí para defendê-la, para promovê-la. As conseqüências sociais, anteriores e atuais, sequer entram em discussão.

A convivência das instituições públicas, de modo particular do Judiciário e dos aparatos policiais, com a constituição evidente e ruidosa de milícias privadas, usadas no processo de expropriação fraudulenta e violenta dos posseiros e na defesa da atual “propriedade”, pode ser vista como a indicação de que, para o Estado, só os proprietários são verdadeiros cidadãos. *É por esta razão que a luta popular pela terra é luta pela cidadania, luta política contra o poder oligárquico.*

#### 1.4. Defesa da Propriedade: o Exercício Permanente da Violência

No terceiro ano da implantação, a proposta neoliberal “segundo Collor” entrou em crise terminal com a aprovação, pelo Senado, do *impeachment* do presidente. Restaram os estragos produzidos na vida da população: a destruição dos serviços do Estado, a miséria crescente, a falta de oportunidades de vida, a violência generalizada.

No campo, a violência cresceu em função da redução da política agrária governamental a espetáculos televisivos, em que se sucediam promessas de “começar” uma grande

e séria Reforma Agrária, somada à prática política de conivência absoluta com a defesa incondicional de todos os tipos de “proprietários” de terra.

A manutenção da concentração da propriedade da terra como um privilégio de poucos é, por si mesma, uma *violência inominável*. Basta escutar os índios, os posseiros, os camponeses sem-terra, os “brasiguaios”, os “brasivianos”, os migrantes sem-casa, sem trabalho, sem destino, para perceber que eles lutam apenas pelo seu direito de viver, de ter dignidade e alegria, de ser gente, de ser brasileiro. *O monopólio capitalista e especulador da terra impede o direito de milhões de pessoas à vida, à cidadania.*

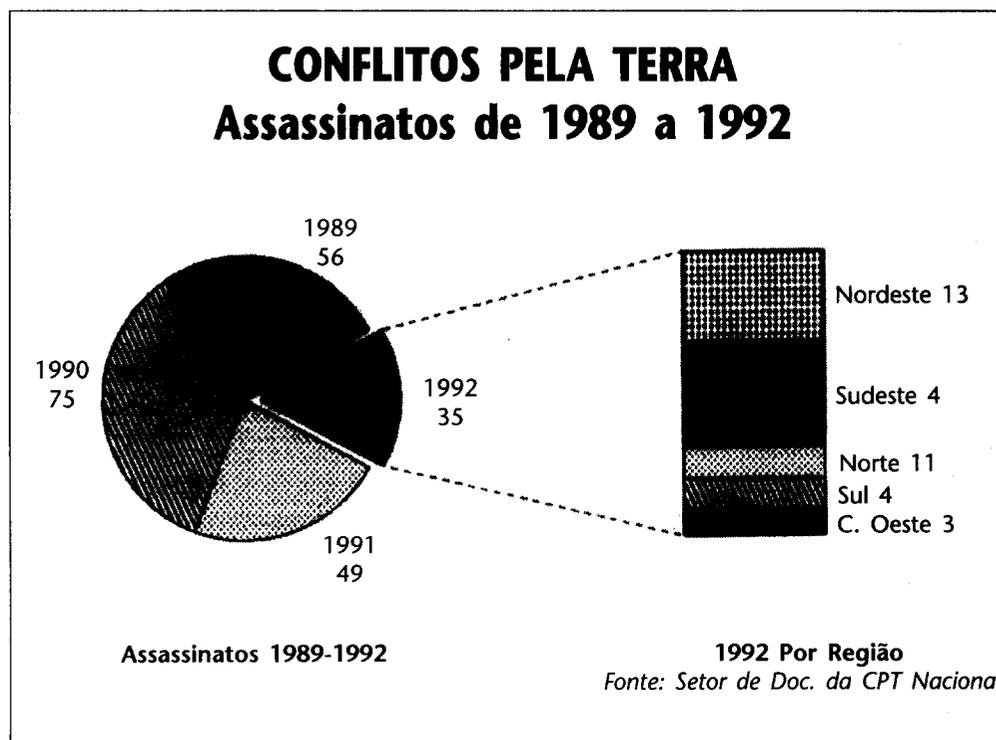
Como os “sem-direito à vida” teimam em lutar, com apoio da sociedade, para ter acesso a um pedaço de terra, os proprietários, apoiados pelo Estado, somam à “propriedade-violência” um conjunto terrível de ações violentas para defender seus privilégios.

O mais tradicional, desde a implantação do coronelismo, é a organização de milícias de jagunços — denominados cinicamente como “empregados”. Cresceu tanto essa “necessidade”, que não faltaram queixas públicas de que havia uma “inflação” de preços desta “mão-de-obra”!

A resposta das autoridades às denúncias das ações violentas dessas milícias tem sido, normalmente, que elas não têm competência ou não têm “condições” para prender, abrir inquérito. O secretário de Justiça do Mato Grosso do Sul chegou a considerar o desarmamento dos jagunços “impraticável”, dizendo: “A Polícia não fez isso porque não tinha mandato judicial para tanto” (Setor de Documentação do Secretariado Nacional da CPT, maio/92). E precisa de “mandato”? Não é suficiente o “flagrante”?

O normal, ao contrário, é os jagunços atuarem com total segurança de impunidade ou de aparecerem em ações conjuntas com a polícia e mesmo com os Oficiais de Justiça. E o comando das ações cabe, em geral, ao proprietário.

Vejamos um exemplo: “Passando por cima do acordo feito na Justiça, 30 policiais militares vindos de Ilhéus (Bahia), acompanhados de jagunços do fazendeiro José Duham, efetuam o despejo de 26 famílias de posseiros da área de Vitorópolis. Todas as casas são destruídas, roças queimadas, pertences (alimentos das crianças, ferramentas de trabalho, relógios, dinheiro etc.) roubados” (Setor de Docu-



mentação do Secretariado Nacional da CPT, Conflito da Fazenda Cajueiro II, Bahia).

A prática das autoridades torna a existência ilegal e criminosa das milícias um “direito”, e essa inversão põe em risco a ordem pública e se torna um incentivo à violência da “justiça com as próprias mãos”.

Houve, em 1992, uma pequena exceção. Aconteceu na Fazenda Planalto, em Ibaiti, Paraná. Depois da entrada de 120 famílias na fazenda, perto de 120 fazendeiros da região se reuniram na Sociedade Rural Regional, preocupados com o não-cumprimento das determinações judiciais. O certo é que poucos dias depois, no final de julho de 1992, pistoleiros armados aterrorizaram as famílias que continuavam acampadas na fazenda.

Por volta da meia-noite, os pistoleiros surpreenderam as famílias que dormiam numa das casas da fazenda, umas 15 pessoas. Tomaram os camponeses sem-terra como reféns e passaram a madrugada dando tiros para o alto, assustando especialmente as crianças e obrigando as mulheres a preparar a comida. Exigiam dos homens a identificação dos líderes da ocupação.

Um grupo de camponeses sem-terra que estava fora da casa conseguiu fugir da fazenda, chamando a polícia. Por volta das 6h30, um pelotão de 12 soldados surpreendeu os pistoleiros. Foram presos nove. Com apoio de fora os camponeses sem-terra só deixaram retirar os pistoleiros do local depois de acertar algumas condições com o comandante do pelotão. Poucos dias depois, os jagunços foram transferidos de Ibaiti para Jacarezinho, por medida de segurança. E o delegado, depois de ouvir os pistoleiros e os acampados, concluiu o inquérito e indiciou os pistoleiros por três crimes: seqüestro e cárcere privado, expor a saúde e a vida de outras pessoas e formação de quadrilha. E como foram presos em flagrante, deverão aguardar o julgamento na cadeia.

Como se vê, o crime de “formação de quadrilha” aproxima espécies aparentemente diferentes de brasileiros: presidente da República, jagunços/pistoleiros, traficantes, assaltantes ilustres dos cofres públicos. Basta a autoridade competente atuar na defesa dos direitos dos cidadãos, partindo do direito básico à vida, para encontrar formas de prender os responsáveis pela violência que preserva e promove os grandes privilégios.

## 2. VIVER NA TERRA: A TEIMOSIA DO POVO

Além da violência da grande propriedade, os pequenos produtores são expulsos do campo pela falta de condições para sobreviver e para melhorar de vida. Nas condições brasileiras, a expulsão aumenta quando os pequenos entram no pacote da agricultura modernizada, que exige capital para financiar os produtos químicos, exigidos em quantidades cada vez maiores, além das sementes

selecionadas, maquinário, pois a produção é voltada para o mercado. Como o pequeno produtor não consegue obter o volume de capital necessário, essa agricultura obriga-o a entrar nos programas de financiamento que provocam dívidas impagáveis, apressando a perda da terra.

Essas dificuldades, que atingem todos os pequenos produtores, tornam-se mais graves nos assentamentos conquistados, pois, muitas vezes, acontecem em terras fracas, exigindo grande esforço para fazer agricultura. Essa é a razão fundamental para as desistências, e não o propalado “pouco amor à terra”.

Essas situações foram sendo concretizadas em desafios, e esses em iniciativas. Surgiram, em todas as regiões do país, diferentes experiências de organização da produção. Seus objetivos são: antes de tudo, a sobrevivência dos camponeses; estudo das melhores possibilidades de produção, considerando a terra, o clima e o mercado; desenvolvimento de tecnologias alternativas de produção agrícola, simplificando e barateando a produção e promovendo melhorias do meio ambiente.

Mesmo voltadas para o reforço da autonomia das comunidades camponesas, essas iniciativas não acontecem fora do espaço e das contradições das políticas agrária e agrícola. A agricultura alternativa também necessita de recursos, mesmo porque sua implementação, especialmente em terrenos mais fracos ou já desgastados, exige maiores conhecimentos dos camponeses do que a prática da agricultura convencional.

É equivocada a idéia de que agricultura alternativa é apenas uma “volta” à agricultura tradicional. Ela retoma dimensões da agricultura “artesanal”, praticada antes da imposição da “agricultura industrial/química”.

O “alternativo” deve ser a superação das contradições da agricultura atual, dando um salto qualitativo nas relações com as condições ecológicas da terra — muito diferenciadas — e nos critérios para definir a qualidade da produção de alimentos.

Em vista disso, destacaremos três frentes de experiências no ano de 1992: 1) a produção nos assentamentos; 2) as práticas de produção, comercialização e associativismo e 3) a produção no semi-árido nordestino.

### 2.1. Assentamentos e Melhoria de Vida

Além do contato direto e dos depoimentos dos assentados — em diferentes tipos de assentamento — utilizamos aqui dados presentes nos históricos do arquivo da CPT e dados levantados pela FAO para um seminário sobre as condições de vida nos assentamentos.

Para se ter idéia do que muda nas condições de vida dos assentados temos de estabelecer alguns critérios, alguns pontos de referência. Não se pode, até por ser injusto, fazer análise comparativa entre produtividade e renta-

bilidade das áreas de agricultura modernizada e das áreas agrícolas dos assentamentos. Mesmo se, em alguns casos, os assentados levam a melhor. Cremos que, em curto prazo, a avaliação deve ser feita tendo presente as condições de vida dos assentados *antes do assentamento*, e as prováveis condições de vida que teriam *sem o assentamento*.

E o que é “melhoria de vida”? Para muitos, a medida se faz apenas pelo aumento da capacidade de produção e de comercialização dos produtos. A suposição é que a melhoria econômica produz melhoria geral de vida. Outros consideram importante o crescimento econômico, mas levam em conta outras mudanças; outras melhorias que atingem a riqueza de dimensões presentes no entendimento camponês de “vida”. O resgate da liberdade e da dignidade, por exemplo, pode ser até mais importante do que o simples êxito econômico. E a reafirmação da cultura e da religião, junto com o exercício mais pleno da cidadania, não são dimensões importantes? O conceito de “vida plena” indica, na forma de desafio, as muitas faces do que as comunidades camponesas entendem como deve ser a sua “melhoria de vida”.

A FAO, em seu estudo, relaciona as condições de vida dos assentados com as dos seus semelhantes não-assentados, que vivem, em geral, de salários ou de rendas provenientes das iniciativas informais para ganhar a vida. O ponto de referência básico foi o salário, tendo, por isso, transformado todos os ganhos do trabalho nos assentamentos em equivalente-salário. Mesmo chamando a atenção para “outros ganhos sociais”, essa pesquisa os considerou “não mensuráveis”, preferindo centrar o foco nas melhorias de ordem econômica. A pesquisa foi feita por amostragem e em todas as regiões do país.

Qual a sua conclusão? Contrariando expectativas da UDR, que sempre fala dos assentamentos com desprezo, classificando-os como “favelas rurais”, o estudo da FAO constata que houve melhoria significativa nas condições de vida dos assentados, e em todas as regiões. “*Cabe assinalar que a maior parte (90%) dos assentados declararam que a situação melhorara em relação ao período anterior*” (“Principais Indicadores Socioeconômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária”, FAO/PNUD — MARA, Relatório final, janeiro de 1992, p. 33).

Transformando todos os ganhos em “renda”, a FAO constata que os assentados da Reforma Agrária superaram amplamente, em média, o patamar da linha de pobreza — um salário mínimo por família — atingindo valores semelhantes à renda média nacional das famílias: 3,82 salários de renda média familiar nacional, para 3,70 salários mínimos de renda média familiar dos assentados (Ibidem, p. 33). E é preciso lembrar que a “renda média familiar nacional” é formada por todos os assalariados, do campo e da cidade, incluídas todas as classes sociais.

*“No que diz respeito à comparação da situação atual dos beneficiários com sua situação prévia existem indícios de que a vida deles experimentou também uma melhora significativa. Pri-*

*meiramente por causa da sua situação de emprego anterior, que na grande maioria dos casos era do tipo de sub-emprego ou desemprego. Apenas 23,44% dos beneficiários da Reforma Agrária, em média, eram proprietários ou posseiros antes de entrar no assentamento, ou seja, já possuíam algum recurso de terra. Sendo assim, pode-se afirmar que na Reforma Agrária brasileira os beneficiários foram, no geral, os que realmente precisavam de terra, ocasionando subsequentemente uma melhora, apenas pela transferência patrimonial realizada com a entrega de terra a eles”* (Ibidem, p. 35).

As coisas foram mais positivas na região Sul, tanto por causa das vantagens de clima e mercado, como pelos apoios externos e governamentais. No Nordeste, houve maiores dificuldades, especialmente nas áreas em que não houve apoio institucional algum. Mesmo no Nordeste, porém, a comparação com as condições de vida de quem não está assentado e vive no campo ou na cidade é favorável aos assentamentos.

A análise da FAO foi feita a partir dos assentamentos realizados dentro do programa de Reforma Agrária do governo Sarney, justamente os assentamentos mais criticados pela UDR. E assentamentos muitas vezes abandonados pelos órgãos competentes, cuja sobrevivência se deve ao valor dos próprios camponeses. Outras vezes, o acompanhamento estatal tem significado mais controle das iniciativas do que promoção da autonomia dos assentados.

Mesmo assim, a conclusão final do relatório é esta: “*Em suma, pode-se dizer que a continuação do programa de assentamentos de populações rurais de baixa renda, realizado de uma forma pragmática e bem organizada, resultará no melhoramento dos indicadores socioeconômicos de setor rural do Brasil e da sociedade como um todo*” (Ibidem, p. 86).

Mas é preciso distinguir entre assentamentos definitivos e “assentamentos” ainda em processo de regulamentação. Os últimos vivem as tensões, inseguranças e violências características das áreas de conflito por causa da luta pela terra. É a situação dos camponeses que se organizam para conquistar a terra, e para isso “ocupam áreas”; dos posseiros ameaçados de expulsão por iniciativa dos pretensos proprietários ou de grileiros; dos diferentes tipos de arrendatários que decidiram lutar contra sua “dispensa” e reivindicar seu direito à terra.

A tradicional estratégia dos posseiros, apoiada pelo Terceiro Congresso da Contag, em 1979 — plantar o máximo possível, especialmente culturas permanentes, trabalhar e defender-se em conjunto — tornou-se a prática dos camponeses sem-terra nas novas terras ocupadas. Com isso, perante a violência e o apoio conivente das autoridades em favor das “provas” de que a propriedade era ou é “produtiva”, os ocupantes/posseiros apresentam a sua produção. Em muitos casos, isso tem significado a conquista ou confirmação do apoio de prefeitos, de comerciantes e de outros segmentos da população local, isolando juízes e outras autoridades que se alinham com os fazendeiros por princípio, ou por interesse.

## A RETOMADA DA LUTA PELA TERRA EM GOIÁS

O ano de 92 caracterizou-se pela retomada das lutas pela conquista da terra no Estado. Um dos fatores que contribuiu para esta retomada foi a unidade do movimento sindical. Em fevereiro/92, com a realização do seu 3º Congresso Eleitoral, a Fetaeg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás), já filiada à CUT, passa a ser dirigida por uma composição de forças do campo cutista. Como prioridades de trabalho, a entidade define a organização dos trabalhadores rurais sem-terra para as lutas diretas, a ação junto aos assalariados da cana e o apoio às formas de organização dos pequenos produtores rurais.

No final de março, 400 famílias sem-terra e sem-teto, de vários bairros periféricos de Goiânia e dos municípios de Trindade, Itapuranga, São Miguel do Araguaia, Mundo Novo e Nova Crixás ocupam a fazenda União, no município de Mundo Novo, distante 420 km da capital do Estado.

As famílias são despejadas da fazenda União — latifúndio improdutivo de 24.000 ha, pertencente a um fazendeiro paulista — no início de maio, 42 dias após o início do acampamento. O despejo ocorre dois dias após os lavradores terem sido cercados por um contingente de 150 policiais militares, fazendeiros e jagunços da região.

Despejados e impedidos de se deslocar para Mundo Novo ou Nova Crixás, os posseiros resolvem acampar às margens da rodovia GO-164, a 6 km de Nova Crixás. Nessa situação os lavradores permaneceram até 25 de julho quando, junto com famílias despejadas de outras ocupações, num total de 407 famílias, ocupam as fazendas Marupiara, Zebulândia e Araras, no município de Mara Rosa.

A ocupação da fazenda União pode ser considerada o marco da retomada da luta pela terra no Estado. Depois dessa, somente em 1992 ocorrem ocupações em mais outras sete fazendas, envolvendo 747 famílias, além de duas

ocupações da Superintendência Regional do Inbra, em Goiânia.

Durante todo o processo de ocupações e despejos que as famílias da fazenda União enfrentaram, houve um forte envolvimento das entidades dos trabalhadores e de apoio.

Sob a coordenação da Fetaeg/CUT e com o apoio decisivo da CPT/GO e IFAS, ocorreu ampla mobilização envolvendo comunidades, STR's, sindicatos urbanos e paróquias. Este apoio concreto à luta pela Reforma Agrária se deu através de campanhas de arrecadação de alimentos e, principalmente, através do deslocamento de grupos de pessoas para a área.

Destacou-se a atuação de Dom Carlinhos, bispo da Diocese de Rubiataba que, mesmo agredido verbalmente e ameaçado por fazendeiros e jagunços, soube ser firme e colocar sua diocese a serviço dos lavradores. A partir dos acontecimentos de Mundo Novo, a Reforma Agrária em Goiás volta à pauta dos meios de comunicação, passando a ser discutida pela população.

Com os acontecimentos de Mundo Novo também são mobilizados os parlamentares. Na Assembleia Legislativa de Goiás, o dep. estadual Osmar Magalhães (PT) requereu a formação de uma Comissão de Deputados para visitar a área e acompanhar os fatos. Como Goiás ressentia-se da falta de parlamentares federais comprometidos com os movimentos sociais, foi necessário recorrer ao dep. federal Pedro Tonelli (PT/PR) para que interviesse junto ao presidente nacional do Inbra. Por força da conjuntura da luta pela terra em Goiás, Renato Simplicio esteve durante o ano por três vezes no Estado, discutindo com as principais lideranças sindicais e dos sem-terra.

Uma característica muito importante e peculiar da retomada da luta pela terra em Goiás, foi a presença massiva de famílias provenientes das periferias de Goiânia e outras cidades do Estado. São famílias de lavradores que migraram para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. A desilusão com a cidade, o desejo de plantar e garantir as condições de vida, as colocou nessa luta por terra.

Como saldo das intensas lutas empreendidas, ao final do ano os acampados de Mara Rosa, Formosa e Goiás tiveram a satisfação de apresentar para a sociedade grande parte das áreas das fazendas ocupadas plantadas com milho, feijão, arroz, mandioca, frutas e verduras, garantindo a alimentação de suas famílias. Além da garantia de vida, este retorno representa a retomada da aliança rompida entre lavrador e terra.



Antonieta de Sant'Ana

Acampamento São João da Lavrinha — Goiás-GO  
Colheita de arroz 4/3/93

(Cf. documentos CPT  
Regional Goiás)

## ASSENTAMENTO PIP-NUK

Após cinco anos de existência do assentamento, em Nova Venécia/ES, 50 famílias de agricultores transformaram 775 ha. de terra antes praticamente toda improdutivo em uma grande fazenda produtiva. Conforme notícia veiculada na imprensa capixaba, "nele, as lonas de plástico foram substituídas por habitações de alvenaria, há escolas, energia elétrica, armazém comunitário, máquinas agrícolas e um caminhão para o transporte de produtos cultivados pelos moradores".

Na última safra foram plantados em Pip-Nuk (nome dado ao assentamento em homenagem a uma tribo indígena que vivia na região), 30 ha. de milho, 20 ha. de arroz, 5.000 pés de pimenta-do-reino, 15 ha. de feijão, 40 ha. de mandioca, 5.000 árvores frutíferas e 120.000 pés de café, com uma produção estimada em 8.000 sacas de café. Além disso, os assentados possuem 120 cabeças de gado bovino, 500 porcos e 3.000 galinhas. Para garantir o trabalho na agricultura e o beneficiamento da produção, os assentados mantêm um caminhão, dois tratores, uma máquina de pilar arroz, uma farinheira, um triturador de fubá, um conjunto de irrigação e cinco represas.

O projeto é servido por rede de energia elétrica, rede de estradas vicinais em todo o assentamento, escola de primeira fase, uma mercearia administrada pelos próprios moradores e dois armazéns de silagem.

Toda essa estrutura e produção foi conseguida graças a uma política de organização baseada no respeito às características pessoais de cada assentado. Desta forma, Pip-Nuk consegue combinar o trabalho coletivo e individual, sendo que 15 famílias preferiram se dedicar somente ao trabalho individual e são respeitadas em sua decisão. As demais famílias formam uma associação, na qual cada uma detém cinco hectares de terra para o trabalho individual (realizado nas segundas e terças-feiras e sábados) e a outra parte da terra é trabalhada coletivamente.

No trabalho coletivo, os jovens também recebem pelo que produzem. Esta decisão foi tomada pelos moradores para garantir a permanência dos mesmos na terra com certa autonomia financeira.

Mais recentemente, devido às exigências do processo de comercialização e para que possam também alugar o maquinário existente no assentamento — quando não estiver sendo utilizado pelos moradores — aumentando as fontes de recursos, os assentados resolveram criar uma cooperativa, dando um passo a mais em sua organização. A cooperativa substituirá a associação e seus limites institucionais.

É importante ressaltar ainda que a população de Nova Venécia e os pequenos e médios produtores locais — que a princípio viam o assentamento com certa desconfiança — passaram a respeitar profundamente seus habitantes. Os assentados conseguiram demonstrar sua capacidade de organização e abriram espaço para atuações conjuntas com a população da região em função de interesses maiores da coletividade.

Estas experiências comprovam que a organização dos trabalhadores e o compromisso com relação à coletividade podem ser fonte de melhorias para a vida de todos, além de sinalizar para alternativas concretas no campo da produção, onde se combina o trabalho individual e o coletivo (Informativo "Pastoral da Terra" — CPT Nacional — n° 104, setembro/92).

Existem diferenças entre os assentamentos. Os que ficam isolados, com baixo grau de organização interna, sem apoios externos, têm grandes dificuldades para encaminhar com sucesso alternativas de produção e comercialização. Já os que se organizam e estão articulados com outros, por meio de alguma forma de associação, têm melhores condições de ser criativos na busca de alternativas. Estes podem aproveitar melhor, e sem perder sua autonomia, as contribuições de

técnicos ou de entidades de assessoria técnica, voltadas para a promoção de agricultura alternativa.

### 2.2. Os Desafios da Produção e Comercialização

Tanto os pequenos produtores tradicionais, quanto os assentados, pressionados por uma conjuntura econômica nada favorável aos pequenos e diante de política agrícola feita através de "pacotes", nos quais nunca se vêem contemplados, hoje — mais do que em qualquer época —, são desafiados a buscar mecanismos alternativos para viabilizar a produção, beneficiamento e comercialização de seus produtos.

O pequeno produtor rural, ao longo da história do Brasil, tem sobrevivido graças à grande persistência e capacidade de resistir ao poder concentrador da riqueza e da propriedade da terra, bem como ao desestímulo provocado pela histórica vinculação, pelo Estado, dos instrumentos de fomento da atividade agrícola à grande exploração rural.

Neste processo, nem todos os pequenos produtores conseguiram resistir, resultando no grande êxodo rural que expulsou (e ainda expulsa) milhares de camponeses da terra.

Hoje, através das várias formas de lutas pela terra, seja por meio das ocupações e acampamentos, no caso dos sem-terra, ou nas lutas reivindicatórias, empreendidas pelos pequenos produtores (tradicionais ou assentados), está explícita forte convicção na legitimidade dessa luta e grande determinação em continuar resistindo como lavrador.

Materializando esta convicção e determinação presentes, os camponeses se organizam, de Norte a Sul do país, para enfrentar os problemas e desafios da produção e comercialização.

Exemplificando estas organizações, relatamos a seguir algumas experiências — dentre as várias já existentes — que servem de incentivo para que mais lavradores exerçam sua criatividade através de inicia-

tivas para que possam continuar produzindo e vivendo com dignidade a partir do que produzem.

#### 2.2.1. Casa de Farinha de Ladeiras

Há dez anos o Incra assentou cerca de 60 famílias em uma região de terras pobres do município de Japoatã, em

Sergipe. Esta iniciativa recebeu o nome de Projeto de Colonização Ladeirinhas A. A despeito das dificuldades iniciais devido à falta de assistência dos órgãos governamentais, dificuldades de financiamento, falta de água boa até mesmo para beber, os trabalhadores da região conseguiram se organizar e criar alternativas, garantindo sua manutenção na terra.

A mandioca é um dos produtos básicos da agricultura em Sergipe e a produção de farinha de mandioca é uma das poucas possibilidades de gerar um excedente que possa se constituir em renda para os trabalhadores da região. Normalmente o trabalho de processamento da mandioca é feito contratando serviços de casas de farinha particulares e pagando uma taxa equivalente a 25% da farinha produzida.

No entanto, graças a um projeto governamental, 42 famílias de Ladeirinhas A formaram uma associação e conseguiram verba para construir e equipar sua própria casa de farinha. A diretoria, eleita pelos próprios associados, administra a casa, cobrando apenas 10% da produção de farinha dos sócios e 15% dos não-sócios.

Inicialmente, a casa de farinha estava equipada com forno elétrico para torrar o produto, mesa manual de moagem da mandioca, prensa para escorrer a massa, além de cochos e outros vasilhames necessários a esta atividade.

Graças ao nível de organização dos agricultores e ao bom trabalho administrativo que vem sendo realizado, a associação, com dois anos de trabalho, conseguiu dobrar a capacidade produtiva da casa de farinha adquirindo, com recursos próprios, mais um forno elétrico, mais uma prensa, uma mesa de moagem elétrica que substituiu a mesa manual e um triturador elétrico que permite aproveitar a parte da farinha que não passa pela peneira, desperdiçada anteriormente. Além dos equipamentos, os ganhos permitiram o aumento da varanda, utilizada para descascar a mandioca.

Hoje, a casa de farinha de Ladeirinhas A funciona praticamente a semana toda, dando emprego permanente a dois funcionários, assentados do Projeto, que organizam a utilização do maquinário segundo solicitação dos sócios.

A associação consegue manter um fundo de caixa no banco que serve para a conservação do maquinário e da casa, bem como para novas aquisições. Os sócios se revezam na limpeza do local, feita sempre aos domingos, por equipes previamente formadas. Além disso, a casa de farinha ainda é fonte de serviço para pessoas que recebem para descascar a mandioca, reforçando o orçamento familiar (Informativo "Pastoral da Terra" — CPT Nacional, nº. 104, setembro/92).

### 2.2.2. *Associativismo no Oeste catarinense*

Na região Oeste de Santa Catarina (Diocese de Chapecó), existem 222 grupos de associativismo, tanto de pequenos produtores tradicionais como de assentados, li-

gados ao trabalho da CPT, MST e Apaco (Associação de Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense). Essas associações estão distribuídas em 30 municípios da região.

Em seu trabalho de acompanhamento aos grupos de trabalho coletivo, as entidades fizeram a seguinte classificação: grupos de produção, grupos de comercialização, grupos de industrialização e grupos de usufruto comum. Os grupos não têm uma única especialidade, pois alguns fazem desde a produção até o beneficiamento e a comercialização.

Os grupos de produção são formados por pequenos agricultores que se reúnem para produzir juntos. Eles juntam suas terras e escolhem o melhor pedaço para o plantio. A preparação da terra, o plantio, o cultivo e a colheita em áreas selecionadas são feitos em comum. Os casos de criatórios de aves ou suínos seguem praticamente o mesmo esquema, com um ou mais criatórios comuns.

Os grupos de comercialização são organizados para a comercialização conjunta dos produtos, para conseguir melhor preço e facilitar o transporte. São comercializados carnes, fumo, frutas, entre outros produtos. Existem também grupos que compram em comum os insumos e até mesmo remédios, para baratear os custos. Entre os produtos de compras conjuntas, incluem-se: insumos agrícolas (adubos, sementes), sal, açúcar, erva-mate. As atividades de comercialização estão mais concentradas nos grupos da região de Palmitos e Seara.

Os grupos de industrialização são constituídos por pequenos agricultores que se juntam para beneficiar coletivamente seus produtos. Tanto para o consumo próprio como para alcançar melhor preço na venda. Há um grupo de industrialização de carnes e derivados em Chapecó; há dois grupos com moinho implantado para a industrialização do milho e farinha e descascador de arroz, em Campo Erê e em Caxambu do Sul. Dois grupos industrializam leite e seus derivados.

Os grupos denominados de usufruto comum são organizados para adquirir e utilizar serventias em comum, como máquinas, implementos, armazéns, pequenas indústrias etc. A maioria dos grupos utiliza em comum armazéns e secadores de grãos. A maioria dos secadores é comunitária. Grande parte dos grupos de produção vem adquirindo, em conjunto, máquinas, tratores, distribuidores de esterco, moto-serras, motores, moedores de cana, dividindo os custos, viabilizando a produção.

Existem alguns grupos que trabalham a terra coletivamente e têm propostas de agricultura alternativa. Produzem adubação verde, fazem reflorestamento, produzem suas próprias sementes (principalmente de milho variedade) e fazem a conservação do solo em comum.

O total de participantes destes grupos na Diocese de Chapecó é calculado em cerca de 3.000 famílias. São 58 grupos associados à Apaco, o que abrange aproximadamente 800 famílias (Informativo "Cheiro de Terra", CPT-SC, nº. 81, setembro-outubro/92).

### 2.2.3. Alternativas de comercialização em Rondônia

No início da década de 80, no Estado de Rondônia, os agricultores, assessorados por Igrejas e ONGs, deram os primeiros passos no processo de organização em pequenas associações. Através das discussões entre os trabalhadores, essas associações visavam o pré-beneficiamento dos produtos agrícolas por eles produzidos, especialmente arroz, feijão e café. Para isso almejavam obtenção de máquinas, o que foi conquistado através de recursos oriundos de atividades coletivas (mutirões, roças comunitárias e outros), por financiamento junto a entidades ou por ocupação de máquinas que existiam, colocadas pelo Governo, e que eram mal-utilizadas. As associações foram se desenvolvendo individualmente através de pequena infra-estrutura e muito questionamento.

Com a realização de alguns encontros entre as lideranças, certas dificuldades foram superadas e foi possível, conseqüentemente, realizar algumas práticas como a compra de pequena quantidade de gêneros alimentícios de primeira necessidade (açúcar, sal, óleo e outros) que atendiam aos associados nas suas necessidades básicas.

A partir de iniciativas como esta, fez-se cada vez mais necessária a centralização dessas organizações. As lideranças passaram a realizar com mais freqüência encontros nos quais eram discutidos os mais diversos problemas. Um problema comum era a comercialização dos produtos pré-beneficiados.

A discussão sobre a comercialização foi se tornando o eixo central de todos os encontros de lideranças. E, observando os caracteres jurídicos e organizativos, foi fundada em 16 de maio de 1989 a Acaram (Articulação Central das Associações Rurais de Ajuda Mútua). A assembléia de fundação teve a participação de 13 associações, distribuídas em diversos municípios do Estado de Rondônia.

A Acaram, até 1990, efetuou a comercialização de duas formas diferentes:

- a) encaminhando a produção dos associados que se encontravam em situação financeira difícil ao mercado, como medida de urgência. A quantidade ofertada, em geral, neste tipo de comercialização, é muito pequena. O preço obtido, portanto, sempre com margem muito pequena acima do mercado. Não é possível barganhar melhor preço com pequenas quantidades, estando as associadas em locais muito distantes;
- b) vendendo cargas completas das associações, onde os produtores se dispunham a aguardar mais tempo pelo pagamento que geralmente demora de um a sete dias. Nestas condições era possível barganhar e obter um preço bem mais elevado que o praticado na praça local.

Em conseqüência dos resultados positivos, principalmente os obtidos com a comercialização de cargas completas, as associações solicitaram da Acaram maior participação na comercialização, com condições de comprar as pequenas quantidades dos produtos. Entretanto, havia barreiras muito difíceis para serem transpostas, como:

- 1º. a comunicação no Estado e, principalmente, com algumas localidades, é precária. Isto dificulta o intercâmbio entre a Acaram e as associações e, por conseguinte, as transações comerciais;
- 2º. a Acaram não possuía capital de giro, e se tornava muito difícil enfrentar tal situação.

O resultado desta realidade foi, a princípio, a comercialização de pouco rendimento para quem tinha pequenas quantidades e precisava urgentemente do dinheiro.

No ano de 1991, a Acaram recebeu a solidariedade de uma entidade internacional que, a título de empréstimo, concedeu-lhe um financiamento para capital de giro. Isto contribuiu muito para a ampliação da comercialização.

Na assembléia ocorrida em meados de 1992, a Acaram fez a avaliação da comercialização realizada em 1991 e concluiu que o volume comercializado foi menor que o esperado. O preço obtido, porém, havia sido superior ao praticado pelo mercado. A partir dessa avaliação, a direção da Acaram resolveu manter contatos com Bancos (Banco do Brasil, Basa e Beron), com a finalidade de obter créditos para a comercialização. Através desses contatos foi constatada a inexistência de créditos específicos para capital de giro, o que forçou a busca de créditos em fontes alternativas.

O empréstimo tinha o objetivo de aumentar consideravelmente a comercialização de café e cacau. Dentro desse objetivo estão inseridos três aspectos de suma importância para organização e consolidação da Acaram como alternativa para os produtores do Estado:

No ano de 1992 a Acaram conseguiu um capital de giro significativo para suas transações comerciais. Este capital estava composto de uma venda própria da Acaram (Cr\$ 223.646.000,00) e mais dois empréstimos através de projetos internacionais com entidades solidárias (Cr\$ 97.900.000,00), totalizando Cr\$ 331.546.000,00.

Estes valores renderam à Acaram um aumento real do seu capital de giro, deixando no bolso dos produtores e no caixa das associações os equivalentes (atualizados em janeiro/93):

- produtores (associados) — Cr\$ 350.000.000,00 (56,8%)
- associadas (devolução) — Cr\$ 88.844.649,00 (14,4%)
- Acaram (montante) — Cr\$ 176.874.429,00 (28,7%)

TOTAL Cr\$ 615.719.078,00

O capital aplicado (Cr\$ 331.546.000,00) rendeu de forma direta ou indireta à organização e aos produtores rurais o montante de Cr\$ 615.719.078,00. Montante este que, se não existisse a Acaram, iria, provavelmente, para o bolso dos cerealistas intermediários para manutenção do *status quo* e a miséria e dependência do produtor rural e de sua família.

- 1º. atender o máximo de produtores das associações filiadas à Acaram, independente da situação;
- 2º. ter condições de pagar aos produtores, quando houver necessidade urgente de venda, e fechar cargas completas barganhando melhores preços;
- 3º. ter capital suficiente para a reciclagem da comercialização: quando uma parte está imobilizada temporariamente em cargas fechadas (onde o pagamento só será efetivado entre um e sete dias), outra parte manterá a continuidade normal da comercialização entre a Acaram e as associações.

Conforme decisão de assembléia da Acaram no início de 92, três produtos foram escolhidos como prioritários para a comercialização: café, cacau e banana. Como a banana é perecível e de mercado muito instável, ficou em segundo plano dentro das metas estabelecidas. Neste sentido, foi dada ênfase à comercialização do café que é o produto básico dos pequenos produtores. As estimativas eram de comercializar 2.000 toneladas de café beneficiado.

A Acaram, em 1992, buscou aumentar significativamente as relações comerciais com indústrias cafeeiras dos estados de São Paulo e Paraná, ampliando o trabalho iniciado no ano anterior.

Para administrar seu capital, a organização definiu em seu regime interno as seguintes regras:

- quando uma associação conseguir completar carga junto a seus associados, em contrapartida a Acaram procura comercializá-la. Do total da operação, 1% fica como comissão para a Acaram, relativo aos custos de comercialização; o restante fica a critério da associação e seus respectivos associados;
- quando a associação tiver de comprar o produto, sempre pagará ao produtor um valor acima do mercado local e, quando da venda do produto, a Acaram fica com 60% do total líquido e a associação recebe os outros 40%.

Estas regras atendem perfeitamente à realidade e necessidade da região, não havendo privilégio para esta ou aquela associação. O nível de organização e mobilização coordena este capital junto às associadas.

As expectativas pelos resultados com a vinda deste capital passa pelo volume maior a ser comercializado, a confiança dos produtores na Acaram. O preço atual do café se mantém mais valorizado que a correção monetária e, sabendo trabalhar, será possível obter um resultado extremamente positivo.

Algumas dificuldades contribuíram para que a Acaram não atingisse a comercialização das 2.000 toneladas de café previstas:

- o capital de giro dos projetos chegou no meio da safra (setembro), diminuindo as possibilidades de maior comercialização e, por conseguinte, maior retorno econômico para toda a organização;

- algumas associações, por dificuldades de distância e comunicação, comercializaram o produto com os cerealistas locais;
- outras associações, devido a sócios pouco informados e apressados, tiveram de comercializar o produto com urgência, através de cerealistas locais;
- as relações comerciais com algumas associações, devido a dificuldades internas, não foram estáveis.

Estes fatores, no entanto, já estão sendo contornados, através de visitas da direção da Acaram, cursos de formação e discussão sobre formas mais eficientes de comunicação entre a Acaram e as associadas.

Apesar dos resultados animadores e dos apoios recebidos, a Acaram tem pela frente muito trabalho de formação, organização e comercialização. O que anima são as vitórias, lentas mas progressivas, mostrando que o caminho é esse (Documentos da CPT-Regional Rondônia).

### 2.3. “O Nordeste é a Terra Prometida aos Nordestinos”

Seca e Nordeste parecem um binômio que o destino juntou. Criou-se a respeito desse binômio uma visão politicamente estreita e oportunista do Nordeste, feita de chavões que só retratam o homem do campo nos seus piores momentos, como se a vida tivesse sido cristalizada na fome, na sede, no retirante que migra, nos rostos aflitos e resignados.

Mas, como afirmou um lavrador: *“O Nordeste não é uma terra ingrata com seus filhos; ingratos são os governantes que aproveitam a seca para dominar a gente”*. Estas palavras refletem uma realidade política, econômica e social exaustivamente analisada por sociólogos e economistas em centenas de artigos, estudos e livros.

Nossa intenção, com este texto, é oferecer alguns elementos para reflexão nova e mais verdadeira sobre o Nordeste. Está na hora de abrir os olhos e perceber que a realidade está mudando. A consciência e a organização do trabalhador rural nordestino já possibilitaram passos significativos; ele está sacudindo de seus ombros e de seu espírito o peso da dominação, que foi e continua sendo, a causa principal de sua miséria e submissão.

A dignidade que o nordestino está firmando dentro de si exige da sociedade respeito e mudança de mentalidade.

#### 2.3.1. *Quem disse que o Nordeste é seco?*

Em março de 92, aconteceu em Fortaleza o encontro mundial das áreas semi-áridas em preparação à ECO-92, no Rio de Janeiro. Na ocasião, um técnico israelense mostrou-se admirado de ver o Nordeste incluído nas listas das áreas semi-áridas, porque em Israel a média de chuva anual é inferior a 100 mm, enquanto no Nordeste é de 750 mm.

O problema fundamental da miséria e dependência do Nordeste não é a falta de água; é o controle político da terra

e da água que impede qualquer mudança na estrutura fundiária e no conjunto da vida do nordestino. A água, como a terra, é poderoso instrumento de dominação, e a seca uma vantagem política e econômica para as elites agrárias.

Por isso, grande parte das políticas públicas para o Nordeste se encontram ainda no semi-árido. Elas sempre foram marcadas pelo assistencialismo, com o objetivo de controlar o forte potencial humano da região. O problema, portanto, é político e social, e é nesse rumo que o trabalhador rural do Nordeste está procurando a solução para seu sofrimento secular.

### 2.3.2. A novidade já nasceu

Neste último ano, as CPTs do Nordeste promoveram ou acompanharam várias iniciativas dos trabalhadores rurais, que revelaram profunda mudança de atitude no enfrentamento do problema da seca. Estamos, inclusive, evitando a palavra “seca”, porque ela projeta na nossa memória um quadro cruel de fatalismo, como se as pessoas nada pudessem fazer a não ser esperar pelas miseráveis frentes de trabalho do governo ou migrar para os centros urbanos.

Hoje preferimos falar em semi-árido, palavra que reflete uma realidade permanente de muitas áreas do mundo. O semi-árido não é necessariamente uma terra de mandacaru, de poeira e de caveiras de gado; é terra onde muita gente encontra seu meio de vida, de trabalho e de crescimento da consciência de sua dignidade.

### 2.3.3. No Ceará, na Bahia, na Paraíba...

Na primeira quinzena de outubro, a CPT do Ceará organizou um encontro de cinco dioceses atingidas pela seca. O encontro como um todo foi permeado por um espírito novo. De fato, quando analisamos o jeito do povo compreender o semi-árido, percebemos que a terra é amada e tratada com carinho. Às vezes, não dá o suficiente, mas o pouco que produz é bem-vindo porque este pouco lhe permite permanecer na terra.

Numa assembléia de 180 lavradores, realizada em Juazeiro da Bahia, um ponto bastante discutido foi o da produção. Chamou a atenção e foi uma novidade a mudança de perspectiva dos trabalhadores. Em vez de repetirem formas de luta costumeiras (“burocráticas”) — abaixo-assinados, denúncias etc. —, a totalidade do tempo foi gasta na troca de experiências do que estão fazendo para conviver no sertão. E está dando certo: é a tendência de procurar uma alternativa, já agora, que lhes dê condições de sobreviver.

A criatividade de quem ama a terra parece não ter fim. Quando a falta de chuva destrói a plantação, o homem e a mulher lavradora inventam mil maneiras para garantir sua sobrevivência. E quando conseguem acertar uma nova maneira de produção, o conjunto da vida tem mudanças significativas:

- melhora a alimentação e a saúde na família e na comunidade;
- cria autonomia em relação aos projetos do governo;
- resgata a mão-de-obra local, diminuindo o êxodo para a cidade;
- aumenta a confiança neles próprios e o acúmulo de experiência;
- aprendem a administrar;
- criam nova relação com a natureza;
- aprendem a conviver com os companheiros, criando novas relações;
- adquirem novo conteúdo para celebrar a fé no Deus presente na vida.

Isso mostra como é falsa a imagem de quem vê o nordestino como aquele que vive em sua terra sonhando com o dia em que poderá dela sair. E fique claro: *é essa criatividade que garante, em primeiro lugar, sua permanência na terra e não a humilhante ajuda emergencial dos governos estaduais e federal.*

### 2.3.4. Criando e recriando o futuro

E quais são as iniciativas com poder transformador tão grande na vida do trabalhador? São as de pequeno porte econômico, mas de grande potencial psicológico e vital.

São experiências de irrigação que evitam erosão e salinização; hortas e roças em áreas molhadas à beira dos açudes; cultivo de roças com adubo orgânico; plantio com tecnologias baratas, experimentadas e aplicadas por pequenos grupos; novas técnicas de retenção e utilização da água; criatórios de peixes em pequenas barragens; criatórios de cabras e ovelhas em pastos de leucena; criação de abelhas; bancos de sementes selecionadas, próprias para áreas do semi-árido; armazenamento de forragem compactada; trabalhos de artesanato, renda e labirinto; diversificação de culturas; plantios consorciados; hortas de plantas medicinais; cultivo de frutas e sua industrialização etc.

Esses trabalhos são resultado de práticas criativas perante a necessidade de sobrevivência e conscientização. O resultado é mais efetivo quando acontece dentro de atividades de grupos de mulheres, jovens e associações informais de lavradores.

### 2.3.5. Mas isso tem futuro?

“Mas onde pensam que leva este tipo de produção”, questionou um técnico, “e como vocês podem fazer frente à produção dos grandes e das multinacionais?” O lavrador que falava com entusiasmo de sua experiência de pasto de leucena respondeu: *“A nossa primeira finalidade não é competir com ninguém. Por enquanto queremos evitar sair da terra e sobreviver”.*

É claro que o problema da produção excedente para comercialização deve ser enfrentado, mas a resposta mostra como é indispensável este primeiro passo para o trabalhador se libertar da miséria e da dependência.

De fato, porém, essas pequenas iniciativas não tocam o sistema econômico como um todo. Não existiria aí o perigo de ficarem fora da história das mudanças, deixando os governos tranqüilos para continuar sua política corporativa? É importante refletir um pouco sobre esse questionamento.

Apoiar as pequenas iniciativas de produção não significa ignorar os governos, esquecendo suas obrigações com a população; não significa deixar de questionar as políticas agrícolas e a “indústria do voto de cabresto”. Sabemos que as atuais políticas de combate à seca não visam resolver esse problema. A seca do Nordeste e suas conseqüências persistem porque os sucessivos governos têm definido como prioridade não o bem-comum, mas os interesses corporativistas de elites econômicas que eles representam e que os elegem.

Um exemplo é a “progressista” administração do Estado do Ceará, que no orçamento de 93 prevê Cr\$ 476 milhões para a agricultura e Cr\$ 730 milhões para o turismo (valores de agosto de 92). Com certeza o turismo é uma importante fonte de renda e de emprego (de renda mais que de emprego), mas assim continua o incentivo à urbanização e à concentração de capital, já que Fortaleza é responsável por 78% do PIB do Estado. Concentração de capital quer dizer pauperização crescente, como mostram claramente os dados oficiais: o PIB do Ceará, de 85 a 91, cresceu 26,6%; superior, portanto, à taxa do país — 6,5% — e do Nordeste — 15,5%. Evidentemente, a distribuição de renda no Ceará piorou: em 86, os que ganhavam até dois salários mínimos eram 80,3%, percentual que em 1989 aumentou para 82,4%; 2,1% dos que ganhavam dois salários mínimos desceram para a faixa mais pobre. Somando-se a isso a queda do valor real do salário, pode-se ter uma idéia do empobrecimento de todos os assalariados.

### 2.3.6. *Um jeito mais político de cobrar*

O tipo de cobrança que está sendo feito dentro das iniciativas do semi-árido não visa a atuação genérica e assistencialista como é praxe dos governos.

No caso do sertão da Paraíba, por exemplo, os trabalhadores estão exigindo o uso racional dos açudes públicos e um rígido controle das comportas dos grandes reservatórios. Atualmente, estes estão sendo utilizados quase exclusivamente por grandes fazendeiros.

Os trabalhadores querem ainda democratizar o uso da água (e da terra), exigindo que, o quanto antes, toda a água do sertão seja declarada de utilidade pública e, quando necessário, seja confiscada a terra onde ela se encontra para o uso imediato das comunidades.

Em várias áreas do Nordeste as famosas “frentes de emergência” deixaram de ser um bom negócio para os

políticos e os grandes proprietários de terra, para ser aproveitadas nas propriedades dos lavradores no preparo da terra, para consertar cercas, semear nas vazantes e construir reservatórios comunitários. No município de Acopiara, Ceará, foram construídos 36 cacimbões em áreas previamente declaradas de utilidade pública, com documento oficial.

E os “saques”, não são um novo jeito de cobrar? Não são, em si, um fato novo. Nova é a consciência e a organização com que acontecem. A necessidade extrema obriga os trabalhadores a se organizar com rapidez e com firmeza para a “retirada” dos alimentos, preferencialmente dos armazéns dos governos e das prefeituras. “Retirar” ou “recuperar” os alimentos, como eles corretamente dizem, sem saquear nem ferir ninguém, *é um puro e simples exercício do direito de viver*; é um grito forte, às vezes desesperado, clamando pelo direito à cidadania.

E tem mais um tipo de cobrança. É aquela feita com base em propostas elaboradas e experimentadas pelos trabalhadores. Em pouco tempo, poderão formar um conjunto orgânico que, com pessoas experimentadas e capacitadas, mude a dotação orçamentária e o programa agrícola de um município ou de um Estado, e se torne parte integrante das políticas governamentais.

Em alguns municípios já existem propostas desse tipo, como o “Plano de Desenvolvimento Agrícola” ou o “Plano Agroecológico Municipal”. São projetos estudados e elaborados com a participação dos próprios trabalhadores e de técnicos agrícolas. Sua execução dependerá da força organizativa e política das entidades de classe.

No município de Tauá, Ceará, foi conquistada uma primeira vitória. Os trabalhadores rurais conseguiram que a Lei Orgânica Municipal lhes garanta, entre outros benefícios, que o município destine 5% de seu orçamento para o desenvolvimento agrícola. Resta agora o segundo passo: a aplicação da lei.

### 2.3.7. *Construindo o poder*

Acreditamos, como CPT, que essas iniciativas devem ser apoiadas e incentivadas, porque não deslocam o trabalhador do eixo político que cria as alternativas históricas, mas, ao contrário, o coloca no rumo mais acertado de participação no poder, capacitando-o para isso. Nesse processo se concretiza um discurso político novo que poderá significar um pólo de mobilização e de pressões sobre os governantes: é o momento de descobrir, experimentar e construir novos caminhos e nova maneira de enxergar as potencialidades do sertão.

É fundamental lembrar-se disso porque o poder está localizado em toda a iniciativa, formal ou informal, que nasce da sociedade.

Nestas novas iniciativas aparece sempre mais forte um elemento seguidamente esquecido: a preocupação com a

## CARTA ABERTA ÀS AUTORIDADES

"Através desta carta aberta, nós, as 10 famílias no total de 66 moradores de Benta Hora, no Município de Mogeiro, queremos manifestar a nossa grave situação visto que desde o dia 19 de janeiro somos notificados para sermos despejados dentro de 90 dias.

Somos nascidos e criados nesta terra há mais de 60 anos. Não admitimos que a terra, na qual vivemos e na qual produzimos, como segue adiante, nos seja tirada para criar gado, e a gente, com nossos filhos, sejamos jogados na rua. Na rua não há emprego ou outros meios de subsistência. Na cidade nossos filhos serão condenados a passar mais fome ainda e tornar-se marginais.

O Sr. Antônio Félix de Brito, atual proprietário, bem sabia nossa história. Ele sabia que nascemos nesta terra e é dela que vivemos. E é só pra mais lucro que tenta tirar nosso sossego e nos condenar à miséria.

Somos agricultores, pais responsáveis por nossos filhos e por isso trabalhamos e produzimos.

Apesar de este ano que passou não ter sido favorável, mesmo com chuva irregular, conseguimos produzir 377 sacos de milho, 227 de feijão, 42 de farinha, 3 de fava, criamos 19 cabeças de gado, 54 cabras, 10 porcos, 9 cavalos, 25 perus e 332 galinhas. Temos plantado 18 quadras de roça e, somando as fruteiras de todos em Benta Hora, temos 3400 pés de banana, 21 mamoeiros, 21 pés de maracujá, 17 laranjeiras, 17 cajueiros, 14 pés de açafraão, 10 coqueiros, 9 pés de pinha, 8 pés de goiaba, 8 de graviola, 6 de jaboticaba, 3 jaqueiras e 3 mangueiras.

A comunidade tem construído 2 açudes e 1 poço, o que tem sido nossa salvação neste verão prolongado.

Sabemos que a autoridade é constituída pra se manter a ordem proporcionando condição de viver e crescer em paz. O governador nos tem declarado ser nosso aliado, mas o fato é que a data do despejo é marcada. Pra essas horas, conversa não adianta.

Nós não temos para onde ir. Somos agricultores e só podemos viver na terra. Não podemos ser despejados e não sairemos da terra pois não temos pra onde ir. Nesta terra nascemos, nela nos criamos, a ela conhecemos e nela queremos ficar. Viemos notificar a nossa triste situação e responsabilizamos as autoridades estaduais pelo que acontecer no caso deste despejo vir a acontecer".

Moradores de Benta Hora, Mogeiro, Paraíba, 21/2/92

Esta carta antecipa-se a uma série de violências praticadas por policiais e jagunços, em abril de 1992, com destruição de casas e de roças. Por força de muita teimosia, porém, os posseiros conseguiram o compromisso do governo do estado de comprar a área.

grande massa dos trabalhadores. Ela está fora dos sindicatos, dos partidos, das CEBs, das associações, mas é extremamente criativa para procurar jeitos de sobreviver e resistir. É fundamental enfrentar esse desafio pois, como disse um lavrador, "é difícil preparar o novo sem descobrir e participar da vida das massas".

2.3.8. "Aqui se teima prá viver. O novo nasce aqui."

Com estas reflexões não queremos transmitir a idéia de que sonhamos com o Nordeste transformado, em breve, em paraíso terrestre. Só queremos destacar que os nordestinos estão descobrindo o jeito de viver com dignidade no

Nordeste, que isso é viável, que eles querem ficar onde plantaram suas vidas e suas culturas. É um trabalho a longo prazo, mas possível, e que já começou, porque a grande riqueza do Nordeste, e dos sertões em particular, é a sua própria população. São comunidades camponesas, de povos indígenas, de negros (remanescentes de antigos quilombos), que fazem do Nordeste uma região que tem futuro. É uma população que vive com sabedoria sua tradição, suas culturas e religiões, que sabe criar e recriar suas lutas e suas formas de organização.

O povo nordestino não está se decompondo; ao contrário, está se recompondo na convivência sofrida e amistosa com a terra, que é o chão fecundo de onde nascem novas formas de produção, de relações, de cidadania.

A solução para o semi-árido virá do trabalho, da criatividade, da teimosia e do coração destes trabalhadores e trabalhadoras que já estão construindo as alternativas de amanhã. Esse profundo desejo de viver já se tornou poesia e canto neste ensaio de arte nordestina que Manoel Machado nos oferece:

*quem já viu o sertão seco e estorricado  
quem já viu toda a caatinga desfolhada  
sabe bem:*

*aqui se teima pra viver.*

*Quem já viu um camponês depor a enxada  
quem já viu uma multidão ganhar a estrada  
sabe bem:*

*aqui se teima pra viver.*

*Quem ouviu triste lamento da partida  
quem sentiu o que é a dor da despedida  
sabe bem:*

*aqui se teima pra viver.*

*Já está chegando uma clareza:  
a vida aqui pode ser outra,  
alegre e feliz.*

*Renovemos a esperança,*

*aqui Deus Pai nos planta:  
o novo nasce aqui.*

*É na força da união,  
na luta dos irmãos  
que a vida vai sorrir,  
que o sertão vai florir.*

*Justiça vai brotar:  
o Povo se libertar.*

Capítulo sob a coordenação de Ivo Poletto, com contribuições de Vera Lunardi (assessores da CPT Nacional), Pe. Ermanno Allegri e equipes regionais do Nordeste.

# III

# A REFORMA AGRÁRIA E O ESTADO: OMISSÃO E CONIVÊNCIA



J.R. Ripper — Imagens da Terra

*Despejo de 2.600 famílias em Campo Grande — RJ — 06/92*

Desde o período colonial, o Estado brasileiro tem mantido, quase intocada, a estrutura fundiária do país. Fundada no tripé latifúndio, monocultura e exportação, é, ainda hoje, excludente e violenta. Para garantir esta estrutura, o Estado tem sido, através dos anos, o guardião do latifúndio, mesmo quando se apresenta como defensor da propriedade privada da terra.

Outra face do Estado é a que garante a expropriação das terras dos pequenos produtores rurais. Conivência e omissão caracterizam a ação do poder público junto aos deserdados da terra, os camponeses, os lavradores sem terra, os posseiros. Vale dizer, os diversos organismos, particularmente o Poder Judiciário, têm criado ou consolidado as bases, legais ou não, para a reprodução da violência no campo.

A violência tem sido, no Brasil, a principal forma de ação do Estado contra os pequenos do campo. Desde a violência da segregação dos colonos nos projetos de colonização, até a eliminação física do trabalhador rural pelas polícias estaduais. Essa violência, permitida contra as populações empobrecidas do campo, só na década de 70 começa a ser registrada e documentada mais rigorosamente por organismos da sociedade civil.

Para viabilizar minimamente a desapropriação de terras no país, o Poder Legislativo instituiu a desapropriação para fins de Reforma Agrária no início da década de 60.

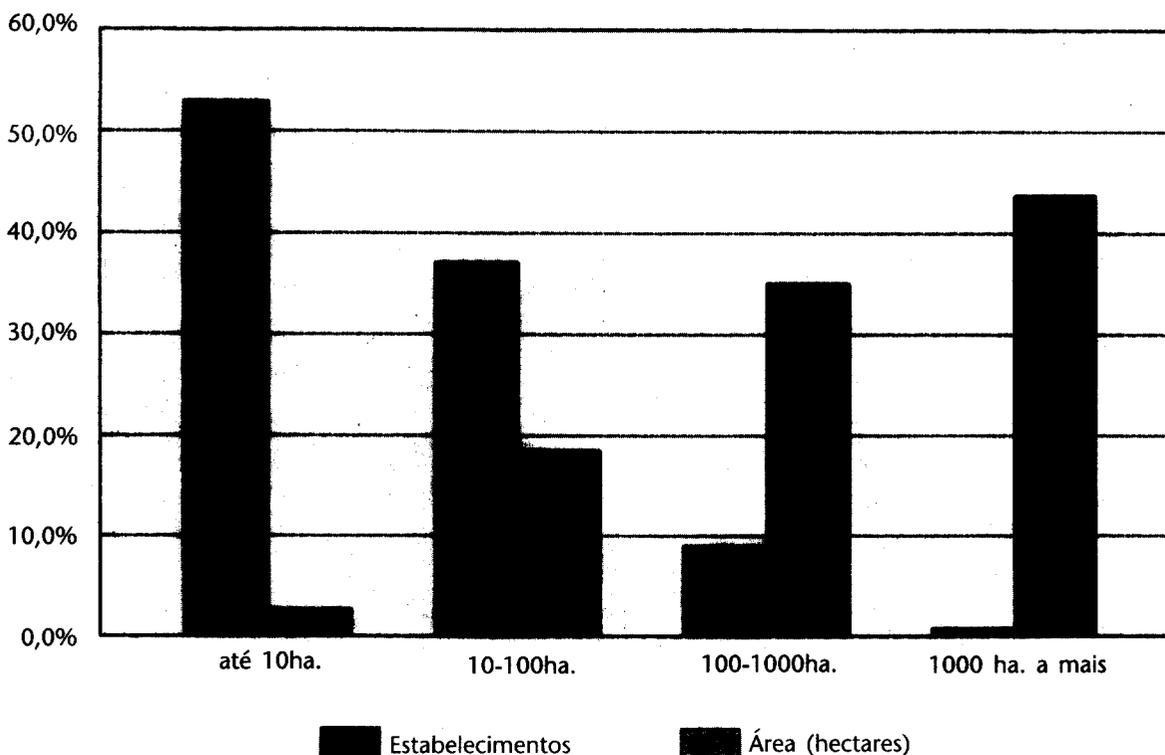
Nessa época, havia toda uma luta da população do campo e das cidades pelas reformas de base, particularmente a Reforma Agrária.

Da década de 60 para cá, apesar da instituição da desapropriação, mais de 30 milhões de brasileiros saíram do campo, perderam suas terras e foram forçados a habitar as periferias das grandes cidades. Esse fenômeno denuncia uma política deliberada do Estado, que privilegia a grande propriedade em detrimento da propriedade camponesa e das áreas de posses.

Os anos 90, até agora, têm sido marcados, relativamente à Reforma Agrária, pelos discursos vazios, promessas não-cumpridas e os efeitos da mídia eletrônica. Este aspecto nos conduz ao discurso neoliberal, vigente no Brasil, onde fala-se muito daquilo que não se pretende de fato realizar.

Sem dúvida, 1992 foi o ano da luta pela lei agrária no Congresso Nacional. A ação das entidades que atuam no campo, no sentido da aprovação da lei, foi sincronizada, ainda que o resultado obtido, em termos práticos, tenha sido pouco favorável para os trabalhadores rurais que necessitam de terra. Em outros termos, a lei agrária, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, deixa poucas possibilidades de desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária.

## BRASIL: CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA Censo Agropecuário do IBGE (1985)



A composição do Congresso Nacional, via de regra, é muito desfavorável aos interesses dos trabalhadores rurais. Nesta legislatura, iniciada em 1991, não foi diferente. O embate travado no parlamento tem demonstrado que os senhores de terras estão ali muito bem representados e articulados para a defesa dos seus privilégios e propriedades.

## 1. O JUDICIÁRIO: SEU PAPEL, RESPONSABILIDADE E AÇÕES

O Poder Judiciário, que tem a função de zelar pela aplicação da lei, tem, com muita frequência, demonstrado parcialidade, deixando-se instrumentalizar por latifundiários ou por chefes políticos locais, agindo ativa e passivamente em defesa de uma estrutura fundiária concentradora de terras, de um lado, e de miséria, de outro.

A Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara Federal, que em 1991 investigou as causas e origens da violência no campo, chegou à conclusão de que as principais causas da violência no meio rural brasileiro estão ligadas diretamente à ação ou omissão do Estado.

Sem excluir a responsabilidade de outros setores e sem cair no absurdo de responsabilizar apenas e tão-somente o Judiciário por toda a situação de violência no campo, é preciso ressaltar que, dos Poderes do Estado, talvez seja ele o que mais tenha contribuído para que a violência perdure. É do Judiciário o poder e a competência, portanto, a responsabilidade para dizer o direito, aplicar e distribuir justiça na solução dos conflitos. Porém, o que tem se constatado é que a sua atuação resulta em mais intranquilidade social; em mais conflitos.

“A ineficácia do Poder Judiciário tem contribuído, decisivamente, com a violência, a injustiça, a característica absoluta da propriedade privada da terra, a instituição do latifúndio...” (Cf. Relatório final aditivo, CPI da Violência no Campo, p. 6.)

*A atuação dos juizes* — Consideremos uma situação de ocupação de uma terra, que por longos anos permanece improdutiva, portanto ociosa. Um grupo de agricultores, famílias sem-terra, a ocupa. Diante de um cenário como esse, vivido cotidianamente pelas milhares de famílias de sem-terra deste país, logo aparece um suposto proprietário ou até mesmo proprietário para reclamar a posse do imóvel. Ajuíza uma ação possessória. O desfecho já sabemos qual é. O juiz concede a liminar e as famílias são despejadas.

Pois bem, nas ações possessórias é possível a concessão de liminares, o que não é permitido na ação reivindicatória, própria para a defesa da propriedade. Uma parte considerável de juizes preferem conceder liminares de plano, ou seja, sem qualquer cautela, baseados simplesmente na versão dos autores da ação, que sustentam a sua posse em simples títulos dominiais, conseguidos sabe-se lá como!

Em muitos casos, os próprios cartórios registram imóveis sem levar em consideração a posse legítima, via Usucapião, por parte de lavradores que neles trabalham e vivem há anos. Isso sem falar no escândalo que é a indústria da falsificação de títulos dominiais. Ao conceder as liminares solicitadas pelos fazendeiros, os juizes acabam legitimando verdadeiros escândalos jurídicos.

Por outro lado, os julgadores não fiscalizam a execução das liminares concedidas, deixando-as sob a reponsabilidade de oficiais de justiça frequentemente corrompidos e de um aparelho policial violento. O resultado é quase sempre o despejo violento e, muitas vezes, ilegal. Desta forma, uma medida cautelar provisória, se transforma em decisão definitiva; verdadeiras sentenças de mérito (depoimento do deputado estadual e advogado de lavradores, Domingos Dutra PT/MA à CPI, pp. 6 e 7).

O que os juizes têm feito, à luz do Código Civil de 1916, nada mais é que cristalizar o absolutismo do direito de propriedade já consagrado naquele diploma legal. Esse absolutismo chega às raias do absurdo ao colocar o direito à propriedade acima do sagrado direito à vida!

### 1.1. O Judiciário e a Reforma Agrária

Na segunda metade do ano de 1991, uma polêmica tomou corpo e ganhou espaço nos meios acadêmicos, na imprensa e nas organizações de trabalhadores que atuam no campo: juizes de alguns estados se recusaram a julgar ações de desapropriação para fins de Reforma Agrária, sob a alegação de que os dispositivos constitucionais referentes ao assunto não haviam sido regulamentados pelo Congresso. O que em outras palavras equivalia a dizer: não existe lei que possibilite a desapropriação de imóveis para fins de Reforma Agrária. Com tal argumentação, o Judiciário impediu que vários imóveis fossem desapropriados e várias famílias assentadas. Em conseqüência, os conflitos, despejos e violências aumentaram. Sob a égide da lei, ou melhor, da ausência de lei, milhares de famílias foram despejadas à beira das estradas, ou nas periferias das cidades.

O Poder Judiciário normalmente usa o argumento da ausência de lei, quando a decisão poderia ir contra interesses conservadores que ele, de um modo geral, representa.

Mesmo na vigência da Constituição, o Judiciário insiste em desconhecer seus preceitos, como por exemplo, a função social da propriedade, enunciada nos artigos, 5º, XXIII; 170 e 186, em capítulos diferentes. Porém, não vacila em conceder liminares sem a devida cautela, sem se importar com a sorte das famílias por elas atingidas.

“Tudo aquilo que ocorre no corpo social fora do legal simplesmente não é captado pelo pensamento jurídico e aquele que ousa atuar em desconformidade com o modelo posto recebe, de imediato, a pecha de não-técnico, não-científico” (Amilton Bueno de Carvalho — Magistratura e Mudança Social — Visão de um juiz de primeira instância).

No início do ano de 1991, tempo em que no Pará e Mato Grosso aconteceram violentas transgressões aos direitos humanos, o Procurador Geral da República requereu intervenção federal naqueles dois estados, sob a fundamentação de que não havia segurança para os cidadãos. Alguém ouviu falar no resultado?

Sabedores do conservadorismo que predomina no Poder Judiciário, os latifundiários — quando, por um ou outro motivo, torna-se muito inconveniente o uso de pistoleiros para expulsar os lavradores das terras —, com muita frequência têm-se utilizado daquele poder para, com uma roupagem de legalidade, conseguir seu intento.

Em 1992, 6.001 famílias foram arrancadas das terras onde trabalhavam através de despejos judiciais, enquanto 1.664 foram vítimas de expulsões arbitrárias. A ação do Judiciário, portanto, tem se mostrado muito mais eficiente.

*O funcionamento do Judiciário* — É comum se ouvir que o Judiciário não funciona. Engana-se quem pensa assim. O Judiciário funciona e muito bem! O que foi feito para funcionar mal, e mal funciona, é eficiente para atender determinados objetivos. Essa a regra geral. Há momentos, porém, em que é preciso abrir exceções, seja porque os interessados na prestação da jurisdição são os donos das terras, seja porque a repercussão do caso em exame tomou dimensões que extrapolam os limites do próprio país.

*Os processos criminais* — De 1º de janeiro de 1964 a 31 de dezembro de 1992, foram registrados 1.730 assassinatos de trabalhadores rurais, índios, advogados, religiosas, religiosos e outros profissionais ligados aos movimentos populares no campo.

Neste período, só 29 casos foram levados a julgamento, havendo condenações em 17 deles. Nos outros 12 casos os réus foram absolvidos.

Nos 29 casos julgados, estão envolvidas 53 vítimas. Portanto, a justiça apenas se pronunciou sobre 2,8% dos homicídios conhecidos (Setor de Documentação do Secretariado Nacional da CPT). Na grande maioria dos casos levados a julgamento, para que tal acontecesse, foi fundamental a pressão exercida pela opinião pública nacional e internacional.

*Justiça: uma balança com dois pesos e duas medidas* — No Maranhão — onde apenas o pistoleiro que assassinou o padre Josimo foi julgado e condenado — Dona Maria, viúva do sindicalista Alonso, assassinado por um policial militar, responde a processo e está prestes a ser levada a julgamento pelo Tribunal do Júri, por ter, na aflição da legítima defesa, própria e do marido, matado o policial. Com relação ao assassinato de Alonso, cujos mandantes são conhecidos, longe está o esclarecimento.

Um dos pistoleiros, co-autor do assassinato do padre Josimo, Wilson Nunes Cardoso, que se encontrava preso no Cepaigo, em Goiás, encontra-se foragido desde setembro de 1991, sem que a justiça saiba de seu paradeiro. A fuga só foi conhecida às vésperas do julgamento que seria realizado em Imperatriz/MA no mês de junho de 1992.

Enquanto os processos que apuram os crimes contra trabalhadores e seus aliados dormem e mofam nas prateleiras dos fóruns; enquanto alguns responsáveis, já condenados ou não, escapam facilmente da punição — o exemplo mais escandaloso foi a fuga dos assassinos de Chico Mendes da penitenciária de Rio Branco, no último mês de fevereiro —, a justiça age pronta e celeremente quando quem figura como responsáveis são lavradores ou seus aliados.

Em 1984, a Comissão de Direitos Humanos de Ponta Grossa, PR, denunciou um fazendeiro de Bocaiúva do Sul, no mesmo Estado, por ter submetido um grupo de menores ao trabalho escravo. O juiz de Ponta Grossa determinou o arquivamento do inquérito policial por prescrição. Convém ressaltar que a tipificação do crime cometido foi feita erradamente, o que motivou a prescrição e o consequente arquivamento em 1990. Assim o caso não foi esclarecido, nem os responsáveis punidos. Em setembro do ano passado, Darci Frigo, coordenador da CPT — PR, foi condenado pela Justiça Eleitoral, por ter sido o responsável pela denúncia.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tem sido alvo constante desta visão distorcida que o Judiciário tem dos conflitos agrários. Os colonos presos no conflito da praça da Matriz em Porto Alegre ficaram na prisão por mais tempo do que a lei determina, para afinal serem condenados. Em Marabá, PA, um grupo de lideranças do Movimento foi preso sem nenhum motivo, sob ordens da juíza Ezilda Pastana e só conseguiram ser liberados, apesar de todas irregularidades da prisão, depois de meses.

A falta de controle popular sobre o Judiciário, assim como a aura de “mistério” que o envolve, contribui para afastar da população, principalmente dos mais humildes, a possibilidade de um questionamento maior sobre as atividades, as ações e as decisões sobre os conflitos fundiários.

O processo de transformação pelo qual vêm passando o país e a sociedade exige a reformulação da Justiça. “Não se pode resolver situações novas, desconhecidas das normas antigas que não tinham solução para tal tipo de conflito, a partir das normas antigas. A solução com normas antigas só pode levar à pior solução, não à mais justa” (Regis Fernandes de Oliveira, ex-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros e Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, FSP, 28.04.91).

A compreensão do novo texto constitucional, à luz do conhecido princípio segundo o qual na aplicação da lei há de atender-se “aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”, artigo 5º. da Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto Lei no. 4.657, de 4 de Setembro de 1942, permite uma nova compreensão do fenômeno possessório. Luiz Edson Fachin — A Justiça dos Conflitos no Brasil).

As duas citações acima mostram que, apesar dos pesares, nem tudo está perdido. Felizmente para alguns juízes a lei, a doutrina e a jurisprudência, muito embora se cons-

tituam em importantes elementos de referência, fontes de pesquisa, deixaram de ter cunho dogmático e passaram a sofrer críticas constantes. Assim começam a surgir, aqui e ali, decisões que abrigam nova visão em busca de soluções para os conflitos, notadamente para os conflitos agrários os quais à época da elaboração do Código Civil não existiam da forma como se apresentam hoje.

## 2. A POLÍCIA MILITAR E A LUTA PELA TERRA

Seja cumprindo ordem do Poder Judiciário, seja como braço armado dos latifundiários ao lado de pistoleiros, a polícia militar, com muita frequência, tem sido chamada a intervir em conflitos agrários. Infelizmente, essa intervenção tem se caracterizado pela violência contra a mulher e o homem do campo. Esta forma de atuar não tem sido característica de um só Estado, de uma só região, é a prática comum em todo o País. De acordo com dados do Setor de Documentação da CPT, a polícia realizou 130 operações de despejo e expulsão, durante o ano, na sua maioria com o uso da violência contra trabalhadoras e trabalhadores.

De triste lembrança é o cerco que famílias de agricultores da fazenda Annoni, Rio Grande do Sul, sofreram durante a Nova República por tropas de brigadianos da brigada militar daquele Estado.

“A repressão do aparelho policial com ou sem ordem judicial, na maioria das vezes em cumprimento de determinações de latifundiários e fazendeiros, contra os lavradores, é fator importante na concentração fundiária e na violência no campo. Tal violência tem sido expressa em destruição total de comunidades centenárias como Serraria (Vitória do Mearim/MA), Sítio Novo (Santa Rita/TO), São Manuel (Lago do Junco/TO), de comunidades mais novas como Batuta (Santa Luzia/MA), Terra Bela (Imperatriz/MA), Limoeiro da Mata (Olho D’água das Cunhãs/MA), em que são demolidas as habitações, destruídas as plantações e utensílios domésticos; em que domicílios são invadidos; homens e mulheres presos, torturados e mortos.

A atuação do aparelho policial tem sido determinante para desequilibrar as disputas pela posse da terra, em favor dos latifundiários e fazendeiros. Há assim, uma união muito forte entre o aparelho policial, o latifúndio e a pistolagem, havendo casos de policiais que atuam como



Douglas Mansur

*Despejo no Mato Grosso do Sul – 1991*



Gianne Carvalho — Imagens da Terra

*Dom Luciano Mendes visita trabalhadores sem terra presos — Dourados — MS*

pistoleiros, bem como pistoleiros que se vestem de policiais, para facilitar a ação repressiva contra os lavradores (CPI da Violência no Campo — Relatório final aditivo, págs. 15 e 16).

No cumprimento de mandados judiciais, a polícia deveria atuar como simples acompanhante do oficial de justiça para assegurar que excessos não sejam cometidos, além de assegurar o cumprimento dos procedimentos legais. Porém, o que ocorre é bastante diferente. A polícia, além de não reprimir os excessos, ajuda a cometê-los.

Outro aspecto a se observar no que diz respeito à interferência da Polícia Militar nos conflitos é o número de policiais envolvidos, muitas vezes superior ao número de lavradores.

Em Santa Catarina, fazenda Mosquito, Município de Campos Novos, no dia 24/07/92, para cumprimento de uma ordem de Reintegração de Posse, é montada uma verdadeira operação de guerra, com cerca de 300 policiais militares e civis para despejar 150 famílias. Os policiais chegam ao local às 6 horas da manhã, armados com metralhadoras, fuzis e lançando bombas de efeito moral. Dois camponeses foram baleados e sete foram presos na Delegacia de Campos Novos (Setor de Documentação do Secretariado Nacional da CPT).

Na Bahia, fazenda Cajueiro II, Vitorópolis, Município de Una, no dia 30/06/92, 30 policiais militares de Ilhéus, acompanhados por jagunços do fazendeiro José Duham, efetuam um despejo de 26 famílias de posseiros da área de Vitorópolis. Todas as casas são destruídas, roças queimadas, e os pertences (alimentos das crianças, ferramentas de trabalho, relógios, dinheiro) são roubados.

Situação semelhante acontece também no Maranhão onde no dia 21/02/92, nas localidades de Sítio Novo e Vaca Morta, Município de Santa Rita, sob ordem do comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Guilherme Ventura, o Major Marcos, sem ordem judicial e sob orientação do fazendeiro Wady Sauaia, comanda o despejo de 19 famílias de posseiros. Um grupo de 38 policiais militares agindo em conjunto com vários jagunços, usando tratores alugados pelo fazendeiro, destroem 17 casas, a escola e um forno de farinha (Idem).

Não raro, a ação da PM confunde-se com a ação de grupos paramilitares, que constituem verdadeiras milícias privadas, fazendo-se acompanhar de pistoleiros, encarregados, gerentes ou outros profissionais a serviço dos latifundiários e fazendeiros.

Outra faceta da atuação da Polícia Militar nos conflitos agrários diz respeito às prisões ilegais e arbitrárias de trabalhadores. Em muitas ocasiões são montadas operações de

sarmamento cujo objetivo é simplesmente chegar aos focos de tensão (Relatório da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos — SMDDH).

Na fazenda Lindóia, Município de Itagibá, BA, no dia 28/02/92, 115 famílias são expulsas, sem ordem judicial, em uma ação comandada pelo gerente da fazenda, pistoleiros e policiais militares. Oito lavradores são presos e três desaparecem (Setor de Documentação do Secretariado Nacional da CPT).

Durante o ano de 1992, a Polícia Militar efetuou 23 intervenções em conflitos no Estado do Maranhão. Vinte destas com violência, donde resultou um assassinato, uma tentativa de assassinato, lesões corporais.

Na Bahia, ela atuou em 11 conflitos. Em apenas uma destas atuações não houve violência. No Estado do Pará, foram 20 intervenções, 19 com violência, sendo que em cinco destas agiu em conjunto com pistoleiros.

No Paraná, a polícia foi chamada a intervir apenas duas vezes, nestas não aconteceu violência.

Esta pouca intervenção deve estar ligada à decisão do governo do Estado de não autorizar a polícia a participar de despejos de lavradores, o que, aliás, motivou o deferimento do pedido de intervenção no Estado.

### 3. CPI DA VIOLÊNCIA NO CAMPO: UM RELATO DA VIOLÊNCIA PRATICADA PELO ESTADO CONTRA OS EMPOBRECIDOS NO MEIO RURAL

A violência do Estado foi bem percebida pela Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as origens, causas e conseqüências da violência no campo brasileiro. Diz o texto:

“Nos anos 70, até meados de 80, a violência física caracterizava-se basicamente pela contratação de pistoleiros por parte dos latifundiários, que assassinavam as lideranças dos trabalhadores, agentes pastorais, advogados, padres, etc. Na medida em que os trabalhadores foram se organizando, a figura do pistoleiro já não conseguiu mais resolver o ‘problema’. Passou-se a utilizar as forças repressivas da Polícia Militar que também se especializou neste tipo de repressão. Mas, em muitas regiões, nem o serviço destas forças tem resolvido o ‘problema’ e começou a ser utilizada a organização de grupos paramilitares, muitas vezes treinados e comandados por ex-oficiais” (Cf. Relatório Final: Aditivo da CPI da Violência no Campo Brasileiro, p. 3.)

O aditivo do relatório final apontava, em abril de 92, depois de meses de investigações e diligências em vários estados, as principais causas da violência no meio rural

brasileiro: 1) a estrutura fundiária do Brasil; 2) o poder político dos grandes proprietários de terra; 3) a ineficácia do Poder Judiciário; 4) a omissão do Ministério Público; 5) a omissão do Congresso Nacional.

De todas as causas enumeradas pela CPI, apenas uma não está ligada diretamente à ação/omissão do Estado brasileiro. Esta constatação nos remete ao principal agente da violência no campo, de forma inequívoca.

*A estrutura fundiária brasileira* é uma das mais concentradas do mundo. Dados do Inca não deixam dúvidas sobre isto: 67,5% das propriedades são classificadas como minifúndios, ocupando 9,5% da área agricultável total. Os latifúndios (terras improdutivas e ociosas) são 29% dos imóveis e detêm 85% das terras. Se, para efeito de comparação, tomarmos os 20 maiores latifúndios do País, veremos que eles ocupam sozinhos, uma área de 17 milhões de hectares de terras agricultáveis, em geral improdutivas.

De outro lado, o Brasil tem hoje cerca de 23 milhões de trabalhadores rurais acima de 10 anos de idade. Cerca de oito milhões são camponeses com terra insuficiente, isto é, potenciais vítimas do êxodo rural. Em torno de sete milhões são trabalhadores assalariados bóias-frias, e outros seis milhões são camponeses sem-terra (meeiros, arrendatários, parceiros). Diz, ainda, o relatório da CPI da Violência no Campo: “Em termos de renda, existem 1,3 milhão de trabalhadores no meio rural, que não recebem nenhuma remuneração; 5,2 milhões que recebem até um salário mínimo mensal. O nível de concentração de renda no meio rural brasileiro, segundo a Cepal, é dos mais altos do mundo. Entre 1970 e 1980, a participação dos 50% mais pobres da população economicamente ativa (PEA) na agricultura caiu de 22,2% para 17,6% do total da renda agrícola, ao mesmo tempo em que a participação dos 10% mais ricos aumentou de 36,3% para 47,9%.” (Ibidem, p. 4.)

*O Poder Político dos grandes proprietários de terra* não se reflete apenas pela propriedade do imóvel rural. Hoje, o latifundiário é também o grande comerciante, o industrial, o banqueiro. “O levantamento feito pelo Mirad mostrou que 46 grandes grupos industriais e financeiros detêm 22 milhões de hectares de terra. Isso significa que alterar a estrutura fundiária afeta diretamente os interesses de todos esses segmentos sociais, que são os que controlam, de fato, o poder político do País.” (Ibidem, p. 5.)

*A ineficácia do Poder Judiciário* tem contribuído, decisivamente, com a violência, a injustiça, a característica absoluta da propriedade privada da terra, a instituição do latifúndio. Os casos relatados à CPI da Violência no Campo, exemplificam bem essa ineficácia: “O uso indevido das ações possessórias que se destinam à defesa da posse para proteção da propriedade, quando a maioria dos latifúndios não possui sequer posse direta, com títulos falsos e, muitas vezes, inexistentes” (Ibidem, pp. 6 e 7).

*A omissão do Ministério Público* constitui-se uma das razões importantes da violência no campo: “A ausência, a omissão ou a má atuação do poder público, em especial do

ministério Público”, são razões que alimentam a violência rural. “O Ministério Público estadual está, na maioria dos casos, ausente no trato da violência no meio rural. (...) Nas visitas *in loco* que esta CPI realizou, foram inúmeras as denúncias de omissão de juízes e promotores. Na maioria dos casos, quando não agem diretamente do lado dos fazendeiros, fazem ‘vistas grossas’, não fiscalizando o cumprimento de liminares concedidas em favor dos trabalhadores rurais” (ibidem, p. 9).

A omissão do Congresso Nacional nem sempre tem sido vista como uma causa da violência no campo. No entanto, o Poder Legislativo brasileiro tem sido uma caixa de ressonância dos interesses dos latifundiários, sendo, em geral, conivente ou omissivo em face da grave questão agrária do País. Assim foi durante a ditadura militar, quando os parlamentares fizeram muito pouco em função da Reforma Agrária. Com a Nova República, a Reforma Agrária ganhou força na sociedade e, uma vez mais, o Congresso Nacional omitiu-se. E assim, durante o governo Collor e mesmo no Governo Itamar, o Legislativo em sua maioria dobra-se aos interesses do latifúndio” (ibidem, p. 10).

#### 4. O GOVERNO FEDERAL E A QUESTÃO DA TERRA

O Governo Itamar foi marcado, no ano de 1992, pela provisoriedade. Num primeiro momento, antes do julgamento do *impeachment* do Presidente Collor, sua composição caracterizou-se por três aspectos fundamentais: 1) busca de apoio no Congresso Nacional, especialmente no Senado; 2) busca de apoio político junto aos governadores dos Estados; 3) aliança ampla com partidos políticos, destacadamente os de esquerda. É bom lembrar que havia um momento histórico extremamente favorável à composição de um governo de consenso nacional.

Com tal composição eclética, o governo Itamar teve dificuldades de mover-se, até porque o Estado perdeu grande parte de sua capacidade de investimentos no setor social. O ano de 1992 mostrou, desse modo, um governo refém de suas próprias contradições, isto é, o chefe do executivo encarnando um discurso voltado para o social e sua prática diária voltada para manter no essencial a política neoliberal conduzida por Collor. Esse aparente conflito entre o presidente e seu Ministério deixa à mostra uma tática de *marketing* altamente eficiente, garantindo a governabilidade de que precisava.

Dentre os desafios colocados para o governo Itamar, está a Reforma Agrária que deve ser entendida no bojo das reformas sociais urgentes. Olhada a partir da lei agrária, ela tem poucas chances de sair do papel. Do ponto de vista do orçamento da União, para o exercício 93, as possibilidades de o Governo fazer desapropriações (elemento essencial da Reforma Agrária) são muito remotas, pois, de todo o orçamento do Incra para 93, cerca de 80% já está comprometido com pagamentos de empreiteiras para infra-estru-

tura de assentamentos. (Cf. Confederação Nacional dos Servidores do Incra — CNSI)

O próprio Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (Mara), em mensagem enviada ao Congresso Nacional, em fevereiro de 1993, elenca as ações realizadas em 1992, juntamente com as dificuldades, falta de verbas, impossibilidades de realização da maior parte das ações previstas. O Programa da Terra, lançado em janeiro de 92, previa o assentamento de 400 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra até 1994, sendo 50 mil no ano de 1992.

Contudo, o Incra afirma que em 1992, muito aquém do que era previsto, conseguiu o assentamento de 22.591 famílias; entregou 19.042 títulos; cadastrou 2,5 milhões de imóveis e atendeu 10.021 famílias com crédito para produção. Esse conjunto de realizações é insignificante para a demanda do campo brasileiro. E com relação às famílias assentadas (e títulos expedidos), a maior parte já morava e produzia naquelas terras há anos. Foram poucas as novas famílias assentadas nas glebas em 1992, em consequência da ação do Incra.

Em março de 1993, o presidente Itamar Franco, ouvindo entidades ligadas ao campo, especialmente a Contag, nomeou para a presidência do Incra, Osvaldo Russo, que está elaborando um plano para a situação fundiária do País. Porém, além da escassez de verbas, ele terá de enfrentar outros obstáculos, como o ranço da UDR. Esta, desarticulada e esvaziada desde 1988, alarmada agora com o fato de o presidente do Incra não ser ligado aos seus interesses, se reorganiza com a sua tradicional arrogância, inclusive fazendo ameaças explícitas aos trabalhadores do campo.

##### 4.1. Política Agrícola em 92: do descaso à irresponsabilidade

A violência e a intensidade do êxodo rural brasileiro são alarmantes. Em 1960, 75% da população vivia no meio rural. Hoje, cerca de 76% da população superlota as grandes cidades e só 24% vive ainda no campo. Aliado a esse fenômeno, que continua acelerado, o processo seletivo do mercado de trabalho formal nas cidades expulsa 70% da mão-de-obra economicamente ativa do processo produtivo. (Cf. Relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação — FAO.)

Diante de tal situação, o Governo Federal tem se portado de modo, no mínimo, inconseqüente com relação à agricultura brasileira. A prioridade para o financiamento dos produtos voltados para a exportação e o atraso no repasse do crédito para custeio das lavouras têm gerado diminuição da área plantada com produtos voltados para o mercado interno. Aliado a isso, o fenômeno inflacionário da economia tem mantido invariavelmente os preços baixos para os produtores rurais e altos para o consumidor. Mas não é só a inflação que provoca essa disparidade na agricultura. Há mecanismos de expropriação constante do

setor agrícola, produtor de produtos primários, em função dos setores comercial, industrial e financeiro da economia.

A política agrícola do governo federal está baseada, em geral, nas Aquisições do Governo Federal (AGF) e nos Empréstimos do Governo Federal (EGF). Fora disso, há os créditos para custeio e investimentos, basicamente. Nas AGF, para formação de estoques reguladores, tem havido um verdadeiro despropósito desde a importação de alimentos e armazenagem das safras até a sua distribuição que, em geral, é feita na hora errada, atendendo a interesses nem sempre recomendáveis. É também comum se encontrar estoques inteiros de grãos estragados pelo armazenamento inadequado, em geral em armazéns privados, onde o desvio de toneladas de produtos agrícolas é freqüente. Em outros casos, as AGF são realizadas a preços altos demais, privilegiando os amigos do poder.

A diminuição da área plantada para a safra 92/93 está diretamente ligada às importações de alimentos feitas pelo governo federal em 1991. Nesse ano, as importações de produtos agrícolas foi uma das maiores da história do Brasil. Só de arroz, importou-se cerca de um milhão de toneladas, isso sem falar na importação de outros produtos agrícolas como feijão, milho, trigo, soja e até produtos como leite e carne. Há, na base da política agrícola brasileira, vícios que precisam ser superados: a descontinuidade e a improvisação de última hora. Exemplo disso foi o pacote agrícola anunciado no início de agosto/92, pelo então Presidente Collor: o governo optou pela soja, com cortes nos preços mínimos do milho, na ordem de 5% e, o feijão e a mandioca, na ordem de 10%; prejudicando os pequenos agricultores, como sempre. Os produtos agrícolas, que compõem a cesta básica, tiveram uma redução real de preços mínimos e sofreram um grande desestímulo; em consequência, o refluxo da área plantada foi inevitável.

O eixo fundamental do pacote agrícola de agosto/92, como o Programa da Terra/92, é a competitividade internacional e a modernidade tecnológica do setor. Este eixo está claramente ligado à iniciativa do então Governo Collor de constituir um mercado de livre comércio na América do Sul.

#### 4.2. Mercosul: um espaço de realização do capital internacional

*“O movimento de integração econômica iniciado a partir da criação do Mercado Comum do Sul, oficial desde o Tratado de Assunção em 26-3-91, quando ingressaram formalmente Uruguai e Paraguai, está inserido no instável jogo de forças mundial. O Mercosul representa uma peça importante para as novas estratégias imperialistas que procuram reagir à crescente queda das taxas de lucros e crise de hegemonia política das potências tradicionais.”* (Cf. De Toni, Jackson. in *Mercosul ou nossa integração?* — Publicação do Camp. jun/jul/ago/1992.)

A integração do capital é um fenômeno que vem se acelerando de modo impressionante, desde o pós-guerra, mas de forma mais evidente vem se realizando a partir dos anos 70/80. Sem dúvida alguma, no entanto, foi a partir do desmantelamento da União Soviética que essa tendência à constituição de blocos econômicos regionais se revigorou a nível mundial. Essa tendência mundial do capital é parte da lógica da criação de megamercados, da complementariedade econômica, visando ao enfrentamento da concorrência de outros blocos e assegurando a hegemonia dos países mais poderosos em cada bloco. “A regionalização econômica (áreas de livre comércio, união aduaneira ou mercado comum) em grandes blocos sob a tutela de um ou dois (na Europa) países fortes é uma das expressões desta ‘nova ordem’ econômica, na qual os mercados foram redivididos e ampliados e em que a tecnologia diversificou o perfil da oferta de bens e serviços e onde avançam novas formas de neo-colonialismo.” (Cf. idem, Histórico.)

A tendência dos blocos econômicos em nível mundial aponta para a constituição de espaços de realização do capital, em que as questões sociais teriam pouco ou nenhum espaço de manobra. O Mercosul, especificamente, não segue orientação diferente desta. As negociações realizadas nos 11 subgrupos temáticos e setoriais vêm sendo conduzidas por empresários (exceção feita ao subgrupo 11 de política trabalhista e previdenciária), sem garantias aos trabalhadores que estão sendo alijados do debate do processo de integração. Sua natureza, comercial por excelência, não deixa dúvidas quanto a sua submissão à nova estratégia de dominação americana. O chamado Acordo Quatro Mais Um privilegia os Estados Unidos da América como parceiro econômico dos países que compõem o Mercosul.

O Mercosul é uma opção do liberalismo econômico no sentido da integração do capital. O tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991, prevê a criação do Mercosul, entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. Esse tratado tem regras claras: 1) livre circulação de bens, serviços e capitais entre os países membros; 2) estabelecimento de imposto único, com redução gradativa até chegar a uma alíquota zero; 3) coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os países membros; 4) compromisso dos países signatários do tratado de harmonizarem suas legislações, sobretudo comercial e trabalhista.

Efetivamente, o tratado de Assunção refere-se apenas à abertura do mercado e à liberação das exportações e importações. Não são levados em conta, porém, os custos sociais desse processo de integração econômica. O setor agrícola, por exemplo, já está sofrendo as consequências da competição desigual das estruturas produtivas, dos níveis de competitividade e, ainda, da diferenciada fertilidade do solo. Ainda mais, não há preocupação do governo brasileiro com relação, especificamente, à pequena produção agrícola.

Além disso, o Mercosul está submetido ao GATT, onde há discussões sobre as vantagens que os integrantes da união aduaneira (Mercosul), num primeiro momento, terão como países em desenvolvimento. Neste fórum, os EUA não aceitam vantagens para os países do Mercosul, alegando serem Brasil e Argentina mercados consumidores grandes e, por isso, não necessitam de tratamento diferenciado. As discussões no GATT continuam sem acordo neste campo.

Do Mercosul pode-se reafirmar, finalmente, que é uma iniciativa do capital internacional com aval dos governos dos países membros e dos EUA que têm interesses econô-

micos estratégicos na região. As questões que envolvem o Mercosul não estão sendo debatidas com a população em geral, que vai sofrer as maiores conseqüências do processo de integração em curso. Inclusive porque em toda a integração existe a necessidade de os países membros abrirem mão de parte de sua soberania. Só o povo pode autorizar tal decisão fundamental.

## CONCLUSÃO

A luta pela Reforma Agrária deve tornar-se cada vez mais uma luta de toda a sociedade brasileira. Compreendida como parte indispensável de um projeto democrático e popular para o Brasil. Um Projeto Nacional de longo prazo que passa necessariamente pela incorporação dos milhões de marginalizados da sociedade à condição de cidadãos e à condição de consumidores. Um projeto que permita ao País crescer para dentro, harmonizar-se, integrar-se regionalmente, vencer as imensas disparidades regionais e sociais com políticas públicas que busquem a retomada do crescimento com distribuição de renda. Nenhuma política pública responderá a esses objetivos com maior rapidez que uma Reforma Agrária que democratize a estrutura fundiária do País. Democratizar o acesso à terra no Brasil significa dismantelar o monopólio dos latifundiários sobre esse bem essencial ao desenvolvimento do País. E permitir, por meio de um Programa de Reforma Agrária, de abrangência nacional, o acesso à terra e à permanência nela aos trabalhadores rurais sem-terra, pequenos e médios produtores rurais.

A CPT entende essa luta como essencial para a sobrevivência e cidadania dos trabalhadores rurais e condição para o equilíbrio social à democratização do País. Não se pode esquecer, por fim, que apesar da ação do Estado tal como a vimos expressa nas páginas anteriores e da estrutura fundiária do País, os trabalhadores do campo vão construindo permanentemente formas de organização social e política na luta diária pela libertação da terra.

Capítulo sob a coordenação de João Batista Valverde Oliveira, com contribuições de Maria José Souza Moraes — assessores da CPT Nacional.



Douglas Mansur

Lavradora — BA — 1992

# IV

## TRABALHO NO CAMPO: LUTA PELA LIBERDADE E DIGNIDADE



*Criança escrava — Carvoeiro  
— Ribas do Rio Pardo — MS*

J.R. Ripper — Imagens da Terra

## 1. O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

Os trabalhadores brasileiros que, no campo, vendem sua força de trabalho, estão incluídos em duas categorias. Uma é composta pelos trabalhadores que lutam por um salário mínimo e pelo registro na carteira de trabalho. A outra é composta por trabalhadores, negros e brancos, que torcem para que a Lei Áurea entre em vigor, um século depois da abolição da escravatura.

Engana-se quem pensa que o trabalho escravo no Brasil é coisa da Colônia ou do Império. No mesmo engano incide quem, conhecendo algum caso, encara-o como sendo uma exceção. Os registros do Setor de Documentação do Secretariado Nacional da CPT demonstram que vem num crescendo o número de denúncias de casos e de pessoas submetidas ao trabalho escravo e os responsáveis vão desde as fazendas da Amazônia até modernas empresas, instaladas no Sul do País.

O trabalho escravo no campo brasileiro não é uma prática recente. Desde a primeira década do século XX, já se tem conhecimento destas práticas nas fazendas de café de São Paulo e nos seringaais da Amazônia. Porém, vem se tornando rotina a partir de 1964, quando os governos militares injetaram, através da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), um grande volume de recursos na denominada Amazônia Legal. As vultosas quantias em dinheiro, acrescidas aos incentivos fiscais, atraíram para o campo grandes grupos empresariais de capital financeiro e industrial, agravando ainda mais o problema da concentração da propriedade da terra. Formaram-se latifúndios com centenas de milhares de hectares. Entre os novos donos da terra se incluíam o Bradesco, o grupo Atlântica – Boa Vista, o Bamerindus, o BCN (Banco de Crédito Nacional), a Volkswagen, entre outros. O volume de recursos dependia do tamanho do imóvel: quanto mais terra, mais dinheiro. Assim, o governo financiava o latifúndio e, conseqüentemente, a exploração dos trabalhadores rurais (Maria Helena Guimarães Pereira. “Escravidão, uma chaga de 500 anos”. In *Cadernos do Terceiro Mundo*, nº. 155, Nov. 1992, Rio de Janeiro, pp. 14 a 18).

Nos últimos anos, mesmo soprando ventos democráticos, esta prática não só continua

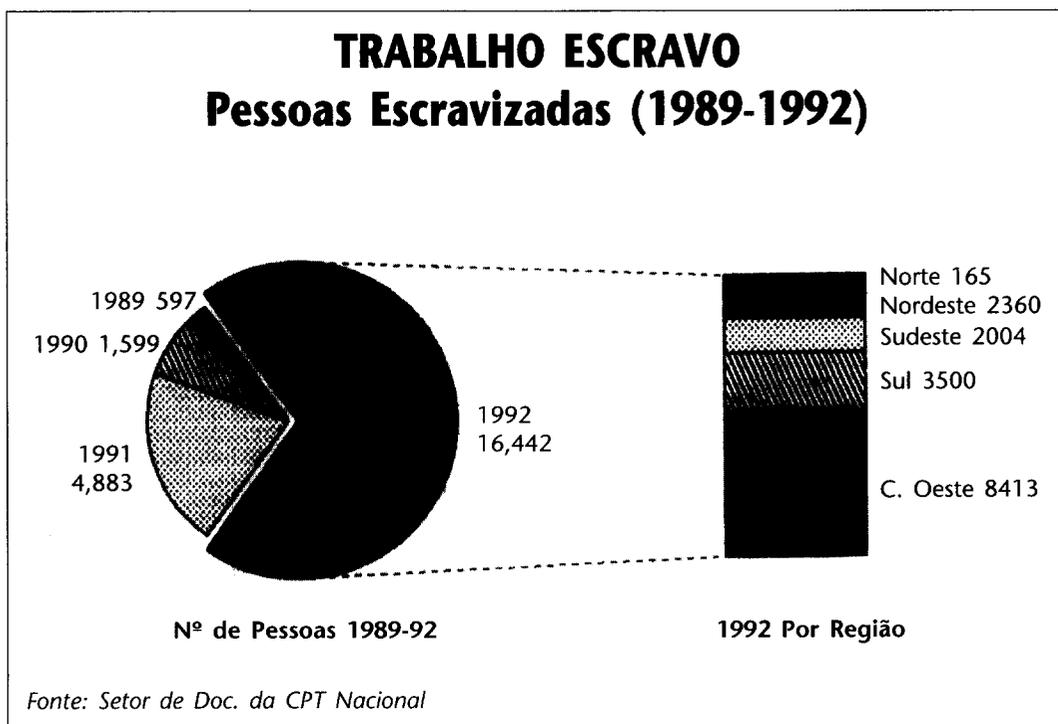
como se estende pelos Estados desenvolvidos do Sul e Sudeste do País.

Ao longo de todo o ano de 1992, a CPT documentou 18 casos, envolvendo 16.442 pessoas em situação de trabalho escravo. Dentre os responsáveis pelo crime, encontram-se empresas do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Paraná, entre outros Estados brasileiros.

Um dos casos mais graves constatado este ano envolve cerca de oito (8) mil carvoeiros no maciço florestal de Ribas do Rio Pardo, Águas Claras, Três Lagoas e Naviraí/MS. Estes carvoeiros trabalham 12 horas por dia em troca de uma parca comida (“Uma gororoba que nem cachorro come”), produzindo carvão para as siderúrgicas mineiras. São mais de 200 carvoarias, com mais de dois mil fornos e pelo menos 11 empresas de reflorestamento. Esta área de 600 mil hectares foi um dos maiores projetos de reflorestamento do governo do Gen. Emílio Garrastazu Médici e representou para o Brasil um custo de US\$ 175 milhões em incentivos fiscais. Hoje, está transformada em campo de escravidão (Maria Helena Guimarães Pereira).

“As condições destes trabalhadores são as mais precárias possíveis. Já se tornou fato comum nestas carvoarias as ocorrências de espancamento de trabalhadores, que muitas vezes precisam pagar até a água que consomem. Não raro surgem denúncias tácitas sobre assassinatos. Na maioria das vezes, o corpo simplesmente aparece, jogado em alguma pedreira. Ou simplesmente desaparece” (*Diário da Serra*, 27/3/92).

O carvoeiro José Viana, de Minas Gerais, embora tenha vontade, não vê jeito de voltar à sua terra: “Há dois anos que eu trabalho aqui, mas não consigo ganhar nem para comprar roupa”.



A rotina do carvoeiro o obriga a enfrentar calor de 70°C na boca dos fornos e dormir no frio noturno do cerrado, depois de 12 horas de trabalho, numa barraca, coberta por plástico preto. Os cachorros bebem a mesma água dos seus donos no poço formado por uma mina ao lado da latrina. “Eu me sinto um escravo, dona. Trabalhei quatro meses só em troca de comida, não me pagaram nada e agora estou passando fome.” (Declaração de Edson Moreira dos Santos, 25 anos, ao STR de Ribas do Rio Pardo/MS.)

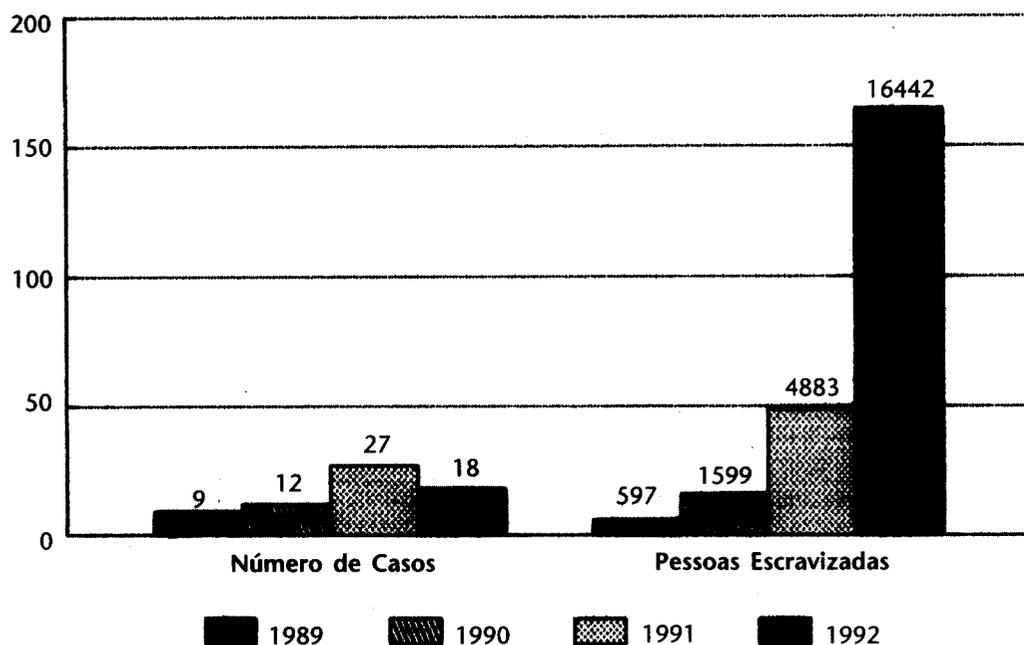
José Valdevino de Oliveira, 40 anos, o “Divino”, mora com a mulher, as duas filhas pequenas e três cachorros em uma barraca de plástico preto. Quer ir embora, mas não pode, pois deve um milhão de cruzeiros ao subempreiteiro por um serviço que — segundo o patrão — pegou e não cumpriu. Sem perspectiva, resta a Divino ver a caçula Vanessa, de quatro anos, ajudá-lo a ensacar carvão que os caminhões levam para as siderúrgicas mineiras (Ricardo Kotscho, *Jornal do Brasil*, 19/4/92, pp. 1 e 13).

O problema do trabalho escravo nas carvoarias do Mato Grosso do Sul é tão grave que foi destacado como um dos principais temas do Fórum Nacional Contra a Violência no Campo, realizado em Campo Grande, no mês de outubro de 1992.

A utilização de trabalho escravo é freqüente também nas usinas e destilarias daquele Estado. Um dos casos mais flagrantes é o da Destilaria Cachoeira, no município de Rio Brillhante, que vem sendo denunciada desde 1990. Em fevereiro de 1991, o Grupo Pessoa de Queiroz, sediado em Maceió e proprietário de três destilarias em Alagoas, Pernambuco e Sergipe, comprou a Cachoeira. Na ocasião foram empregados 120 índios da aldeia de Taunay, no município de Aquidauana e mais de 100 trabalhadores, levados de Alagoas e Minas Gerais. A proposta de trabalho consistia no corte de 3.500 toneladas de cana-de-açúcar, com a promessa de ganharem CR\$ 35 mil por semana. Três meses depois, 20 peões foram à Delegacia Regional do Trabalho e à Secretaria do Bem-Estar Social de Campo Grande para denunciar a existência de Trabalho escravo na destilaria.

## TRABALHO ESCRAVO

### Quadro Comparativo (1989-1992)



Fonte: Setor de Doc. da CPT Nacional

As levas de trabalhadores aliciados em outros Estados se sucedem com destino à Destilaria Cachoeira. Em março de 1992, mais 72 trabalhadores do município de União dos Palmares/AL, foram contratados pelo “gato” José Severo. Um mês depois, mais 163 trabalhadores chegaram à Destilaria Cachoeira, contratados pelo “gato” Amaro José da Silva: “Ele nos prometeu que iríamos ganhar 600 mil por mês, livre de qualquer desconto”, contou José Manacéis Bispo.

Bispo fez também um relato impressionante sobre a prisão do trabalhador Francisco de Jesus Santos, espancado no destacamento da Polícia Militar do Distrito de Nova Alvorada. “O peito dele estava todo roxo e suas costas tinham manchas de sangue. As pernas estavam inchadas. Ele levou coronhadas e golpes de rifles nas pernas”, disse. Francisco está desaparecido (Setor de Documentação do Secretariado Nacional da CPT).

O caso da fazenda Gralha Azul, município de Laranjeiras do Sul, no Paraná, chocou sobremaneira uma comissão composta por deputados e o promotor público, que esteve na fazenda. O proprietário, Olivil da Silva, submetia ao trabalho escravo 50 pessoas. A denúncia foi feita por Maria Cândida, de 73 anos, a mais velha de um grupo que trabalhava para o fazendeiro há mais de três anos sem receber um tostão. Até o dinheiro da aposentadoria de dona Maria Cândida, ele, como seu procurador, não lhe entregava.

Os trabalhadores eram obrigados a dormir junto com galinhas e porcos. A lavradora Sebastiana de Almeida San-

tos vivia numa pocilga, com os dois filhos, uma menina de quatro anos e um bebê de um mês.

Uma fazenda a apenas 100 quilômetros de distância da cidade do Rio de Janeiro, em Cachoeiras do Macacu, conhecida como fazenda da Grama, de propriedade do fazendeiro Ashimil Rozinco, foi denunciada por quatro trabalhadores pela prática de trabalho escravo. Segundo os trabalhadores, na fazenda havia de tudo: algema, chicote, surras com varas de bambu, sessões de chutes, socos e coronhadas.

Josué Pereira de Souza, 24 anos, contou que foi atraído para o emprego por um anúncio divulgado na Rádio Itatiaia, de Santa Quitéria/CE. Decidiu ir em busca de um futuro melhor, sem imaginar o que o esperava. Durante sete meses foi obrigado a trabalhar 16 horas por dia, inclusive nos fins de semana, e forçado a assinar recibo sem qualquer pagamento. “Eu era torturado diariamente. Acorrava às 3 horas da madrugada, ordenhava vacas, trabalhava na roça e à noite ainda tinha que tirar casas de marimbondo das árvores”, disse. José Lauriston Mesquita Pinto, depois da primeira tentativa de fuga, ficava algemado e era submetido a sessões diárias de tortura com chicote de couro.

Os casos de trabalho escravo, denunciados e registrados pelo Setor de Documentação do Secretariado Nacional da CPT, representam apenas uma parcela, da qual não se conhece a verdadeira dimensão. Não existe pesquisa ou estatística que dimensione a sua globalidade. O sociólogo e professor da USP, José de Souza Martins, estima que chegue a 60 mil por ano os trabalhadores do campo que são submetidos ao trabalho escravo. Contudo, as denúncias que a cada ano chegam aos regionais da CPT, aos STRs, aos órgãos oficiais e à imprensa, registrados e documentados no Secretariado Nacional, apontam um número crescente tanto de casos, como de pessoas vítimas do crime. A cada ano, têm acontecido mais e mais denúncias.

Este aumento de denúncias, por um lado, significa que os trabalhadores estão perdendo o receio e aprendendo a “brigar” por seus direitos, denunciando as agressões cometidas. “Os carvoejadores tinham medo de reclamar, mas quando alguém me avisava e eu tomava providência, o pessoal foi perdendo o medo”, declarou Iracema do Valle, presidente do STR de Ribas do Rio Pardo/MS. Para o aumento das denúncias têm contribuído as ações dos STRs, de entidades de apoio aos trabalhadores que, incansavelmente, levam os fatos ao conhecimento do Poder Público e da sociedade e cobram medidas de quem é de dever tomá-las. Para tanto, tem sido fundamental a solidariedade de entidades internacionais.

Por outro lado, quando se verifica o envolvimento de empresas, ditas modernas, localizadas nos chamados centros desenvolvidos do País, como os casos de São Leopoldo e Palmares do Sul, ambos no Rio Grande do Sul; do Paraná e do Rio de Janeiro, torna-se forçoso reconhecer que, para isto, a impunidade tem dado uma contribuição primordial. A ineficiência, o desaparecimento de organismos públicos e a omissão fazem com que os fazendeiros e empresá-

rios não se sintam sequer inseguros ou inibidos. Tanto que a Destilaria Cachoeira, Rio Brillhante/MS, vem sendo denunciada desde 1990 e ainda figura como criminosa na relação do ano de 1992. Não existe nada que se coloque como obstáculo eficaz às infrações por eles cometidas. É preciso medidas legais mais severas como a criminalização dos infratores e não a simples aplicação de multa. Todos sabemos o efeito “inibidor” que esta pena tem.

## 1.1. A Legislação e o Estado

A expressão trabalho escravo nada mais é do que a denominação popular conferida ao tipo descrito no artigo 149 do Código Penal Brasileiro: “*Redução a condição análoga à de escravo*”. A expressão faz sentido na medida em que, nos casos denunciados, a pessoa é reduzida a condição análoga à de escravo para que execute um trabalho. Desta forma, ela possui mais conteúdo e significado concretos do que a descrição legal.

Tradicionalmente este crime recebe o nome de plágio, que no direito antigo, significava o fato de alguém assumir poder de senhor sobre pessoa livre ou sobre escravo alheio. As penas, no antigo direito romano, eram cumpridas na forma de pagamento de uma espécie de multa, passando ao tempo da República, a ser mais severas (relegação — que era uma pena de expatriação; banimento; confisco; trabalhos forçados; morte). Na Idade Média, continuaram a mesma incriminação e as mesmas penas, inclusive com a aplicação da Lei de Talião.

Entre nós, o Código Penal de 1830 previa o crime: “Reduzir à escravidão pessoa livre, que se achar em posse de sua liberdade”. Já o Código Penal de 1890 desconhecia inteiramente esta figura delituosa (FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de Direito Penal*, Parte Especial, vol.I, 9ª. Edição Rio de Janeiro: Forense, pp. 220 a 221).

Ao introduzir este crime no Código Penal vigente, o legislador brasileiro inspirou-se no Direito italiano. Desde o Império, período da escravidão negra oficial, portanto, já era considerado crime reduzir pessoa livre à escravidão. Estranhamente, o primeiro Código Penal da República, 1890, após a abolição da escravidão, não previu este crime.

Ao lado da Legislação Penal, artigo 149 — cujo conteúdo se expressa da seguinte forma: “Reduzir alguém a condição análoga à de escravo. Pena: reclusão de 2 a 8 anos” — outros instrumentos legais existem e proíbem a prática do trabalho escravo. No âmbito do Direito do Trabalho, a CLT, artigos 457 e seguintes, trata da remuneração, salários, forma de pagamentos, descontos a serem efetuados, das cantinas nos locais de trabalho; os artigos 9º e seguintes da Lei n. 5.889/73 c/c. artigos 16 e seguintes do Decreto no. 73.626/74 tratam da proteção ao trabalho rural.

Na esfera do Direito Internacional, a Convenção n.105, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada



J. R. Ripper — Imagens da Terra

*Trabalhadores escravizados na Usina Passatempo recebem comida — MS*

pelo Brasil em 18.06.65, trata da abolição do trabalho forçado. Esta Convenção enumera em seus considerandos as práticas que conduzem a condição análoga à de escravo: “Após ter verificado que a Convenção de 1926, relativa à escravidão, prevê que medidas úteis devem ser tomadas para evitar que o trabalho forçado ou obrigatório produza condições análogas à escravidão, e que a Convenção suplementar de 1956 relativa à abolição da escravidão, do tráfico de escravos e instituições e práticas análogas à escravidão visa a obter a abolição completa da escravidão por *dívidas* e da servidão. Após ter verificado que a Convenção sobre a proteção do salário, 1949, declara que o salário será pago em intervalos regulares e condena os modos de pagamento que privam o trabalhador de toda a possibilidade real de deixar seu emprego” (SUSSEKIND, Arnaldo, *Direito Internacional do Trabalho*, São Paulo: LTR, 2ª Edição, 1987, p. 489).

A Convenção n.º 95, da OIT, ratificada pelo Brasil em 25.04.57, afirma no seu Art.7º: “Quando em uma empresa forem instaladas lojas para vender mercadorias aos trabalhadores ou serviços a ela ligados e destinados a fazer-lhes fornecimento, nenhuma pressão será exercida sobre os trabalhadores interessados para que eles façam uso dessas lojas ou serviços. Quando o acesso a outras lojas ou serviços não for possível, a autoridade competente tomará medidas apropriadas no sentido de obter que as mercado-

rias sejam fornecidas a preços justos e razoáveis, ou que as obras ou serviços estabelecidos pelo empregador não sejam explorados com fins lucrativos, mas sim no interesse dos trabalhadores” (SUSSEKIND, Arnaldo, *Direito Internacional do Trabalho*, São Paulo: LTR, 2ª Edição, 1987, p. 458).

Além das legislações citadas, convém lembrar a Declaração Universal dos Direitos do Homem que expressa no artigo 4º: “Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos são proibidos em todas as formas”.

Pois bem, não obstante todo esse aparato jurídico legal, o Poder Público tem se mostrado inoperante ou quando muito a sua atuação tem se mostrado tímida.

A partir do ano de 1991, ao lado da Contag, OAB e CNRA, a CPT tem participado de uma comissão que integra o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão do Ministério da Justiça, que vem trabalhando a questão da violência no campo e prioriza os casos de trabalho escravo. Porém, esta atuação junto a organismos do Estado tem sido válida unicamente para se levar a situação ao conhecimento das mais altas instâncias oficiais e constatar a morosidade e ineficiência do Poder Público na apuração dos casos. O CDDPH não possui poder de polícia, portanto, não é coercitivo. Seu poder é apenas

de pressão moral. Apesar da seriedade, não consegue fazer muito. Não raro os ofícios enviados aos órgãos públicos dos Estados e municípios ficam sem respostas.

Os poucos casos de trabalho escravo em que os responsáveis chegaram a ser denunciados foram aqueles que contaram com o acompanhamento do Ministério Público Federal, através da Secodid, ou com o empenho do Ministério Público da Comarca onde aconteceram, como são os casos da empresa TANAGRO, no Rio Grande do Sul e da Fazenda Gralha Azul, no Paraná. Porém, ainda assim, se encontram parados na fase de instrução. Um fato raríssimo foi a prisão do fazendeiro Olivil da Silva, em Laranjeiras do Sul, Paraná.

Quando as denúncias por parte das entidades se fazem constantes e o caso ganha a opinião pública nacional e internacional, o Poder Público toma alguma iniciativa. O problema é que o processo não tem continuidade e, por isso, não chega a um desfecho.

As polícias federal, militar e civil estão desparelhadas para atender às solicitações que lhes são feitas. Com bastante frequência, os responsáveis não são flagrados dada a excessiva demora em se fazer uma diligência, o que permite a fuga. Noutros casos a investigação se prolonga por tempo demasiado, dificultando o depoimento das testemunhas. Depois de meses e até anos, o inquérito é concluído sem indiciar ninguém, ou indícia precariamente.

Exemplos significativos são os ofícios enviados em 1992 à Procuradoria da República e à Superintendência da Polícia Federal do Estado do Pará, solicitando informações

acerca da situação de 32 casos coletivos de trabalho escravo. Estes casos localizados no sul do Pará envolvem mais de mil trabalhadores rurais. As respostas enviadas pela Polícia Federal à Procuradoria da República, em 14.07.92 e 03.08.92, ofereceram as seguintes informações:

- a) 18 casos ficaram sem nenhuma informação, apesar de comunicados à Polícia Federal e terem sido instaurados os inquéritos;
- b) foram instaurados nove inquéritos, sendo que seis ainda aguardam conclusão, apesar de terem sido instaurados entre 1987 e 1990;
- c) concluídos três inquéritos, com denúncia do Ministério Público, portanto, já em fase judicial. Em dois destes casos não constam os gerentes, os proprietários e nem os empreiteiros principais.

No mês de maio de 1992, a comissão já citada anteriormente, esteve no Pará, em audiência com autoridades do Estado, denunciando a situação de violência no campo e reivindicando soluções. No município de Marabá, um dos mais violentos, a comissão esteve na Delegacia de Polícia local. Ali, discutiu-se com os dois delegados presentes a alta incidência de trabalho escravo no Estado. Um dos delegados reagiu às argumentações, dizendo ser preferível que os trabalhadores ficassem no interior das fazendas. *A liberação deles os traria para a cidade, onde se entregariam à bebida e, talvez, até se tornassem homicidas.* A reação daquele delegado é demonstrativa do pensamento e, conseqüentemente, do tratamento que boa parte dos policiais dispensa ao assunto.

O Ministério do Trabalho, assim como a polícia, não conta com as mínimas condições materiais para realizar o que é de sua competência. Em todo o território nacional existem apenas 2.695 fiscais do trabalho. Para agravar a situação, os funcionários das DRTs, muitas vezes, estão despreparados para constatar uma situação de trabalho escravo.

Em setembro de 1992, o Governo Federal, através de decreto, instituiu o Perfor (Programa de Erradicação do Trabalho Forçado e do



Nando Neves — Imagens da Terra

Trabalhadores rurais — Canavieiros — Amélia Rodrigues — BA — 12/92

Aliciamento de Trabalhadores). Contudo, este programa ainda está à espera de implementação e efetivação.

Além das denúncias em instâncias brasileiras, foram feitas em 1992 também denúncias em instâncias internacionais. O Pe. Ricardo Rezende, de Rio Maria, PA, esteve na Comissão de Direitos Humanos da ONU, na OIT e na OEA.

A Anti-Slavery International, que conferiu um prêmio ao Pe. Ricardo, em reconhecimento à sua luta contra o trabalho escravo, juntou seus instrumentos e força aos trabalhadores brasileiros, a exemplo do que já vinha fazendo a American Watch, na difícil empreitada pela erradicação do trabalho escravo.

## 2. O TRABALHO ASSALARIADO

Não obstante a gravidade de que se reveste a exploração do trabalho escravo no campo, inclusive por seu caráter criminal, não menos preocupante é a situação dos assalariados rurais. Além das dificuldades do próprio trabalho e do espaço geográfico — que pela distância e dificuldade de acesso a informações e apelos facilita sobremaneira a exploração de sua mão-de-obra — ainda têm sua situação agravada pela recessão.

Segundo o Dieese, hoje os salários correspondem a cerca de 60% do seu valor em 1985 e a aproximadamente à metade do que valiam no auge do Plano Cruzado. Em se tratando do salário mínimo, a situação é ainda mais trágica, pois o arrocho de 92 o derrubou ao nível de 18% de seu valor em 1940, ano da sua instituição (Boletim do Dieese, n.º 142, ano XII, janeiro 1993).

Na cidade e no campo, a pobreza assume dimensões alarmantes. Enquanto o Brasil solidariza-se com a Somália, as autoridades fecham os olhos para as várias “somálias” existentes aqui. Nas cidades, 70% da população experimenta formas agudas de pobreza. No campo, a grande maioria dos assalariados se encontra na categoria dos que ganham menos de um salário mínimo e sequer têm carteira assinada.

A concentração da propriedade rural tem levado enormes contingentes de lavradores a procurar o trabalho assalariado como última esperança de sobreviver. Contudo, logo vêem que ali também não há muita esperança. É o retrato nu de um modelo agrário e agrícola que concentra terra, renda e tecnologia. Dados da Cepal indicam que o Brasil se encontra entre os países em que a concentração é mais escandalosa.

De acordo com o IBGE, os assalariados rurais são, aproximadamente, seis milhões de pessoas, destas apenas 5% possuem contrato de trabalho. Isto significa que apenas 300 mil possuem as garantias sociais, asseguradas na Constituição Federal. Apenas em relação a estes são recolhidos os encargos sociais devidos aos cofres públicos. Aliada à exploração dos trabalhadores, há uma vergonhosa fuga de recursos da Nação. Somada a tudo isso, existe ainda a

violência do dia-a-dia que se exprime nos acidentes de trabalho. No ano de 92, foram registrados sete casos de acidentes no transporte de bóias-frias com 44 mortos.

Uma pequena amostragem dessa tragédia é o drama vivido pelos trabalhadores mutilados do sisal na Bahia. Espalhados por mais de 130 municípios produtores de sisal, existem cerca de 10 mil mutilados, com dedos, mãos, e até braços ceifados por mais de 15 mil máquinas rudimentares, utilizadas há décadas para desfibrar o vegetal. Seiscentas mil pessoas economicamente ativas estão envolvidas nessa indústria. A metade delas são mulheres e crianças, todas potenciais candidatas a tornarem-se inválidas. Somente numa das cidades, Conceição do Corte, metade dos oito mil associados ao STR local é considerada incapacitada para o trabalho por causa dos frequentes acidentes nas operações com o sisal (*Tribuna da Bahia*, 23/11/92). Frequentemente esses acidentes são fatais.

Um relatório conjunto da CPT-Goiás, Ifas, Cedi e Fetaeg, sobre as condições dos trabalhadores assalariados da cana no Estado de Goiás, traz as seguintes informações: “Existem trabalhadores que sofreram acidentes no trabalho, continuando a trabalhar com ferimentos. Depoimentos de trabalhadores dizem que eles não recebem nenhuma assistência da usina no momento do acidente nem após e se levam atestado médico maior que três ou quatro dias são demitidos” (Usina de açúcar Devale, Itapaci/GO).

Outra cena dramática desta realidade é a situação vivida pelos bóias-frias. Desde o transporte para o local do trabalho ficam patentes os abusos e o desrespeito aos mais elementares direitos humanos e às normas de segurança do trabalho. São transportados em condições inferiores ao transporte de animais. A precariedade destes transportes ocasiona frequentes acidentes onde trabalhadores perdem a vida.

No mês de maio do ano passado, um caminhão da usina Coruripe, em Alagoas, transportava trabalhadores. Num trecho da BR 101, o caminhão capotou. Morreram 22 pessoas.

Nos últimos sete anos, temos registrados os seguintes números com relação a acidentes com bóias-frias:

ANO	N.º DE ACIDENTES	MORTOS
1986	25	26
1987	13	35
1988	29	45
1989	11	39
1990	12	31
1991	08	54
1992	07	44

Fonte: Setor de Documentação do Secretariado Nacional da

Além dos acidentes fatais, são mortos também os que querem ver os direitos respeitados. Antônio Calixto da Silva, 57 anos, casado, foi assassinado com dois tiros de revólver por seu ex-patrão, Anísio Freire de Mendonça. Antônio Calixto trabalhou vários anos para o agropecuarista, que o demitiu sem pagar seus direitos. Em virtude disso, o trabalhador ajuizou uma Reclamação Trabalhista para que o patrão cumprisse com o seu dever. No dia 24 de outubro de 1992, o patrão, após receber a notificação da justiça, ficou à espera do trabalhador no sítio Barreira, estrada que liga Pitimbu a Alhandra, na Paraíba, onde o matou a tiros. (*O Correio*, 25/10/92.)

A recessão, que aliada à política agrícola do governo, suprimiu subsídios e incentivos ao setor agrícola, tem gerado um grave desemprego. De míseros assalariados, os trabalhadores têm passado a desempregados. Isso, somado à seca prolongada, tem feito com que se multipliquem os saques no Nordeste.

Desesperados, os trabalhadores acabam por se sujeitar às terríveis condições de trabalho, uma vez que da mísera oferta, desse salário aviltante, depende a própria sobrevivência. “O medo do desemprego é grande, a passividade também. O pagamento vem muito abaixo do valor a que teriam direito e reclamam apenas entre si, mas o recebem assim mesmo. Alegam que a crise está grande e que trabalham para comer” (Relatório CPT-GO, Ifas, Cedi, Fetaeg-Usina Devale, Itapaci). Quando, caso raro, acontece de receberem a oferta de pouco mais de um salário mínimo, é por um tempo de trabalho que ultrapassa a 18 horas diárias.

“Este ano o número de candidatas a trabalhar no corte foi muito maior que nos anos anteriores. O desemprego é grande. Ocorreram, porém, casos de trabalhadores da construção civil de Goiânia que foram para o município procurar trabalho” (Relatório CPT-GO, Ifas, Cedi, Fetaeg-Usina Cooperubi, Rubiataba/GO).

Do Paraná, Estado considerado desenvolvido, onde se poderia presumir que fosse melhor a situação do assalariado, nos chega o seguinte relato: “Dos assalariados rurais permanentes e temporários apenas 1/5 possui carteira de trabalho assinada e 95% dos temporários não têm contrato de trabalho. A renda mensal percebida pelos bóias-frias, em média corresponde a 70% do salário mínimo” (Setor de Documentação do Secretariado Nacional da CPT).

Estes dados são provas irrefutáveis da degradação das condições de vida no campo e o total descaso com que o governo vê as

questões sociais neste país. O próprio desaparecimento dos organismos estatais, demonstra o lado para o qual pende a balança do Estado.

A situação da mulher assalariada agrava ainda mais este quadro. A sua mão-de-obra é particularmente explorada. Tendo de competir com os homens adultos, percebem um salário inferior pelo mesmo trabalho. É vítima de uma discriminação absurda, ligada à questão da maternidade. Se ficam grávidas são dispensadas, sem nenhum direito, como se engravidar fizesse parte das práticas que constituem a justa causa para demissão.

Em Goiás, o líder sindical Nelson de Assis Teles, diretor da Fetaeg, falando sobre as condições de trabalho na granja Saito, Bela Vista — onde a mão-de-obra feminina representa 40% dos trabalhadores — afirma: “A situação da mulher é muito difícil. A empresa fiscaliza a gravidez até das mulheres casadas. São impedidas de ir ao banheiro quando estão menstruadas”.

## “MARIAS TRABALHADORAS, MÃES VIOLENTADAS”

Um aspecto truculento nas relações de violência no trabalho canavieiro e de outros setores no Estado de Alagoas é a exploração da mão de obra da mulher trabalhadora. Segundo dados da Fetaeg/Alagoas, a violência se verifica em várias frentes:

- a) descumprimento do direito à licença maternidade;
- b) discriminação, só admitindo trabalhadoras com atestado de esterilidade e demissão daquelas que não dispõem dele;
- c) péssimas condições de trabalho.

Dados e depoimentos denunciam que atividades perigosas, como aplicação de adubo químico e calcário sem qualquer proteção de luvas, macacões ou botas, estão ocasionando perdas de unhas, poros estourados, abortos, seios em carne viva, sangramento pelas narinas.

“A gente trabalha com adubo, agora, deixa as mãos esfoladas. Isso aqui é outro couro, tá vendo? A gente pega cobra, quando pensa que não, a gente joga a cobra pra lá...A gente dá tanto grito, eles ficam mangando da gente.”

“As mulheres estão tudo com as unhas caindo, tudo trabalhando menstruada, tem delas que passa 10 dias menstruada, quando vai falar pra ele (administrador), ele diz que não, isso não ofende não, nada de adubo. Essa semana foi uma mulher com uma dor de lado, quando chegou lá o médico disse não, isso não é adubo não, isso aí é que a senhora vem doente de outras coisas. Mas a gente vê que é prejudicada pelo adubo” (mulher canavieira, 49 anos, município de Anadia/AL).

Desde 1988, são feitas denúncias contra a aplicação de agrotóxicos como o Gesaprin, sem obedecer aos cuidados exigidos. As mulheres têm contato diário com o produto, quando deviam tê-lo em espaços de 10 em 10 dias. Nenhuma providência foi tomada.

As denúncias de opressão e violência de que as mulheres são alvo, devido a imbricações perversas do processo de trabalho, articulado à sua vida procriativa e à sua condição de gênero, ainda não têm encontrado saídas institucionais que garantam seus direitos (Para Aquém da Cidadania — Publicação do Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas, 1992).

A mulher assalariada do meio rural está submetida a uma situação muito especial. Muito embora seja histórica a sua ligação com o trabalho, a sua inserção no assalariamento implica um componente novo a que ela precisa se adequar. Acordar mais cedo para dar conta das atividades domésticas; ir para o ponto onde passam os turmeiros arrebanhando os trabalhadores; contratar seu trabalho com estes turmeiros; educar-se para novos espaços, tempos e ritmos, e obedecer à hierarquia. Mas, também aprende a resistir, a defender seus direitos e a lutar por melhores condições para os filhos (Olinda Maria Noronha. Trabalhadoras de cana-de-açúcar: A aprendizagem de classe nas relações de produção. In: *Reforma Agrária — Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária — ABRA — vol. 21, maio-agosto/91 — p. 22*).

As atividades que a mulher trabalhadora desempenha nas usinas de cana-de-açúcar são as mesmas executadas pelos homens. Essas tarefas são: descarregar sacos de adubos, plantar, capinar, fazer sulco, soca, semear, adubar, cortar, enleirar, carregar o caminhão. No corte da cana, foi constatada a preferência pela mulher, uma vez que ela tem demonstrado maior produtividade e qualidade no trabalho. As próprias mulheres percebem, contudo, que o fato de elas serem mais cuidadosas e produtivas representa maior exploração (Olinda Maria Noronha, *ibidem*, p. 23).

A alegação de que a mulher é mais frágil do que o homem no contexto do trabalho produtivo não é utilizada. Quando se trata de explorar a força de trabalho até a exaustão, a mulher é considerada igual ou até melhor que o homem. Inclusive sua produtividade é utilizada para pressionar o homem: “Na fazenda Jequitibá nós tínhamos como paradigmas de produtividade as mulheres. (...) O homem, na segunda-feira ele não aparecia no trabalho. E a mulher não, ela era assídua. (...) Elas desenvolvem com mais afinco, são mais caprichosas” (Olinda Maria Noronha, *ibidem*, p. 23). A fala é de um ex-gerente de usina. Como fica claro, a empresa se utiliza das qualidades da mulher para pressionar o homem e ter mais lucro. A fragilidade da mulher, nesse momento não conta. Porém, quando se trata de pagar os encargos sociais, de pagar salário ou de despedir a trabalhadora, este argumento ganha força (Olinda Maria Noronha, *ibidem*, p. 23).

O Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas, que congrega várias entidades de defesa dos direitos humanos do meio urbano e rural, publicou no ano passado um relatório, denunciando as violências perpetradas contra os trabalhadores, bem como contra a população mais pobre. Dele, queremos destacar aqui a parte que trata da violência contra a mulher trabalhadora.

### 3. CONCLUSÃO

A situação do trabalho escravo, as condições em que vivem as assalariadas e assalariados do campo revelam os níveis de degradação a que são submetidos os que vendem sua força de trabalho neste país e a falta de determinação política do Estado para atacar a situação. Bastaria que se aplicasse o dispositivo constitucional que possibilita a desapropriação de terras, fazendas, onde não é respeitada a legislação trabalhista. Se isso acontecesse, os empresários e fazendeiros pensariam duas vezes para cometer toda essa gama de absurdas violências contra o trabalhador.

Apesar de todas e tantas dificuldades, algumas campanhas salariais, especialmente no Nordeste e Centro-Oeste, obtiveram ganhos políticos e econômicos. Há unanimidade por parte dos trabalhadores de que se não fosse a presença do STR a situação seria muito pior. “O Sindicato é o maior apoio para a classe trabalhadora aqui, né (...). Quando não havia Sindicato aqui, teve ano de nós cortá cana o ano inteiro por um preço só” (fala de trabalhador da Usina Devale de Itapaci. In: *Relatório da CPT-GO, Fetaeg, Ifas e Cedi*).

O aumento das denúncias de trabalho escravo nada mais é que o fruto da coragem e resistência dos que conseguem escapar. Com relação às mulheres, apesar de toda a discriminação, sua organização tem conseguido que comece a aparecer uma valorização nos universos da família, do sindicato e, em alguns aspectos, até mesmo do trabalho. Este, porém, é apenas o início de um longo caminho a ser trilhado até que as mulheres e os assalariados agrícolas consigam ser valorizados e ter seus direitos respeitados.

Capítulo sob a coordenação de Maria José Souza Moraes — assessora da CPT Nacional.

## MIGRAÇÕES NO BRASIL

A mobilidade humana entre cidades, regiões ou países acontece desde a antiguidade. O ir e vir é um direito fundamental do ser humano. O vaivém forçado, porém, que empurra os trabalhadores do campo e da cidade em direção à estrada, é uma violência e uma afronta à dignidade humana.

Um terço da população brasileira, vítima do êxodo, perambula num roteiro ditado por um modelo de desenvolvimento concentrador da terra e da renda. O êxodo rural brasileiro na década de 70 atingiu 13 milhões de pessoas e na década de 80, 15,5 milhões.

Esta massa desenraizada forma o chamado exército de reserva, que migra para desbravar novas terras, alimentar o crescente desenvolvimento da indústria, trabalhar em grandes obras. São contingentes de trabalhadores que abastecem o mercado de mão-de-obra. É o vaivém de uma massa excluída que perdeu suas raízes, sua história, migrando sempre atrás da sobrevivência, cada vez mais difícil. De 1940 a 1980 a população brasileira aumentou em 189% e o número de migrantes em 1076%!

Os fluxos migratórios acontecem com uma intensidade e rapidez sempre crescente. Um determinado local passa a receber migrantes e, com muita rapidez, passa a expulsá-los. De local de atração torna-se lugar de expulsão. As áreas tradicionais de migração como o Nordeste, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Espírito Santo passaram a ser áreas de expulsão.

O quadro abaixo mostra como, na história brasileira recente, os ciclos migratórios foram encurtados.

LOCAL	ANO/ATRAÇÃO	ANO/EXPULSÃO	TEMPO
RS/SC	1850	1950	100 anos
Sudoeste/PR	1950	1970	20 anos
MS/MT	1960	1970	10 anos
RO	1970	1980	10 anos
AC	1985	?	?

A região Sul contribuiu significativamente para o aumento do vaivém da população brasileira. Sua população que, em 1970, era 17,7% da população brasileira, em 1980 decaiu para 15,9%. Somente o estado do Paraná perdeu, entre 1970 e 1980, 1.201.457 migrantes, sendo que 16,5% migraram dentro da própria região e os demais para outras partes do país. O Paraná é um caso típico do encurtamento do ciclo migratório: em 20 anos passou de local de atração para local de expulsão. A maioria dos migrantes que deixaram o Paraná eram provenientes de outros estados.

Atualmente os fluxos migratórios tendem a ser do campo para a cidade, em direção às fronteiras agrícolas ou se constituem em migrações sazonais.

A maioria da população rural está impossibilitada de trabalhar em sua própria terra, ou porque não a possui ou porque está totalmente sufocada pela política agrícola vigente. As grandes cidades se constituem na ilusão destas pessoas, que migram em busca de empregos e melhores condições de vida.

São Paulo e Rio de Janeiro são considerados os principais estados reservatórios de mão-de-obra para a indústria, construção

civil, serviços, comércio, grandes obras (hidrelétricas e estradas), assim como os grandes responsáveis pela migração sazonal.

O crescente êxodo rural provoca o inchaço das grandes cidades e o surgimento dos bolsões de miséria nas periferias. Esta urbanização forçada traz problemas sociais incalculáveis de difícil solução. O fluxo migratório campo-cidade acontece também nas cidades de médio porte, reproduzindo, em escala menor, os mesmos problemas sociais que atingem os grandes centros urbanos brasileiros.

Além do êxodo rural, a massa de migrantes rumo para as assim chamadas "fronteiras agrícolas", consideradas espaços vazios de pessoas e sem exploração econômica. A esse contingente populacional cabe a tarefa de amansar a terra, limpar o mato, abrir caminho para entregá-la às grandes empresas.

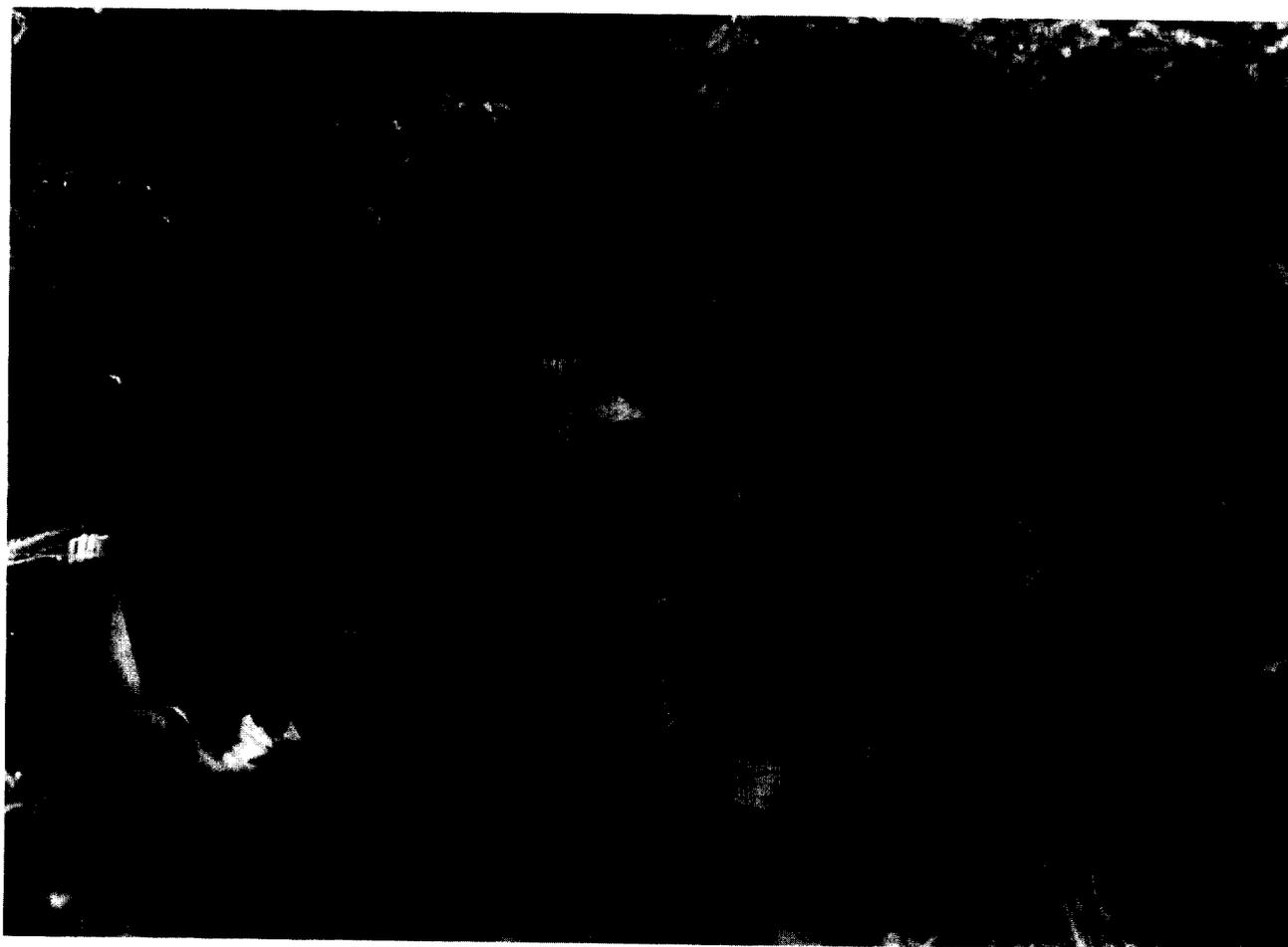
De 1940 a 1960, o Paraná, o Mato Grosso e Goiás formaram a principal fronteira agrícola e, a partir de 70, passam a expulsar os colonos para uma nova fronteira: o Norte de Mato Grosso e a região Norte, principalmente, Rondônia.

Na década de 70 a região Norte cresceu 5,03% ao ano e Rondônia, 15%. No mesmo período o crescimento da população brasileira foi de 2,7%. Nos anos 80 a taxa de crescimento, em Rondônia, foi de 16% ao ano.

Os migrantes foram atraídos para o Estado da Rondônia por propagandas enganosas feitas por colonizadoras oficiais e particulares. Estas propagandas prometiam o

POPULAÇÃO E MIGRAÇÃO EM RONDÔNIA		
ANO	POPULAÇÃO DO ESTADO	N. DE MIGRANTES
1980	493.000	49.205
1981	572.000	60.218
1982	674.000	58.052
1983	770.000	92.723
1984	870.000	105.855
1985	1.040.000	151.621
1986	1.300.000	165.899
1987	1.500.000	103.654
1988	?	51.950
1989	?	76.034
1990	1.130.400	23.000 (?)

Fontes: — NURE/SEPLAN/SETRAPS/CEPRO/SIMI — Rondônia  
 — CEPAMI — Pesquisa 1990  
 — Milton Santos, in: Relatório da SPLAN/RO, março de 1979



J.R. Ripper — Imagens da Terra

*Família colhendo café — Zona da Mata — MG — 1992*

paraíso, onde corria leite e mel, criando nos colonos falsas expectativas que ruíram ao primeiro contato com a realidade.

A população, migrante em sua quase totalidade, não se fixou no Estado de Rondônia, como podemos ver no quadro acima. Segundo uma pesquisa realizada junto às Secretarias Estaduais da Fazenda de Rondônia, pelo CEPAMI em 1991, foi constatado que retornavam, em média, por dia, de cada município, duas famílias, num total aproximado de 82.000 pessoas por ano. Isso apenas considerando aqueles que solicitam licença de mudança.

Além do êxodo de migrantes em direção à região Norte, a mobilização humana tem se dado de forma temporária ou sazonal. Ao deslocamento periódico de trabalhadores em busca de novos meios de sobrevivência, dá-se o nome de migrações temporárias ou sazonais. A migração sazonal refere-se aos deslocamentos de trabalhadores para as diferentes regiões em época das safras agrícolas.

O trabalhador temporário não consegue sobreviver na sua região de origem. São locais marcados por um grau alarmante de miséria. Isto faz com que ele saia em busca de trabalho.

A migração temporária em busca de sobrevivência tem como causa, entre outros fatores sociais, a concentração da terra e a exploração do trabalho.

A forma de apropriação e de uso da terra, aliadas às relações de trabalho, configura um quadro efetivo de exploração e expulsão dos camponeses.

A expropriação da terra se dá através da invasão de áreas ocupadas por posseiros, da expulsão de sitiantes e contratos lesivos aos antigos agregados das fazendas. Esse quadro é favorecido pela omissão e conivência dos governos federal, estadual e municipal. Ainda, nessas regiões, são implantados projetos vinculados a determinados grupos empresariais, onde se destrói o sistema de produção adotado pelos camponeses. Os postos de serviços gerados por tais empresas, absorvem uma quantidade mínima de empregos.

Os projetos oficiais ou particulares excluem o pequeno produtor. A alta tecnologia empregada na produção de alimentos e frutas para exportação, concentram terra e água nas mãos de poucos. Os trabalhadores são utilizados apenas em época de safra.

Os trabalhadores, empobrecidos, transformam-se em migrantes. Os migrantes dirigem-se, na sua caminhada, à região canavieira dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, parte de Goiás, norte do Paraná, zona da mata nordestina e sul do estado de Minas Gerais. Esse andar é periódico e mostra a ambigüidade de quase toda a mobilidade humana: enquanto, por uma parte, apresenta carac-

terísticas dramáticas de exploração, exclusão e empobrecimento, por outra, mostra a força, a coragem e a esperança dos migrantes.

## CONCLUSÃO

O Brasil é um país de migrantes e a tendência é o aumento crescente deste contingente, que busca alternativas de sobrevivência. Nas décadas passadas, o fluxo migratório era basicamente em direção às cidades e às fronteiras agrícolas. Hoje migra-se em todas as direções. O que orienta a migração é a busca de sobrevivência. Qualquer possibilidade de emprego numa determinada região desloca contingentes imensos de trabalhadores desempregados.

A política neoliberal, que diminuiu os investimentos nas políticas sociais, aprofundou a crise social brasileira, aumentando a massa de excluídos do mercado de trabalho e de condições dignas de vida.

A migração continuará aumentando, dadas as atuais condições de vida, salário e emprego. É preciso profundas mudanças na atual política econômica neoliberal para que a vida digna dos migrantes não esteja sempre em outro lugar.

*Mari Solange Cella e Pe. Luiz Bassegio*  
*Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrante — CEPAMI*

## REFERÊNCIAS:

- BASSEGIO, Luiz e PERDIGÃO, Francinete — *Migrantes Amazônicos: Rondônia, a Trajetória da Ilusão*, Edições Loyola, São Paulo, 1992.
- CNBB — *Migrações no Brasil: um desafio à pastoral*, Edições Paulinas, São Paulo, 1987 (54).
- Jornal *O Migrante* — Órgão informativo do CEPAMI, ano VI, nº 22, agosto de 1991.



José Ripper — Imagens da Terra

Colono — Transamazônica — plantação de cacau

# V

# ECOLOGIA: LUTA PELA CIDADANIA E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL



Nando Neves — Imagens da Terra

Queimada — BA — 12/92

*“Desde toda a eternidade, Deus está em um leito de parto dando à luz.”*

*Mestre Eckhardt*

O ano de 1992 passou a ser, sem sombra de dúvidas, um referencial histórico mundial. Os preparativos, discussões, expectativas e frustrações em torno da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) — a ECO-92 ou RIO-92 como ficou popularmente conhecida — contribuíram decisivamente para o aprofundamento da questão ecológica e a necessidade de revermos o atual modelo de desenvolvimento mundial.

O grande desafio de todo esse processo de discussão, denúncia, luta para preservar os ecossistemas é a necessidade de construir caminhos novos para a raça humana. A crise ecológica desnuda o antropocentrismo e a agressão ambiental dos modelos de desenvolvimento vigentes e apresenta a necessidade de repensarmos os estilos de vida sobre o planeta.

Para este debate, contribuíram amplos setores da sociedade civil organizada, através de textos, encontros, consultas, seminários, debates, denúncias e manifestações reivindicatórias. Apesar da frustração diante das decisões adotadas e principalmente das não-adotadas no RioCentro (local da conferência oficial), os eventos em torno de 1992 desencadearam um processo novo de pensar a vida sobre o planeta.

Entidades eclesiais e organismos ecumênicos, desafiados pela problemática ambiental, criaram espaços para o debate e deram contribuições teológicas e pastorais para a questão. O Conselho Mundial de Igrejas (CMI) reuniu representantes de 72 igrejas de diversas partes do mundo, durante a realização da ECO-92, e declarou na sua mensagem final: “Deveríamos cultivar uma atitude penitencial pelos pecados cometidos contra a natureza e fomentar a compaixão pelos seres a que causamos danos”.

A Consulta sobre a Amazônia, organizada pelo CONIC em parceria com a IECLB, ainda em 1991, concluiu: “É preciso redescobrir e recriar conceitos eco-teológicos que nos dêem forças para o engajamento na luta de libertação”.

A CNBB, no documento final do Seminário sobre Ecologia e Desenvolvimento, propôs, entre outras medidas, a valorização “das iniciativas populares e movimentos sociais com experiências concretas de sustentabilidade, de sobrevivência física e cultural e de preservação do meio ambiente”.

Esse processo novo de reflexão, autocrítica e a busca de novas posturas resgata elementos da teologia da criação e recoloca a natureza como o lugar de epifania de Deus. A natureza, como criação divina, não é um depósito de lixo ou uma fonte inesgotável de lucro, mas o lugar da revelação de Deus. Deus criador está presente na natureza; ela é o invólucro que oculta Deus, mas O torna definitivamente presente.

A partir da pastoral da terra e da luta pela sobrevivência e construção da cidadania do povo do campo, é importante analisarmos três aspectos da questão ambiental: 1) a realização da ECO-92; 2) a elaboração e implantação dos projetos governamentais de preservação ambiental e as suas políticas públicas e 3) as iniciativas populares que, na busca de criar melhores condições de vida, procuram estabelecer novas relações com a terra e o meio ambiente.

## 1. ECO-92 E FÓRUM GLOBAL: O MUNDO E A ECOLOGIA

Sem sombra de dúvidas, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — ECO-92 foi celebrada como um dos maiores eventos mundiais das últimas décadas. A premência das questões que seriam tratadas e as expectativas daí decorrentes certamente foram os principais fatores desta grandiosidade.

A ECO-92, apesar das frustrações, passou a ser um marco histórico importante também porque, a partir de sua realização, o tema da preservação ambiental, como um aspecto fundamental do desenvolvimento, passou a ser parte da agenda mundial.

A sociedade civil ficou praticamente ausente das decisões da RIO-92. Houve pressões importantes em vários países sobre seus líderes, assim como foi aberta a participação de representações de ONGs (Organizações Não-Governamentais) no evento oficial. Mas a participação da sociedade civil não exerceu influência significativa nas tomadas de decisão.

Durante duas semanas (1º a 14 de junho de 1992), o Rio de Janeiro se tornou a bela capital mundial do verde. Chefes de Estado, personalidades, militantes verdes, representantes de ONGs, movimentos populares, lideranças indígenas, jornalistas e milhares de pessoas do mundo todo se reuniram para debater sobre o futuro do planeta.

Apesar da RIO-92 ter entrado para a história como o evento que reuniu o maior número de chefes de Estado para uma foto, não produziu os resultados esperados. As enormes distâncias entre as nações ricas e pobres e, sobretudo, a defesa de interesses de grandes grupos econômicos impediram que fossem tomadas decisões capazes de viabilizar a construção de sociedades ecológica e economicamente sustentáveis.

As diferenças gritantes entre as expectativas dos países do Terceiro Mundo — que enfatizavam a necessidade de desenvolvimento — e dos países ricos — que tomavam posições mais preservacionistas, exigindo medidas de preservação nos países pobres — gerou um clima de verdadeiro impasse diplomático. Apesar deste descompasso, as negociações da conferência produziram cinco documentos: *Declaração do Rio* (antes chamada de Carta da Terra), *Declaração de Princípios sobre Florestas*, *Convenção sobre Biodiversidade*, *Convenção sobre Clima* e *Agenda 21*.

As discussões e divergências na elaboração dos documentos da conferência oficial se materializaram em quatro questões principais:

1. *Biodiversidade*: o ponto de desacordo era, de um lado, a posição norte-americana de proteger as patentes biológicas e os lucros, ao mesmo tempo que insistia na necessidade de o Sul preservar suas florestas tropicais. Os países pobres, por sua vez, protestavam contra as tentativas de encerrar seus recursos genéticos em patentes e reservas e insistiam na necessidade de o Norte repartir a riqueza gerada com matérias-primas das florestas. Os Estados Unidos mantiveram uma posição intransigente sobre o tema, inclusive não assinando o documento final. Apesar da postura norte-americana os ter levado ao isolamento e 112 países terem assinado o tratado, os acordos não representam avanços significativos.
2. *Clima*: as discussões e o documento final sobre o tema foram esvaziados pela imposição norte-americana de não estabelecer níveis de redução, prazos e datas para a implantação de programas para limitar a emissão de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) na atmosfera, principal causa do efeito estufa (superaquecimento do planeta).
3. *Florestas*: os acordos sobre o tema só foram capazes de produzir uma *declaração de princípios*. Os países industrializados defendiam normas planetárias para frear o desmatamento, e os países detentores de florestas tropicais (especialmente o Brasil e a Malásia) temiam qualquer regra que pudesse ofender sua “soberania” e seu direito de exploração dos recursos florestais. A proposta de realizar uma convenção sobre regras e critérios de exploração florestal, após a ECO-92, não foi aceita e os acordos se restringiram a critérios genéricos.
4. *Dinheiro*: de acordo com estimativas anunciadas pelo próprio Maurice Strong, secretário geral da conferência, seriam necessários cerca de US\$ 125 bilhões anuais, até o ano 2000, em investimentos para recuperar os danos ambientais e estabelecer programas de preservação e desenvolvimento no Terceiro Mundo. Um dos pontos polêmicos era quem deveria pagar a conta. É certo que, ao final, houve um aumento real nos fundos para programas de preservação e muitas promessas por parte dos países ricos, mas as cifras ficaram muito aquém do que era esperado.

O Brasil foi o maior “beneficiado com promessas” de investimentos, pois encerrou o evento com um “saldo” de US\$ 4,1 bilhões para projetos de desenvolvimento e preservação ambiental.

Outro ponto polêmico era a proposta, defendida pelos países pobres, de criação de um mecanismo de administração para estes fundos, independentemente do

Banco Mundial. Mas a conclusão final foi pela reestruturação do GEF (Global Environment Facility — Fundo do Banco Mundial para a preservação ambiental), com a promessa de maior participação dos países pobres. Essa decisão não agradou à grande maioria dos ecologistas, porque os fundos ambientais permanecem sob controle dos países ricos.

As opiniões sobre a ECO-92 vão desde eufóricos pronunciamentos de sucesso até afirmações de fracasso total. Apesar de todas as contradições, a RIO-92 não foi totalmente estéril. Em primeiro lugar, porque introduziu na agenda mundial a necessidade de vincular às questões de desenvolvimento econômico o imperativo da preservação ambiental. Em segundo lugar, ainda que fazendo parte de discursos demagógicos, como o do então presidente Collor por exemplo, a questão social ganhou espaço nas discussões sobre a preservação da vida no planeta. Neste sentido, o tema da reforma agrária, vinculado às questões ambientais, ganhou um novo alento.

Além da conferência oficial e suas contradições, a ECO-92 incluiu também o *FÓRUM GLOBAL*, um grande parque construído no Aterro do Flamengo (40 km distante do Riocentro — longe o bastante para não interferir nos andamentos da conferência oficial), com um infindável número de programações, shows, exposições, *stands*, debates, palestras. O *Fórum Internacional das organizações não-governamentais* aconteceu dentro da programação do Fórum Global e reuniu milhares de pessoas, representantes de ONGs e movimentos populares de todo o mundo.

O Fórum Internacional de ONGs produziu 32 tratados sobre os mais diversos temas ligados ao meio ambiente e questões sociais, econômicas e políticas, na tentativa de pressionar e influenciar as decisões dos governos reunidos no Riocentro. O objetivo do Fórum era também estabelecer compromissos e formas de solidariedade entre amplos setores da sociedade civil organizada mundialmente.

No Aterro do Flamengo, entre todas as atividades e eventos, dois aspectos merecem destaque. Em primeiro lugar, a participação decisiva das mulheres, tanto na articulação do *Planeta FEMEA* (*FE*minismo e *ME*io Ambiente), como nas discussões do Fórum Internacional de ONGs. Em segundo lugar, o clima religioso e esotérico que permeou a realização do Fórum Global. A dimensão religiosa do ser humano readquiriu um espaço significativo nas discussões ecológicas e na conseqüente necessidade de reafirmar a dignidade da vida sobre o planeta.

## 2. POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E ECOLOGIA

O então presidente da República, Fernando Collor, usou, para promoção política, de todo o espaço aberto no RIO-92. Assumiu uma postura progressista, com discursos contundentes e apoio aos tratados elaborados durante o evento, mas não cumpriu nenhum deles.

Como governante da nação anfitriã, Collor foi o primeiro signatário de vários tratados, entre os quais o da biodiversidade. Esta atitude o colocava na responsabilidade moral de, primeiro, cumprir os acordos como um exemplo a ser seguido e, segundo, se esforçar para angariar novas adesões e apoios aos tratados. Em vez disso, manteve a tramitação no Congresso Nacional da lei de propriedade industrial. Aliás, o projeto de lei encaminhado ao Congresso pelo próprio Governo Collor, em abril de 91, era o cumprimento da promessa que fez ao então presidente dos Estados Unidos, George Bush. Collor, numa atitude totalmente contrária à assinatura do tratado da biodiversidade, queria a aprovação e a vigência imediata dessa lei.

Outra amostra das verdadeiras intenções do Governo Collor foi o fato de que o Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA), criado em 1990, gastou apenas 10% do seu orçamento de US\$ 160 milhões. O governo, em conseqüência, foi obrigado a pagar 0,25% de taxa de permanência por não usar a verba, financiada pelo Banco Mundial.

O governo Itamar, por sua vez, ainda não deu real amostra de suas posturas políticas em relação à necessidade de buscarmos novas tecnologias e criarmos políticas eficazes de preservação ambiental. Em relação à polêmica sobre a lei de propriedade industrial, o Governo Itamar manifestou sensibilidade diante dos apelos da sociedade civil para retirar o projeto do Congresso, apesar de não tê-lo feito em 1992.

O atual Ministro do Meio Ambiente, Coutinho Jorge, anunciou mudanças na política ambiental brasileira. Entre as mudanças anunciadas, mencionou a reformulação total do Ibama, a estruturação do ministério e o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente. Anunciou também que o PNMA não será paralisado e que 80% dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente serão deslocados para ONGs e municípios (*Jornal do Brasil*, 19/12/92).

Algumas atitudes, porém, revelam que as preocupações ecológicas e sociais do Governo Itamar têm sérios limites. Notícia veiculada, ainda no ano passado, nos principais jornais brasileiros, dava como certa a retomada do Projeto Calha Norte, através da liberação de verbas pelo Governo Federal, para a execução da segunda parte do referido projeto.

## 2.1. Retomada do Projeto Especial Calha Norte

“Quem destrói a floresta amazônica são os índios e os cupins.” A frase do Gen. Antenor Santa Cruz Abreu, ex-comandante do Comando Militar da Amazônia, publicada num artigo do *Jornal do Brasil* de 2/11/92, resume com exatidão a mentalidade que norteia a ocupação militar da Amazônia. Nesse mesmo artigo, o ministro do Exército, Zenildo Zoroastro de Lucena, afirmando a prioridade do Calha Norte, defendeu o aumento do poderio militar na Amazônia Legal.

A integração e a manutenção da soberania nacional sobre a Amazônia continuam sendo os argumentos militares para a continuidade desse projeto “genocida e anti-índio”, definiu Dom Erwin Krautler, ex-presidente do Cimi. Inclusive o Exército tem montado pelotões de fronteira, aberto pistas de pouso e quartéis em áreas indígenas e parques nacionais sem qualquer consulta ao Ibama ou à Funai. Como é o caso do pelotão de fronteira instalado em Maturacá/AM, no Vale da Neblina, que atinge duas áreas indígenas e um parque nacional.

O discurso militar tem enfatizado, para justificar a continuidade e ampliação do Calha Norte, a necessidade de patrulhamento das fronteiras brasileiras para o controle do tráfico de drogas. Na verdade, a continuidade do projeto nada mais é do que a permanência da política militar genocida de ocupação da Amazônia.

A Escola Superior de Guerra elaborou um documento sobre a região, afirmando que a atual década é vital para a Amazônia e destacando a preservação do Programa Especial Calha Norte. Para tanto, propõe, entre outras medidas, a tomada de providências objetivando vivificar a linha de fronteira, desde Corumbá/MS até o Oiapoque/AP, empregando efetivos e frações das Forças Armadas. Neste sentido, está prevista a instalação de uma brigada e dois batalhões, já no início de 93, e posteriormente de vários pelotões de fronteira por toda a região Amazônica.

O documento propõe, ainda, transformar Rondônia em área produtora preferencial de alimentos para toda a Amazônia, utilizando Porto Velho como entroncamento; exploração do potencial hidrelétrico da região; aparelhamento dos portos; construção de ferrovias. A ação estratégica inicial seria: “Modelar o esforço amazônico sobre a idéia de que o esforço dos núcleos existentes maximizará a satisfação psicossocial da grande maioria de amazônidas (habitantes destes núcleos) e proverá apoio logístico natural, como ondas de progresso, irradiando-se a partir deles para as respectivas periferias, limitando-se a criação de outros núcleos habitacionais apenas nos locais onde a segurança nacional assim o exija”.

O texto não deixa dúvidas de que o objetivo principal é a ocupação militar da Amazônia, com argumentos sobre a necessidade de segurança nacional, a partir de uma mentalidade desenvolvimentista. É de conhecimento público e notório, porém, que o Calha Norte é um dos principais agentes responsáveis pela destruição da Amazônia, tanto da devastação ambiental como do extermínio de povos indígenas. A sua continuidade, portanto, representa uma ameaça à soberania dos povos indígenas sobre suas terras e à possibilidade da abertura de novos garimpos e desmatamentos.

## 2.2. Os Grandes Projetos Agroecológicos

Apesar de ter obtido sucesso em diversos empreendimentos junto à CE, Banco Mundial e G7, o Brasil tem



Douglas Mansur

*Caminhão de Madeira — PA — 1992*

mantido a sua prática essencialmente contraditória em criar projetos de desenvolvimento agroambiental, com políticas diferentes das adotadas para a Amazônia. Sem qualquer vontade política de rever e alterar as políticas de ocupação predatórias da Amazônia, elaboradas e executadas no regime militar, o governo brasileiro procura implementar projetos de preservação ambiental e vende uma imagem conservacionista. Entre os projetos governamentais de preservação ambiental, merecem destaque o Prodeagro no Mato Grosso e o Planafloro em Rondônia.

O Prodeagro é um projeto elaborado pelo Governo Estadual do Mato Grosso, financiado pelo Banco Mundial e acompanhado pelo PNUD. O objetivo desse projeto é corrigir os erros e impactos negativos decorrentes da implantação do Polonoroeste. O Polonoroeste (1981 — 1985) era um projeto de desenvolvimento rural e urbano para a região Noroeste, mas que acabou se restringindo ao asfaltamento da rodovia Cuiabá — Porto Velho. As consequências ambientais e sociais do Polonoroeste foram desastrosas, porque provocou o aumento vertiginoso do desmatamento na região, acelerou a concentração fundiária e a violência no campo e possibilitou a invasão das terras indígenas, entre outros impactos ambientais e sociais negativos.

Os componentes do Prodeagro são: 1) manejo de recursos naturais (produção agroflorestal e conservação, proteção e fiscalização de recursos naturais); 2) ação fundiária (zoneamento ecológico-econômico, apoio à demarcação de reservas indígenas, regularização fundiária); 3) investimentos em infra-estrutura econômico-social (eletrificação rural, transporte, saúde) e 4) administração, monitoria, avaliação e cooperação agrícola.

agentes sociais diretamente atingidos pelo projeto. O governo não efetivou mecanismos que possibilitassem o envolvimento das associações de pequenos produtores, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, comunidades indígenas, ONGs ambientalistas e outros. Também, não tem possibilitado a representação destes setores sociais nas instâncias de planejamento e deliberação do Prodeagro.

O Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia — Planafloro é outro grande projeto da região com um orçamento total aproximado de US\$ 228,5 milhões, sendo US\$ 167 milhões financiados pelo Banco Mundial. Os seus objetivos são basicamente os mesmos do Prodeagro. As principais metas do projeto são: 1) interromper o processo de desmatamento predatório; 2) tornar possível a ocupação econômica das áreas já desmatadas; 3) recuperar as áreas de capoeiras com atividades econômicas e ou culturas perenes; 4) implantar um “modelo” para a ocupação racional, não destruidora da Amazônia e 5) melhorar as condições de vida das famílias rurais.

O Planafloro — apesar de algumas variantes como, por exemplo, uma maior abertura para a participação das ONGs — apresenta os mesmos problemas do Prodeagro. Estes grandes projetos — na melhor das hipóteses, com objetivos teóricos bem-intencionados — são pensados sem a participação efetiva dos atores sociais diretamente interessados (índios, ribeirinhos, seringueiros, pequenos produtores, ambientalistas).

Pressionado pelas entidades doadoras, pela sociedade européia e por ONGs internacionais, o governo tem “aberto espaço à participação popular” nestes programas. Estamos, porém, muito longe de um processo democrático na

execução desses programas na região. A abertura do governo só acontece por uma verdadeira pressão exterior e dos setores organizados da sociedade civil. Mesmo assim, esta abertura tem muitos limites, como, por exemplo, os frequentes casos de inferioridade numérica nas instâncias de decisão, deficiência no processo de repasse de informações, uso deliberado de uma suposta “aprovação popular”, participação fictícia de entidades populares e ambientalistas.

Os projetos agroambientais do governo são concebidos em descompasso com as demais políticas e programas públicos. Não estão situados num contexto de discussão e redefinição do modelo de desenvolvimento a ser implantado na região Amazônica. O Mato Grosso, por exemplo, nem mesmo possui uma legislação ambiental definida.

### 2.3. Programa-Piloto de Florestas Tropicais

O Programa-Piloto de Florestas Tropicais é um programa financiado pelo G7 (grupo dos sete países mais ricos) e gerenciado pelo Banco Mundial. Tem como objetivo desenvolver uma política de preservação ambiental para a Amazônia (recentemente se destinou uma pequena parcela do programa à Mata Atlântica).

O Programa-Piloto está dividido basicamente em Projetos Estruturais e Projetos Demonstrativos — tipo A (PDAs — pequenos projetos agroecológicos), os quais têm a participação de ONGs e entidades populares. Os projetos estruturais têm como objetivos básicos: 1) proteção das terras e populações indígenas; 2) proteção de florestas; 3) criação, demarcação e manutenção de reservas extrativistas; 4) pesquisa científica.

O orçamento do Programa-Piloto é de US\$ 250 milhões, mas os recursos previstos para os PDAs é de apenas US\$ 25 milhões para a Amazônia e US\$ 5 milhões para a Mata Atlântica.

Há muitas dúvidas sobre o Programa-Piloto, especialmente porque há uma carência de informações. Nem mesmo as entidades envolvidas nos PDAs, por exemplo, têm a versão final do projeto global. Temos acesso apenas ao texto dos Projetos Demonstrativos — tipo A. De acordo com o andamento do Programa até o momento, tudo indica que as ONGs só terão influência sobre estes projetos.

É fundamental nos darmos conta de que tem sido atribuído um mérito excessivo ao Programa-Piloto. Portanto, é preciso compreender a sua relativa importância no contexto da política global para a região. Ou seja, existem hoje vários projetos agroecológicos na Região Amazônica tão importantes quanto o Programa-Piloto. Além dos projetos mencionados acima, o orçamento do FNO (Fundo Constitucional para o Norte) tem uma dotação de US\$ 117 milhões, apenas para o ano de 1993.

Neste sentido, temos de entender o Programa-Piloto no contexto das políticas públicas para a região. É eviden-

te o descompasso entre a filosofia do Programa-Piloto (postura conservacionista florestal de defesa do meio ambiente amazônico) e as intenções governamentais para a região, através da continuidade da mentalidade de ocupação irracional e concentração da terra e riquezas na Amazônia.

A partir da concepção do Programa-Piloto, amplos setores da sociedade civil organizada, através de ONGs, STRs, entidades populares e de assessoria, criaram o Grupo de Trabalho Amazônico — GTA, com a finalidade de participar na execução do Programa-Piloto. Infelizmente, ao que tudo indica, o GTA terá a oportunidade de influenciar apenas sobre os Projetos Demonstrativos. Mesmo aí, há uma falsa compreensão de que a participação da sociedade civil, através das ONGs, apenas deve se dar como concessão de assentos nas instâncias do Programa-Piloto, ficando a participação democrática mais uma vez escamoteada pelo governo brasileiro.

No caso da representatividade nas instâncias de decisão, é preciso entender que a paridade numérica (na maioria dos casos nem esta existe) não significa o mesmo que paridade de poder/gerência. Há problemas de gestão de informações e capacidade técnica, entre outros fatores que impossibilitam uma paridade real na tomada das decisões.

A falta de informações gera desconfiança e dúvidas sobre o Programa-Piloto:

1. Há duas informações contraditórias sobre o financiamento do Programa-Piloto. Uma afirma que o dinheiro do G7 será à base de empréstimo a fundo perdido; a outra nega esta afirmação, salientando que o programa aumentará a dívida externa brasileira.
2. Dos US\$ 250 milhões prometidos ao programa, apenas US\$ 30 milhões estão destinados para os PDAs, que terão a participação da sociedade civil organizada.
3. A notícia — apesar de o ministro Coutinho Jorge ter anunciado (*Jornal do Brasil*, 19/12/92) a liberação das verbas — é de que o cronograma dos Projetos Estruturais — os quais representam mais de 85% do programa global e são de responsabilidade única e exclusiva dos órgãos do Governo Federal — está bastante atrasado, inclusive a informação é de que ainda não foi elaborado.

### 2.4. Desmatamento e as Propostas de Preservação da Amazônia

Indiscutivelmente, a destruição da Floresta Amazônica é um dos aspectos mais preocupantes entre os dilemas ambientais brasileiros. A questão continua merecendo atenção especial porque, diferentemente do que têm afirmado os órgãos responsáveis, o nível de desmatamento continua alarmante. Foram destruídos mais de 11 mil quilômetros quadrados em 1992, ou seja, 3.040 hectares por

dia. Isto, na verdade, significa 50% menos que no ano anterior, mas nos dá a medida da gravidade do problema. Os dados foram divulgados por Philip Fearside, cientista e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia — INPA. Segundo o pesquisador, no entanto, “a recessão foi a principal responsável pela queda do índice de desmatamento da floresta amazônica brasileira”, e não as políticas preservacionistas do governo (*O Liberal*, 2/12/92).

Há certa tendência de culpar as populações amazônicas ou as lavradoras e lavradores, migrantes de outras regiões, como os principais responsáveis pela destruição da Floresta Amazônica brasileira. O governo alemão publicou, recentemente, material sobre a região com os seguintes dados sobre o desmatamento: a agricultura itinerante seria responsável por 60% da destruição; os grandes projetos por 30% e a extração da madeira por 10%.

Os próprios dados do último censo agropecuário do IBGE desmentem a publicação do governo alemão. Segundo o censo, os camponeses são responsáveis por 38% da área desmatada; os fazendeiros por 39% e as grandes empresas por 23%. Se levarmos em conta que a massa de camponeses é muito maior que o número de fazendeiros, ou, ainda, se somarmos os dados destes com o das grandes empresas, teremos os índices reais de destruição da floresta pelo latifúndio.

Fearside confirma estes dados, afirmando que “o grosso do desmatamento na Amazônia é feito por grandes e médios fazendeiros, responsáveis por 70 por cento do desmatamento constatado em 1991” (*J. Pequeno*, 12/7/92).

Segundo o pesquisador, “ao mesmo tempo em que desmata muito mais do que os pequenos proprietários, o latifundiário da Amazônia também é responsável pelas maiores cargas de emissão de gás carbônico para a atmosfera” (*Correio Brasileiro*, 17/7/92)

Ainda segundo Fearside, a especulação imobiliária continua sendo a principal causa do desmatamento. “Eles transformam a floresta em pastagem para elevar o valor de suas propriedades, e depois revendê-las a preços maiores” (*O Liberal*, 2/12/92).

Entre todos os tipos de agressão ambiental, o desmatamento é o único não classificado como crime. Para o Promotor de Justiça Ricardo Zouein, a destruição das florestas tropicais vai continuar enquanto o desmatamento for considerado como mera contravenção penal. Segundo ele, as multas aplicadas pelo Ibama não intimidam, porque, via de regra, são de valores muito inferiores ao preço da madeira, derrubada sem autorização, que, quase sempre, não é apreendida (*Jornal do Brasil*, 5/7/92).

Para agravar ainda mais a situação, uma denúncia, feita pela Revista *Istoé* (3/3/93), revela que o Ibama vem cobrando a taxa obrigatória de reposição florestal desde 1989, quando foi criada, mas nunca plantou uma árvore sequer. Os recursos arrecadados com a taxa deveriam ser empregados no plantio de mudas para suprir a demanda nacional de madeira e produtos florestais. O Instituto, porém, na melhor das hipóteses, usa os recursos arrecadados para as despesas de custeio da burocracia do próprio órgão.

Diferente da proposta do promotor Zouein, na qual ele vê a necessidade do reforço da lei para coibir a destruição do meio ambiente, os escritores Terry Anderson e Donald Leal defendem a tese de que “os problemas ecológicos no mundo decorrem da falta de propriedade privada sobre os recursos naturais” (*Jornal do Brasil*, 28/12/92). Defendem esta tese no livro *Ecologia de Livre Mercado*, afirmando que “o preço fará com que o consumidor escolha o mais barato e rentável e leve os produtores a conservar melhor recursos mais escassos e mais caros.



Cláudia Linhares — Imagens da Terra

Pulverização da maçã — Antônio Prado — RS

O papel do governo seria garantir estes direitos de propriedade e especificar claramente os títulos de propriedade e as obrigações na defesa e na conservação do meio ambiente”.

A tese neoliberal do livre mercado, defendida pelos dois autores, tem sido aplicada no Brasil na ocupação indiscriminada da Amazônia, com resultados desastrosos. Os megaprojetos e seus projetos de reflorestamento, a partir desta visão, têm sido apontados como saídas para um desenvolvimento sustentável. Projetos de exploração dos recursos naturais com “reflorestamento”, como o Jari ou o da Companhia Vale do Rio Doce na região do Grande Carajás, são vistos como tentativas bem-sucedidas de preservação ou recuperação ambiental de áreas degradadas. “Aqui mandam a biologia e o mercado. Quem interpretar bem suas leis ganha dinheiro. Caso contrário, perde” (*Jornal do Brasil*, 10/10/92). As palavras de Sérgio Coutinho, agrônomo da Embrapa responsável pelo Departamento de Pesquisas Florestais do Jari, são ilustrativas do tipo de mentalidade “conservacionista” que está orientando o atual modelo de desenvolvimento, maquiado de sustentável. Houve a assimilação do discurso ambientalista para ocultar o sistema predatório sob o qual estão fundadas tais iniciativas. Esses discursos e práticas não passam do que alguns estão denominando como “capitalismo verde”, com a mesma lógica do modelo de desenvolvimento responsável pelo atual caos ambiental mundial.

## 2.5. Lei de Propriedade Industrial — Lei das Patentes

O projeto de lei, propondo alterações na atual regulamentação dos direitos e obrigações à propriedade industrial, conhecida como Lei das Patentes, causou muita polêmica e gerou protestos de amplos setores da sociedade brasileira nos últimos dois anos.

O Projeto de Lei (PL) 824, enviado ao Congresso Nacional em abril de 91 pelo então governo Collor, propunha profundas alterações no atual Código de Propriedade Industrial, instituído em 1971 pela lei 5.772. Este projeto e o substitutivo, apresentado pelo relator da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, Ney Lopes, são uma ameaça aos interesses nacionais, aos direitos dos trabalhadores e à própria vida.

A ausência de uma legislação mais favorável para garantir o direito de propriedade industrial tem sido, ao lado da lei de informática, um dos pontos históricos de maior atrito entre o Brasil e os Estados Unidos. A abertura na área de informática, associada às promessas feitas pelo governo Collor ao governo Bush de aprovar a lei de patentes, amenizou as medidas de retaliação ao Brasil, aplicadas pelos norte-americanos contra países em que esta lei não favoreça seus interesses.

Os maiores *lobbies* (pressão sistemática e contínua sobre deputados e senadores, reivindicando apoio para determinado projeto) para aprovar o PL 824 têm sido fei-

tos pela Embaixada Norte-Americana e a Interfarma (entidade que congrega as multinacionais do ramo farmacêutico). A pressão sobre os parlamentares, associada às ameaças de retaliação, demonstra quem são os verdadeiros interessados na aprovação do projeto de lei sobre as patentes.

O objetivo da lei de patentes é proteger os direitos sobre inventos industriais nas áreas de produtos e processos químicos em geral, alimentos e biotecnologia. Um dos pontos mais polêmicos do projeto é o “patenteamento da vida”, através do registro de microorganismos vivos produzidos em laboratórios. A lei de patentes permitirá o domínio da vida, através da produção artificial de sementes e animais, combinando características genéticas. O direito de registrar essas combinações e descobertas como inventos exclusivos dará às indústrias, também, o direito de cobrar pela reprodução das descobertas, lucrando e dominando a própria vida.

O projeto também é prejudicial aos trabalhadores porque, no seu artigo 107, afirma que invenções, modelo de utilidade ou desenhos industriais realizados pelo empregado como resultados de contrato de trabalho, serão de propriedade do empregador.

O PL 824 não foi aprovado ainda graças à mobilização de diversos setores da sociedade brasileira, pois a proposta do governo Collor era a sua aprovação e vigência imediatas. Posições de entidades como a CNBB, o CMI, a OAB, assim como pressões de entidades internacionais, têm forçado o Congresso e as autoridades governamentais a aprovar a discussão sobre o projeto.

## 3. INICIATIVAS POPULARES E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

### 3.1. Encontro de Vitória

A ausência da questão agrária na agenda da ECO-92 levou o Cetap (Centro de Tecnologias Alternativas Populares), o Cimi, a CPT, a CUT e o MST, a organizar a *Conferência Internacional: Terra, Ecologia e Direitos Humanos*. A iniciativa — apoiada pela Prefeitura Municipal de Vitória, Seama (Secretaria do Estado para Assuntos do Meio Ambiente) do Espírito Santo e The Right Livelihood Award Foundation (Fundação Prêmio Nobel Alternativo) — aconteceu nos dias 24 a 28 de maio, em Vitória/ES. O evento reuniu 253 delegadas e delegados, representantes de movimentos sociais, entidades populares e de assessoria e ONGs de 28 países da América Latina, Caribe, Ásia, África e Europa.

O objetivo principal da conferência foi debater as questões ambientais associadas às questões de Reforma Agrária e Urbana, dos povos indígenas, dos direitos humanos e da produção agropecuária.

Além dos debates, os participantes da conferência fizeram uma manifestação de repúdio às atividades da Aracruz Celulose, denunciando que o sucesso da empresa foi alcançado graças a uma política de ocupação das terras dos índios Tupiniquim e da degradação do solo com a monocultura do eucalipto.

O documento final da conferência, a "*Declaração de Vitória*", afirma: "O modelo de desenvolvimento capitalista — concentrador de terra, renda e tecnologia — é responsável pela degradação do meio ambiente, cujo exemplo mais dramático é a devastação da Amazônia nos últimos 25 anos e pela sujeição de milhões de trabalhadores a formas brutais de exploração, inclusive a mais degradante destas: a exploração do trabalho escravo".

A *Declaração de Vitória* denuncia ainda a violação dos direitos humanos dos povos indígenas e reafirma a necessidade da ruptura com os atuais modelos de desenvolvimento para possibilitar a sobrevivência da raça humana e conclui: "Estamos convencidos de que só a unidade das lutas dos nossos povos em todos os continentes do Sul é que será capaz de deter a lógica da devastação, do envenenamento do planeta, a lógica da morte. Reafirmamos o nosso compromisso de somar nossos esforços em cada país para assegurar a lógica da vida, da democracia, da dignidade humana".

### 3.2. O Uso de Agrotóxicos

O Brasil registra oficialmente 3.500 casos de intoxicações agudas por agrotóxicos, por ano, e é o terceiro maior consumidor mundial de venenos agrícolas (*Jornal do Brasil*, 26/7/92). O setor movimenta aproximadamente US\$ 2 bilhões, mas o

## AS ROSAS QUE PERFUMAM O MUNDO PÕEM EM RISCO AS VIDAS DE TRABALHADORES EM BARBACENA

Barbacena é uma cidade-pólo na região dos Campos das Vertentes, ao sopé das Serras da Mantiqueira e Ibitipoca em Minas Gerais. A cidade é conhecida nem tanto pela sua arquitetura histórica, mas como a "Cidade das Rosas" — uma das maiores produtoras de flores e rosas do Brasil.

A maior empresa responsável por esta produção é a Brazil Flowers S/A, empresa nacional com participação de capital alemão. Em 1990, ela produziu cerca de 22 milhões de rosas e em 91/92 calcula-se que produziu mais de 60 milhões de rosas e faturou mais de US\$ 6 milhões, o que representa mais da metade do valor que todo o Brasil exportou de flores em 1991.

A empresa cultiva nas Fazendas Campo Alegre e Barreiros mais de 1,5 milhões de pés de rosas, em 170 estufas, onde trabalham cerca de 700 pessoas. 90% destes trabalhadores ganham apenas o salário mínimo vigente para uma jornada exaustiva de mais de 10 horas de trabalho. A grande maioria deles são mulheres e jovens, moradores de Barbacena, Antônio Carlos e Bías Fortes.

As condições de trabalho são as piores possíveis. O calor nas estufas de plástico chega a 40°C ou 50°C e são usados mais de 30 tipos diferentes de agrotóxicos à base de fosforados, clorados e carbamatos. O uso de muitos destes produtos são proibidos na Europa e nos Estados Unidos, por não terem antídoto, causarem câncer e intoxicação irreversíveis para as pessoas e o meio ambiente.

As aplicações de agrotóxicos são diárias, com pulverizações de três a quatro horas, sem os devidos cuidados. Os trabalhadores retornam para o interior das estufas apenas 1 hora após a aplicação, quando a maioria destes produtos exige tempo de carência de 3, 7 e até 21 dias. Muitas das trabalhadoras, por falta de orientação e consciência dos riscos a que estão expostas, fazem o seu lanche sem os cuidados higiênicos necessários e até mesmo se alimentam dentro das estufas contaminadas. Ninguém usa uniforme ou toma banho antes de voltar para sua casa. Já se registrou, inclusive, caso de criança intoxicada pelo contato com a mãe, na volta do trabalho. Nestas mesmas condições trabalham também as mulheres grávidas.

O uso de uniforme, sua desinfecção e banhos já são garantias conquistadas em lei. O Sindicato dos Trabalhadores em Floricultura, Fruticultura, Horticultura e Agropecuária de Antônio Carlos e Barbacena, fundado em 1990, incluiu a exigência do cumprimento desta lei na sua pauta de reivindicações, mas muito pouco se conseguiu junto à empresa. Os trabalhadores já consideram uma vitória o fato da Brazil Flowers ter tirado o depósito de junto dos refeitórios, ter construído mais banheiros e não continuar jogando lixo químico junto às estradas das comunidades. Nestes dois anos de existência, o sindicato já registrou somente entre os assalariados rurais da Brazil Flowers cerca de 60 casos de intoxicação aguda, uma morte com suspeita de intoxicação crônica e mais cinco casos de intoxicação crônica lesiva como descolamento de retina, lesão do nervo ótico, problemas renais, circulatórios, alérgicos e gástricos.

Uma jovem trabalhadora na assembléia do sindicato sintetizou muito bem a realidade: "Aqui a nossa vida vale muito menos que um botão de rosa. O patrão não mede dinheiro para proteger suas rosas das doenças e pragas, mas a nossa vida ele não respeita e nos paga este salário de miséria".

Os dados do uso e as conseqüências dos agrotóxicos em toda a região são assustadores. Em Barbacena e cidades vizinhas os casos de intoxicação, entre os assalariados de outras floriculturas e dos pequenos produtores de frutas e horticultura, registrados pela Emater e Fundacentro em 1991, chegam a 61% dos casos de intoxicação entre os pesquisados.

O sindicato e a CPT vêm atuando de forma preventiva, denunciando a situação aos órgãos competentes, negociando mudanças nas condições e no processo de trabalho com a empresa e buscando atendimento à saúde das pessoas afetadas junto aos serviços médicos dos Municípios e Estado.

Rosely Carlos Augusto — CPT Minas Gerais

valor real de investimentos chega a US\$ 6 milhões por ano (*Diário de Cuiabá*, 12/11/92). As multinacionais controlam 80% do mercado brasileiro de agrotóxicos.

Apesar da Lei Federal nº. 7.802 ter sido regulamentada em janeiro de 91, existem muitos Estados que ainda não têm uma legislação que regulamenta o uso de agrotóxicos. Nos Estados que já possuem uma legislação é muito comum a ausência de fiscalização adequada por parte dos órgãos responsáveis. Segundo o engenheiro agrônomo Sebastião Pinheiro, “o uso de presentes, propinas e a corrupção também estão presentes no controle da comercialização e uso de agrotóxicos” (*Diário de Cuiabá*, 12/11/92).

A legislação federal exige um receituário agrônômico para a venda e o uso de produtos químicos na agricultura. Uma pesquisa, realizada em Santa Catarina, revelou que 53,4% dos agricultores entrevistados desconhecem o que significa receituário agrônômico e outros 20% confessam que não o utilizam (*Gazeta Mercantil*, 17/11/92).

Um dos problemas mais sérios, em relação ao uso inadequado e ao abuso de agrotóxicos, é que muitos produtores não obedecem ao período de carência de cada produto usado nos hortifrutigranjeiros. Sem falar que muitos produtos químicos são vendidos por profissionais não capacitados e usados por pessoas sem qualquer treinamento para o manuseio adequado dos mesmos.

Outro problema muito sério é a continuidade do uso de produtos químicos altamente tóxicos como, por exemplo, os organofosforados, um dos mais perigosos agrotóxicos já fabricados. Os organofosforados provocam câncer de pele, deformações genéticas, paralisia do sistema nervoso central e a morte.

A pesquisa realizada em Santa Catarina revelou, ainda, outros dados assustadores sobre o uso de agrotóxicos no Estado. O consumo catarinense de agrotóxicos é 60% maior que a média nacional e se estima que foram usadas sete mil toneladas destes produtos em 1992. A pesquisa revelou que “de uma amostra de 3.560 agricultores, 47,6% responderam espontaneamente que já sofreram pelo menos uma intoxicação grave com pesticida. Desse total, 21% já sofreram pelo menos três acidentes e 0,4% mais de sete intoxicações” (*Gazeta Mercantil*, 17/11/92).

A produção de fumo no Estado de Santa Catarina é a maior responsável pelos acidentes com agrotóxicos (57% dos casos), seguida pela produção de tomate (8,7%) e arroz (6,1%).

“O manejo inadequado ocorre desde o preparo dos pesticidas (8% dos acidentes), no transporte (2,3%), na aplicação (69%) e mesmo no destino das embalagens. Cerca de 38,5% dos produtores abandonam os recipientes utilizados” (*Gazeta Mercantil*, 17/11/92). Dados da Secretaria do Meio Ambiente do Paraná afirmam que há um descarte anual de 15 milhões de embalagens de agrotóxicos no Estado (*Jornal do Brasil*, 20/9/92). Isto significa que centenas de milhões de embalagens, com resíduos de venenos,

são abandonadas pelos campos brasileiros ou até mesmo reutilizadas de forma inadequada pela população.

Em consequência desses índices, começa a aumentar a prática de alternativas na produção agrícola, através do uso de adubo orgânico e controle natural de pragas, entre outras medidas. “A agricultura orgânica, que não utiliza adubos químicos ou agrotóxicos, é adotada em cerca de 1.500 hectares no Estado de São Paulo” (*Gazeta Mercantil*, 17/11/92). Este número, segundo informações de Manoel Baltasar Baptista da Costa, presidente da Associação de Agricultura Orgânica, quadruplicou no Estado nos últimos dois anos. Os agricultores orgânicos são, na sua grande maioria, pequenos produtores.

Além do aumento de lavradores que começam a adotar a agricultura orgânica, existem muitas outras iniciativas, através de associações, sindicatos, buscando estabelecer novas relações com a terra e a natureza.

### 3.3. Iniciativas Populares de Preservação Ambiental

O crescente empobrecimento do campo brasileiro e a luta pela sobrevivência, associados aos reflexos dos desafios ambientais, têm aberto espaço para um número infindável de iniciativas populares de preservação ambiental. As experiências vão desde movimentos reivindicatórios que associam questões sociais e ambientais, passando por experiências de novas formas de relação com a terra (agricultura alternativa e orgânica), até novas formas de relação com a natureza (reservas extrativistas, culturas perenes). Este universo abre espaço para experimentar e concretizar, de muitas formas, fragmentos de novos modelos de desenvolvimento e novas relações humanas e com o meio ambiente.

#### 3.3.1. A Luta dos Seringueiros e Extrativistas

A luta dos seringueiros, personalizada na vida, luta e morte do líder Chico Mendes, desnudou para o mundo a problemática de um segmento dos assim chamados “povos da floresta”. A presença e luta dos seringueiros e extrativistas no seio da floresta amazônica ampliou o debate em torno da preservação ambiental, associada à necessidade de promover o bem-estar das populações que nela vivem.

Apesar dos avanços organizativos e vitórias no decorrer dos últimos anos, as populações extrativistas enfrentam, hoje, uma crise sem precedentes: a crise da borracha. De acordo com informações do Conselho Nacional de Seringueiros — CNS, o custo de produção nos seringais nativos está em cerca de US\$ 2,50 por kg, mas a tabela de preços do Ibama estabelece apenas US\$ 0,70. A borracha importada do Sudoeste Asiático, por outro lado, está cotada a US\$ 1,80. Este preço só é possível graças aos altos subsídios que chegam a mais de US\$ 0,60 por kg. É uma ver-

dadeira prática de *dumping* que inviabiliza a produção nacional da borracha.

O governo Collor e sua política de liberação do mercado provocaram um verdadeiro desmonte no sistema produtivo da borracha na região amazônica.

O Ibama, através da Portaria nº 132, de 7 de dezembro de 1992, estabeleceu o contingenciamento de 36% do mercado para a produção nacional. Mesmo assim, a atual política — apoiada pela Anip (Associação Nacional de Indústrias Pneumáticas) —, que defende a liberação total da importação da borracha, conta com a conivência e omissão do Ibama e outros órgãos governamentais responsáveis.

A situação de outros produtos amazônicos não é muito diferente. A castanha, historicamente, tem representado uma alternativa econômica para os extrativistas da região. Na última colheita, porém, perdeu-se toda a produção porque a castanha não tinha preço, por falta de mercado consumidor. Não houve qualquer iniciativa do governo para criar condições de transporte e incentivar o consumo da castanha fora da Amazônia.

Apesar da resistência dos seringueiros, as consequências sociais são inevitáveis: evasão da floresta e êxodo para as cidades, miséria, inchaço das favelas.

A questão central é a total falta de vontade política por parte dos órgãos governamentais responsáveis em desenvolver uma política de incentivos aos produtos da região. A permanência, em condições dignas de vida, dos seringueiros, extrativistas, índios, ribeirinhos, em seus lugares de origem é fundamental para preservar a floresta na Amazônia, criando modelos de desenvolvimento não-predatórios, através do uso adequado dos recursos naturais disponíveis. Para tanto, é preciso desenvolver uma política de incentivo à produção, condizente com as condições de vida do povo e da natureza.

A criação e demarcação das reservas extrativistas, reivindicação antiga dos seringueiros, e das reservas indígenas, acompanhadas de políticas públicas voltadas para as populações envolvidas, são fundamentais para preservar a floresta amazônica. Hoje, estão decretados como reservas extrativistas mais de três milhões de hectares, distribuídos em diversos Estados da Amazônia, mas é preciso concretizar essas reservas, através da demarcação, e viabilizá-las economicamente através de uma política condizente com a realidade local.

### 3.3.2. A luta das quebradeiras de coco babaçu

As quebradeiras de coco babaçu vêm se organizando, há vários anos, na tentativa de criar alternativas de sobrevivência diante da total desvalorização de seu trabalho. A falta de preço e a destruição dos babaçuais são dois problemas básicos que afetam as quebradeiras do sul do Pará,

Maranhão, Piauí e Tocantins, sem falar nas condições precárias em que este trabalho é realizado.

A desvalorização da amêndoa do babaçu e seus derivados, provocada pela falta de mercado ou pela especulação dos atravessadores, associada à destruição de vastas áreas de babaçuais para a plantação de pastos, tem inviabilizado economicamente esta atividade extrativista na região. Na busca de formas alternativas de sobrevivência, as quebradeiras organizaram duas feiras em Imperatriz/MA e um encontro interestadual em 1991.

Este processo organizativo possibilitou a articulação de um convênio com o CNPT (Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais — órgão do Ibama). A meta deste projeto é implantar 13 cantinas comunitárias nos núcleos comunitários para a compra, industrialização e comercialização da amêndoa e seus derivados e a venda, a preços reduzidos, de alguns produtos alimentícios básicos. O convênio, apesar de oferecer oportunidade de aprofundar o processo organizativo, tem muitos problemas, como o atraso no repasse dos recursos e a não-correção dos mesmos.

A organização das quebradeiras de coco babaçu tem como objetivos principais:

- a) proporcionar o aumento de renda das comunidades envolvidas no extrativismo do babaçu, através do aumento do valor agregado a este produto;
- b) combater a tendência de eliminação dos babaçuais nativos;
- c) mudar o patamar tecnológico das comunidades envolvidas;
- d) criar mecanismos que contribuam para a auto-sustentabilidade da reserva extrativista com 9.280 ha., implantada no Bico do Papagaio (TO);
- e) desenvolver sistemas de aproveitamento dos resíduos da indústria do babaçu.

Apesar do convênio ter sido elaborado pelos técnicos do CNPT, sem a participação das mulheres diretamente envolvidas na sua execução, alguns resultados já estão sendo alcançados. O funcionamento das cantinas, comprando a amêndoa pelo dobro do preço oferecido pelos atravessadores locais, tem forçado estes a também pagar mais pelo produto. Resta saber se a organização das mulheres terá condições de suportar uma concorrência no mercado. Por outro lado, a oferta de vários produtos alimentícios a preços reduzidos também contribui para elevar a qualidade de vida das mulheres e suas famílias.

Os objetivos das quebradeiras de coco babaçu são exemplos reais de tentativas populares de sobrevivência, associada à preservação ambiental. A busca de sobrevivência, através da organização e da luta comunitária, abre portas para novas relações sociais e cria possibilidades de autoderminação e construção da cidadania.

### 3.3.3. A luta dos ribeirinhos no Amazonas

A prática da pesca predatória e do desperdício, feita especialmente pelos geleiros (grandes barcos pesqueiros com caixas de gelo), tem provocado a escassez ou até mesmo a extinção de diversas espécies de peixes e animais aquáticos, trazendo fome para as populações ribeirinhas no Amazonas. Em consequência disso, muitas comunidades iniciaram uma luta em defesa do pescado e do repovoamento de peixes nos rios e lagos. As comunidades atingidas se organizaram em comitês e comissões com o objetivo de impedir a invasão dos lagos, demarcando áreas para procriação e pesca artesanal para o consumo local.

As iniciativas populares para preservar os lagos e rios, na busca de garantir a sobrevivência em harmonia com o ambiente amazônico, através dos comitês e comissões, estão surgindo e se consolidando em muitos municípios da Amazônia, com resultados muito positivos.

Dezenas de lideranças destes comitês e comissões realizaram, às vésperas da ECO-92, um encontro em Manaus para “debater e aprofundar a compreensão sobre a questão da preservação da pesca na Amazônia”. A partir de uma determinada compreensão de “desenvolvimento sustentável”, os participantes explicitaram a sua proposta de preservação para a região.

Entre as diversas reivindicações e compromissos, elaborados no documento final do encontro, os ribeirinhos expressaram o seu desejo de lutar para que seja “reconhecido, inclusive pela legislação e pelos órgãos públicos, o poder fiscalizador das comunidades sobre as atividades econômicas desenvolvidas nas áreas preservadas” e se comprometem a resgatar a história, a cultura e as práticas tradicionais das comunidades ribeirinhas, como formas de preservar os lagos e rios amazônicos.

Muito importante nesta iniciativa é a autocompreensão das comunidades ribeirinhas sobre o seu papel como agentes sociais em relação ao meio ambiente amazônico. O documento conclui: “*Através destas propostas e compromissos nós, ribeirinhos do Estado do Amazonas, nos colocamos, junto com os povos indígenas, como os sujeitos fundamentais da causa pela preservação do meio ambiente e pela defesa da vida na região amazônica*”.

Estas e tantas outras iniciativas são sinais concretos da incorporação de novos elementos na luta das trabalhadoras e trabalhadores rurais na busca de sobrevivência e autodefinição. Estas iniciativas se constituem em alternativas ao histórico processo de exploração e saque dos recursos naturais da Amazônia, possibilitando a permanência na terra,

## **APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA E MANEJO CONSERVACIONISTA DOS RECURSOS NATURAIS**

As empresas que atuam no processamento do palmito em conserva instalam-se no município de Gurupá (Pará) a partir de 1973. Apresentam como principal característica o domínio da intensidade e do ritmo de extração do palmito do açazeiro, através do controle da comercialização do produto. Estas empresas subordinam o produto do trabalho camponês à sua lógica de acumulação, deixando atrás de si um rastro de destruição e fome.

Os trabalhadores rurais de Gurupá apropriaram-se da tecnologia empregada por estas empresas no processamento e comercialização do palmito em conserva. Isto tem permitido o desenvolvimento de tecnologias alternativas que garantam o manejo conservacionista e sustentado da floresta de açazeiro.

Os ribeirinhos do rio Marajó iniciaram, a partir de 1990, a limpeza dos açazeiros e seu manejo na região (roçagem e anelamento de árvores cuja madeira não apresenta valor econômico, permitindo a reconstituição do açazal nativo). Atualmente mais de 60 famílias, organizadas em grupos, estão envolvidas nesta atividade que, realizada em mutirão, já alcançou a limpeza de áreas num total de aproximadamente 2.600 ha.

Na primeira safra de açaí, em 1991, houve um crescimento de 150% na produção em comparação com as áreas tradicionais de extração. A produção de palmito aumentou cerca de 350%.

Os trabalhadores rurais do rio Marajó pretendem atingir 6.000 ha. em áreas limpas e manejadas permanentemente, visando ao processamento e comercialização mensal de 40 a 50 toneladas de palmito em conserva. Estas metas foram estabelecidas no projeto “Bem-Te-Vi” de desenvolvimento econômico, elaborado pelo STR de Gurupá e aprovado pela Comunidade Européia em 1992.

Para o movimento sindical de Gurupá e, em especial, para as famílias de trabalhadores rurais envolvidas na produção, beneficiamento e comercialização do palmito em conserva do rio Marajó, o momento atual é de concretização das alternativas contempladas no seu projeto de fortalecimento econômico. As alternativas de desenvolvimento e inovações tecnológicas contempladas no projeto “Bem-Te-Vi” apresentam, como elemento central, o resgate da cidadania destes trabalhadores, associando-a à conservação dos recursos naturais.

A iniciativa é uma proposta de desenvolvimento construída na luta pela defesa da vida. Neste sentido, o manejo florestal do açazeiro desenvolvido pelos ribeirinhos, associado à comercialização do açaí e palmito em conserva volta-se prioritariamente à realização de suas necessidades de reprodução, numa luta pelo seu jeito de ser e viver.

Paulo H. Borges de Oliveira Jr. —  
(Assessor do Projeto “Bem-Te-Vi” do STR de Gurupá)

melhoria das condições de vida dos povos amazônidas e preservação dos ecossistemas.

### 3.3.4. *Culturas Permanentes na Região Amazônica*

Em diversas áreas, a chamada “lavoura branca” (produção de milho, arroz, feijão, entre outros) tem se mostrado economicamente inviável e ambientalmente insustentável. A cultura de espécies perenes e nativas da região tem se apresentado como uma alternativa na busca de culturas mais condizentes com a preservação da natureza.

O Projeto Reça (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado), em Nova Califórnia, no Acre, é um exemplo típico de tal iniciativa. O projeto foi uma iniciativa das lideranças rurais com o objetivo de desenvolver uma agricultura alternativa. Os agricultores começaram a refletir e trabalhar com plantas amazônicas. Apesar de não obter o apoio dos órgãos do governo, os agricultores iniciaram a produção de mudas (castanha, pupunha e cupuaçu). Em 1989/90 implantaram a primeira etapa, abrangendo 81 famílias e 154 hectares de plantio. A segunda etapa foi implantada em 90/91, envolvendo mais 94 famílias e 151 hectares. O projeto prevê também o estudo e o cultivo de essências florestais e árvores nobres como o mogno, além do plantio de árvores frutíferas.

Como uma iniciativa popular de sobrevivência na terra, o Projeto Reça tem como objetivos principais: 1) a criação de modelos alternativos de colonização para a Amazônia; 2) fixação das pessoas na terra; 3) controle dos desmatamentos e queimadas e 4) incentivo à agrossilvicultura.

Outra iniciativa do mesmo gênero foi tomada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paragominas (PA). A iniciativa atinge quatro comunidades às margens do Rio Capim, que há dois anos estão cultivando diversas espécies perenes. O trabalho consiste em dois sistemas específicos, ou seja, plantar espécies perenes junto à agricultura de subsistência e aproveitar as áreas de capoeira. O plantio consorciado possibilita várias safras e o agricultor não precisa de tanta área para garantir a sua sobrevivência. O sistema de aproveitamento de áreas abandonadas pela cultura itinerante permite a recuperação do solo e substitui a derrubada e a queima da capoeira (*Correio Brasileiro*, 14/2/93).

## CONCLUSÃO

A CPT, como uma entidade que tem trabalhado e lutado com lavradores e lavradoras, reafirma a necessidade de aprofundar o compromisso em favor da vida humana e de toda a natureza.

A solução dos problemas ambientais requer, porém, uma mudança dos nossos paradigmas e não apenas de medidas técnicas ou de alguns ajustes estruturais. A amea-

ça de destruição total da vida sobre o planeta exige transformações no estilo de vida, fixando outros parâmetros, que não o lucro, na relação com o meio ambiente e entre os seres humanos. Não é possível alcançarmos um modo de vida menos predatório da natureza, dissociado de novas relações sociais que levem em conta as necessidades, lutas e saber dos agentes sociais marginalizados.

A concentração da propriedade da terra e das riquezas e a violação dos direitos humanos dos povos amazônidas são marcas registradas de nossa realidade. Diante disso, a defesa da natureza requer uma íntima relação com a luta pela terra, sobrevivência e vida digna, em solidariedade com os que sofrem a violência da cidadania negada. *O respeito incondicional, portanto, aos direitos humanos e à realização de uma verdadeira Reforma Agrária são pré-condições fundamentais para o desenvolvimento de novos modelos socioeconômicos mundiais não-predatórios.*

A preservação da natureza, tanto no Brasil como no mundo, depende fundamentalmente do estabelecimento de novas relações sociais, que passam pelo direito ao exercício pleno da cidadania e à democratização do acesso à terra e às riquezas. A sobrevivência e o futuro do planeta dependem do desenvolvimento de novas relações entre os seres humanos, através do respeito ao saber popular, adquirido na construção de alternativas de sobrevivência em relação com o meio ambiente.

Preservar o meio significa garantir a sobrevivência e a autodeterminação dos grupos sociais nele inseridos. A defesa do meio ambiente e da biodiversidade engloba, portanto, a luta pela preservação de plantas e animais como, de maneira indissociável, a luta pela sobrevivência dos camponeses, ribeirinhos, pescadores, índios, negros, sem-terra, seringueiros, assalariados rurais, valorizando suas formas culturais e religiosas de relação com a terra e a natureza.

A crise ambiental exige, portanto, a construção de uma ética ecológica capaz de resgatar a dimensão de mutualidade e interdependência, e não de dominação, nas relações pessoa-pessoa e pessoa-natureza. As iniciativas populares de preservação, relatadas acima, são passos concretos na tentativa de construir estas novas relações sociais e ambientais.

O apoio e a solidariedade a estas iniciativas e à luta dos agentes sociais marginalizados são um desafio para a pastoral da terra no processo de construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, economicamente justa e ambientalmente sustentável. Esse apoio inclui a crítica do atual modelo de desenvolvimento excludente, genocida, concentrador dos recursos e destruidor do meio ambiente, a partir de uma visão holista do ser humano e da natureza, presente na cultura e nas experiências populares alternativas.

---

Capítulo sob a coordenação de Sérgio Sauer — assessor da CPT Nacional.

# OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS DEVEM SER RESPEITADOS

Pelo quinto ano consecutivo, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), organismo anexo à CNBB, realiza seu levantamento sobre a violência cometida contra os povos indígenas no País.

No relatório anterior, afirmava-se que os dados levantados eram assustadores. Os novos números coletados não só assustam como provocam indignação. Nada indica que em 1992 os índios foram menos agredidos que nos anos anteriores. Em alguns casos, a violência aumentou.

As informações coletadas registram 24 homicídios praticados contra os índios em 1992, dois a menos que no ano anterior. A maioria dos assassinatos, exatamente 17, foram cometidos na Amazônia Legal, região em que os índios mais têm sofrido violência. Quatro homicídios ocorreram no Sul e três no Nordeste. Em quatorze casos houve alguma providência, especialmente a abertura de inquérito policial, mas nenhum agressor chegou a ser punido.

O CIMI constatou também a ocorrência de dezesseis casos de tentativa de homicídio, contra pelo menos vinte índios. Houve ainda dezesseis casos de ameaças de morte contra no mínimo vinte índios. Boa parte desses dois tipos de agressão teve como causa o interesse pelas terras indígenas e as riquezas nelas existentes.

Em 1992 os suicídios continuaram a acontecer especialmente entre os Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. No total foram 24 mortes: vinte entre os Kaiowá, uma entre os Terena e três entre os Yanomami. Essas últimas ainda não foram comprovadas, mas as informações obtidas sobre os casos levantam forte suspeita de suicídios. O quadro de saúde dos índios também é preocupante. Doenças têm matado mais índios no País que qualquer outro tipo de agressão. Parece ser esse o meio mais sutil e disfarçado para exterminar os índios.

Apesar de não se saber exatamente o número de ocorrências, várias índias do Alto Rio Negro (AM) foram estuproadas por soldados do 5º Batalhão Especial de Fronteira. As mulheres se recusam a denunciar a violência com medo de represália e nenhum dos agressores foi punido. Além deste episódio, foram registrados, em 1992, pelo menos sete casos de estupro. Essa violência mostra a necessidade urgente de um controle eficaz sobre os agentes de contato com os povos indígenas.

O CIMI registrou também a retirada ilegal de madeira em 37 áreas indígenas, quase todas na Amazônia Legal.

Em Rondônia e no Mato Grosso, alguns madeireiros vêm fornecendo cocaína aos índios Cinta Larga e Suruí com o objetivo de viciá-los, para então trocar a droga por madeira. A denúncia foi feita pelo Procurador Geral da República no Mato Grosso, Roberto Cavalcante.

Em todo o Brasil, boa parte das terras indígenas continuam invadidas, algumas delas por posseiros sem terra, expulsos de seus locais de origem. Um dos casos mais conflitantes é da Área Indígena Cachoeira Seca, no Pará, onde vivem os Araras.

O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, determinou, há três semanas, que a Funai reveja os limites da área, localizada nos municípios de Altamira, Rurópolis e Uruará, para beneficiar colonos que ocupam este território desde 1981.

A portaria para demarcação de Cachoeira Seca foi assinada pelo próprio ministro da Justiça, no dia 22 de janeiro passado, baseado em laudo antropológico e em parecer da Funai. Após audiências com representantes dos colonos e prefeito do município de Uruará, Maurício Corrêa voltou atrás em sua decisão e ordenou a alteração dos limites da área. A Bannach, empresa madeireira que há quase dez anos retira ilegal e impunemente madeira das terras dos Arara, também tem feito *lobby* contra a demarcação destas terras.

O povo Arara, que se autodenomina Imaramã, tem enfrentado um contato violento com a sociedade não-índia desde o começo do século. A partir dos anos 60, houve o impacto das frentes de expansão que marcaram uma nova ocupação no Pará e trouxeram conseqüências graves aos índios. A construção da rodovia Transamazônica, em 1970, cortou o território Arara ao meio. O Incra, após a construção da rodovia, assentou famílias e colonos dentro da área indígena.

A Funai, em 1985, interditou 1.060.400 hectares para resguardar o território Arara. Só uma parte destas terras, chamadas Área Indígena Arara, foi demarcada. A outra, denominada de Cachoeira Seca, ficou fora e é a que mais sofre pressão dos colonos e dos madeireiros.

O problema enfrentado pelos Arara estende-se a outros povos. Os Guajajara da Área Cana Brava, no Maranhão, há pelo menos 40 anos lutam pela desintrusão do povoado de São Pedro dos Cacetes. O povoado foi assentado ilegalmente pelo Incra, ocupando 30 mil hectares da área

Guajajara. Em virtude dessa situação sérios conflitos têm ocorrido envolvendo índios e posseiros. Alguns resultaram em assassinatos. A vítima mais recente foi Augusto Pereira Guajajara, morto em novembro passado por posseiros.

O território do povo Tembé, localizado às margens dos rios Guamá, Gurupi e Capim, no Sudeste do Pará, também sofre um processo secular de invasão. A partir dos anos 60, esse processo é marcado pela ocupação ilegal de grandes empresas, atraídas pela construção da rodovia Belém-Brasília. Outra invasão grave foi feita pela empresa Mejer, que instalou uma fazenda e construiu uma estrada cortando a área indígena.

Através de um acordo com a Funai, em 1976, a Mejer prosseguiu na área e comprometeu-se a impedir novas ocupações. O acordo nunca foi cumprido e centenas de colonos entraram nas terras. A área foi interdita pela Funai, através da portaria nº. 577, com uma superfície de 278 mil hectares, em 1990. Isso significou uma perda de 11 mil hectares para os índios.

Os índios Pankararu, em Pernambuco, tiveram suas terras paulatinamente invadidas por posseiros e grandes latifundiários. Dos 14.294 hectares doados por D. Pedro I pela bravura demonstrada na Guerra do Paraguai, esses índios tiveram apenas 8.100 mil hectares demarcados durante o governo de Getúlio Vargas. A redução ocorreu para atender aos invasores. Hoje, há uma séria disputa entre índios e posseiros. Os Pankararu encontram-se em plena expansão demográfica, sendo o povo indígena de Pernambuco com maior população, estimada em quase cinco mil habitantes.

Os índios Kaingang, no Rio Grande do Sul, também sofrem sérias conseqüências por causa de ocupações em suas terras. A propósito de uma suposta Reforma Agrária, em 1962, o então governador Leonel Brizola, assentou colonos e criou parques florestais em terras indígenas.

Atualmente, um dos resultados do desastroso procedimento político de Brizola é o conflito entre os Kaingang de Nonoai e os colonos assentados, há 30 anos, em suas terras. Dos 39.980 mil hectares que possuíam em 1991, os Kaingang de Nonoai tiveram uma redução brutal de suas terras, restando apenas 14.910 mil hectares, o que é insuficiente para comportar o crescimento do povo.

A Reforma Agrária de Brizola em terra indígenas foi vetada pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Serviu, no entanto, para reforçar a posição daqueles que

defendiam a integração compulsória dos povos indígenas e a redução sumária de suas terras.

Os índios têm direitos históricos sobre seus territórios, garantidos pela Constituição. Além do mais, não é tomado as terras dos índios que se solucionará o problema fundiário do País. Muitas de suas terras e vidas já foram tiradas. A pobreza e a miséria, entretanto, continuam, enquanto os verdadeiros concentradores e especuladores de terras estão ilesos.

É urgente e necessária uma verdadeira reforma agrária, uma política agrícola, para que seja paralisado o proces-

## A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1992

### Quadro-Resumo

Assassinatos .....	24
Vítimas de Tentativa de Homicídio .....	20 <sup>1</sup>
Ameaçados de Morte .....	21 <sup>2</sup>
Detenções Ilegais .....	5
Agredidos Fisicamente .....	10
Agressões Variadas contra a Pessoa .....	14 <sup>3</sup>
Estupros .....	7 <sup>4</sup>
Suicídios .....	24 <sup>5</sup>
Mortes devido à Malária .....	87
Mortes devido ao Sarampo .....	64
Mortes devido ao Cólera .....	14
Decisões Judiciais Contrárias aos índios .....	5
Mortes em Acidentes com Carro .....	6
Áreas Invasidas por Madeireiros .....	37
Invasões de Garimpeiros .....	16
Agressões Variadas contra o Patrimônio .....	20 <sup>6</sup>

1. Esse número é subestimado, pois em alguns casos a tentativa de homicídio foi praticada contra vários índios.
2. Número igualmente subestimado; em alguns casos a ameaça de morte ocorreu contra diversos índios.
3. Estão incluídos os casos de seqüestro, prostituição, fome, violência sexual e omissão de socorro, entre outros.
4. Não estão incluídos os vários casos de estupro cometidos contra índias do Alto Rio Negro (AM) por soldados do 5º Batalhão Especial de Fronteira.
5. O número inclui os três prováveis casos de suicídio entre os Yanomami, ainda sem comprovação.
6. Incluem-se nesse item as invasões (exceto de madeiras), a destruição do patrimônio indígena, a exploração financeira e o despejo de lixo em terra indígena, entre outras agressões.

so de concentração da terra, responsável pela expulsão contínua de milhares de famílias de trabalhadores rurais. Estes trabalhadores, carentes da terra e do trabalho, acabam como posseiros ou garimpeiros, invadindo áreas indígenas.

O CIMI foi pioneiro em defender o assentamento em condições dignas das famílias dos trabalhadores rurais que se encontram dentro de áreas indígenas. Esta posição foi legitimada por congressos da CUT e da Contag.

O atual governo, a fim de apaziguar situações politicamente incômodas, inicia o Ano Internacional dos Povos Indígenas negociando os direitos indígenas. É muito grave o fato de querer revogar a única portaria referente ao território Arara, assinada neste ano.

Desde o ano passado, existem 14 portarias prontas para receber a assinatura do ministro da Justiça. Se este procedimento prosseguir, o prazo constitucional de 5 de outubro próximo para a demarcação de todas as terras indígenas não será cumprido.

As terras indígenas, segundo a Constituição, são in-

alienáveis, imprescritíveis e indisponíveis. No processo de demarcação dessas terras, portanto, não é possível contemplar interesses de terceiros, sejam eles madeireiros, fazendeiros, mineradoras ou posseiros.

O CIMI tem alertado as autoridades competentes de que o problema central dos povos indígenas continua sendo o desrespeito, as invasões e a usurpação de suas terras (84% destas áreas estão invadidas). A violência, principalmente por causa de conflitos fundiários, tem crescido assustadoramente. A este quadro adicionam-se a falta de fiscalização das terras e a ausência de uma política indigenista que atenda as necessidades básicas dos índios.

O Congresso Nacional e a sociedade civil devem manifestar-se contra o não-cumprimento dos direitos constitucionais indígenas, principalmente o direito à terra. A sobrevivência dos índios depende da garantia de seus territórios tradicionais. Cabe à União proteger todos os direitos.

*Conselho Indigenista Missionário — CIMI  
Brasília, 2 de março de 1993*

## ÍNDIOS ASSASSINADOS EM 1992

Autoria: não-índio

NOME	POVO	AI	UF	CAUSA	PROVIDÊNCIA
Augusto Pereira	Guajajara	Cana Brava	MA	terra	inq. policial
Roberval	Guajajara	Araribóia	MA	terra	—
Francisca Carlos	Guajajara	Morro Branco	MA	passion <sup>(1)</sup>	—
Yaduce	Yanomami	Yanomami	RR	garimp	inq. policial
Nelson de Lima	Wapixana	São Marcos	RR	terra	inq. policial
Aristódio Silva	Makuxi	Rap/S do Sol	RR	terra	inq. policial
—	Makuxi	Rap/S do Sol	RR	garimp	—
Alfredo Araújo	Maku Kanã	Kama-Maku	AM	—	inq. policial
Karanohudja	Guajá	Awá	MA	terra	—
Domingo Paulino	Gv Pukobyê	Governador	MA	madeir	inq. policial
Floriano Alípio	Kaingang	Xapecó	SC	—	prisão flag
José E R Bispo	Xukuru	Xucuru	PE	terra	inq. policial

<sup>1</sup> crime passional

Fonte: CIMI

# VI

# SOLIDARIEDADE À LUTA PELA TERRA



Ricardo Funari — Imagens da Terra

VI Romaria da Terra — Duque de Caxias — RJ — 26/7/92

# 1. LAVRADORES SOLIDÁRIOS, RAÍZES DA LUTA

De norte a sul do País, lavradores exprimem, em termos éticos e religiosos, a motivação e formas de participação na luta pela terra. Como se dá essa ligação na cabeça e no coração de posseiros, sem terra e camponeses?

## 1.1. Direito primordial

Diante do grileiro e do que violenta a terra; diante do Estado que quer terra para grandes projetos, os lavradores invocam seu direito primordial de viver *na* e *da* terra. Juvenal Ferreira Lima, posseiro da Trilha do Aeroporto, assassinado em 31/10/92, assim tinha falado diante da CPI da Violência no Campo: “Tiramos a cerca, nos reunimos porque somos os legítimos donos da terra, não somos invasores. Ele nos chama de invasores, mas não somos. Somos legítimos donos da terra. Invasor é o fazendeiro que invadiu 750 metros de cada lote nosso” (CPI da Violência, Maranhão, pág. 31).

Esse direito de viver por meio do uso da terra é um direito humano fundamental. José Ribamar expressou diante da mesma CPI: “Olha, lá é o seguinte: é uma terra em que vivemos do trabalho há muito tempo, é uma terra em que não conhecemos uma perna de arame, não tem um pé de capim dentro dessa terra. Querem trazer nós na sujeição e nós nunca fomos lá sujeitos. Por esse motivo, nós queremos é uma defesa. Como vamos sobreviver? Como vamos dar conta de nossos filhos? Acredito que precisamos trabalhar, precisamos terra para trabalhar. Temos onde trabalhar porque lá é muita terra. Não temos necessidade de viver sujeitos, atropelados por seu fulano de tal que se xinga de dono sem ser dono” (CPI da Violência, Maranhão, pág. 32).

Para os adoradores da “iniciativa privada”, devotos do uso e abuso especulativo da terra, essas palavras soam como heresia. Mas a consciência do lavrador continua suscitando, antes de qualquer lei do Estado ou dos economistas, a velha concepção: *a terra é dos que dela precisam para trabalhar*. A luta concreta, de resistência ou de conquista, é uma expressão dessa humaníssima consciência, anterior a todas as leis. O acesso à terra garante a cada ser humano, a cada família, a satisfação das necessidades mais elementares e mais nobres: comer, sobreviver, ter espaço, existir, ser livre.

Os camponeses vêm com espanto que hoje o destino da terra é outro e protestam: “Não admitimos que a terra, que nela vivemos e nela produzimos, nos seja tirada para criar gado, e a gente, com nossos filhos, sejamos jogados na rua. Nesta terra nascemos, nela nos criamos, a ela conhecemos e nela queremos ficar” — moradores de Benta Horta, Mogeiro/PB.

A luta dos camponeses sem terra e posseiros alimenta-

-se da esperança que os faz vencer todos os obstáculos. Até as crianças conseguem intuir seu futuro na terra como direito líquido e conquistado: “Nós sofremos muito e ainda vamos sofrer, mas não desistimos porque a vitória está perto de nós” — Anita, 14 anos, acampada de Santa Maria/RS.

## 1.2. Terra sagrada

Para a maioria dos camponeses, terra não é só um meio de produção, não é somente objeto de estudo científico ou utilização econômica. Terra é mistério. Libertar a terra é criar um espaço para Deus agir neste mundo.

Maria Soares de Oliveira, de Aparecida do Oeste/SP, narra essa vivência profunda, ao contar os símbolos e meios religiosos que usou para fortalecer sua luta e permanecer na terra: “Como eu tinha costume de ouvir os programas religiosos da Rádio Aparecida, enviei uma carta e um saquinho de terra e na carta eu pedia que colocassem aquele embrulhinho com *terra* debaixo dos pés de Nossa Senhora, para que ela abençoasse nossa terra e o sócio jamais alcançasse vitória sobre a *terra*! Que nos livrasse para sempre daquela tentação, daquele perigo. Na carta oferecia aquela *terra*, nossa terra para que Deus pudesse fazer grandes obras nela, ou seja, eu dispunha do nosso sítio, oferecia-o todinho para que Deus realizasse alguma grande obra aqui. Cristo disse: ‘Onde está teu tesouro, aí está teu coração...’ meu *tesouro* é a *terra*. Logo meu coração era e é a terra”.

Esta última expressão, “meu coração é a terra”, exprime a relação de profunda fraternidade e pertença mútua com a terra e com tudo o que dela vem: frutos, árvores, água, animais. Para Maria de Oliveira, libertar a terra significa destruir todas as gaiolas de passarinho, valorizar as árvores, cuidar dos animais com todo carinho. O grileiro, ao contrário, quer a terra para o lucro; não hesita em envenenar animais, provocar enxurradas, ameaçar os vizinhos. O coração dele não é a terra, mas o dinheiro.

Para Maria, o roubo da terra necessária à sobrevivência fere o coração: “Puxa! Como a cerca doía! Era como se estivesse sangrando a gente, violentando. Como senti ódio da cerca!... e me lembrava e me condoía dos meus irmãos sem terra, posseiros, eternamente afligidos e ameaçados, torturados pela cerca”.

Os participantes do VIII Encontro Intereclesial de CEBs fazem questão de expor a riqueza dessa experiência dos trabalhadores e querem uma Igreja que a valorize e promova: “Somos todos trabalhadores. Temos em comum a experiência de criar a vida e ser empobrecidos. Nos comprometemos, em solidariedade com os migrantes, a lutar por uma Igreja que dê apoio ao movimento popular, fortaleça a luta pela Reforma Agrária e Urbana e promova uma espiritualidade da terra” (Documento final do VIII Intereclesial).

### 1.3. Terra-comunidade: um lugar ao sol

A terra não é só o lugar da sobrevivência física, mas é também o lugar da sobrevivência social, da humanização, da cidadania. Vale a pena continuar escutando Maria de Oliveira:

“Deus me deu por mãe a comunidade. É minha Mãe. Mais que isto: *Mamãe!* Como podes chamar de mãe a uma comunidade que só te fez e te faz sofrer? Exatamente por isso: a comunidade tem sido a minha *Mestra*. Tem me ensinado segredos mil que universidade nenhuma ensinaria. Daí que grito, luto, xingo para poder continuar tendo um lugarzinho ao sol em minha comunidade. Ai de mim se não fosse a comunidade. Em cima desta *Terra...* as pedras se transformam em *Pão!* E lembro de Abraão, de Moisés e de Rute. Esta terra me levou a participar de uma comunidade. Ela deu-me a comunidade como *Mãe*. E a comunidade (*Mamãe!*) levou-me a amar a *Terra...* A perscrutar os segredos insondáveis que envolvem a terra”.

Essa concepção tão abrangente, religiosa, não elimina a análise e a reivindicação política. Vai mais longe, torna-a mais radical, impõe mais exigências, exige mudanças pessoais, envolve modelos de vida: “Claro, a política agrária que temos não é boa. Mas todos temos que fazer nossa parte, não é? Temos que deixar um pouco de ilusão! Quantas pessoas de vida boa foram embora e, hoje, estão pior do que estavam. Conheço uma porção de gente que saiu daqui e se tornou bóia-fria. O que seria de mim sem a *Terra-Comunidade?! O meu tesouro é a Terra-Comunidade*”.

A partir da experiência das CEBs, as Igrejas valorizam a comunidade, as relações primárias entre as pessoas que fortalecem associações de bairro, mutirões, produção e comercialização conjuntas. Por outro lado, muitas conquistas foram alcançadas com o crescimento da solidariedade da classe e de organizações mais gerais, como os partidos. A separação entre essas duas dimensões da vida produziu, por um lado, lideranças deslocadas da base e, por outro, o estancamento da fonte de novas lideranças.

Temos de superar essa separação entre comunitário e político e assumir essas lutas camponesas como política, que crescem fincadas na terra. O desafio continua sendo juntar num grande movimento cidadão essas “revoltas das formigas” de que fala José Martins.

Ligar o comunitário, o econômico e o político é um dos desafios das “associações de produtores”.

### 1.4. Produção de camponês

Hoje, em todo Brasil, surgem associações e cooperativas como alternativas de sobrevivência e melhoria das condições de vida dos pequenos produtores.

Segundo Eduardo Ribeiro, ao entrar para essas associações, o camponês busca muitas coisas, mas, certamente, não busca “apenas resultados estritamente econômicos. Na verdade, o que é realmente importante para os grupos camponeses não é apenas ter vendido hortaliças a bom preço. É sim a participação coletiva e democrática que sustenta a ação conjunta, como a gestão dos equipamentos e a inserção nos mercados. É isto que dá a qualidade, que diferencia a associação, que fundamenta seu trabalho conjunto e fornece o ânimo necessário para andar junto, com todas as dificuldades. O que realmente tem ficado é a experiência conjunta de construir a cidadania, o direito de se manifestar como sujeito” (*Fé, produção e política*, p. 36, Betânia, 1991, Mimeografado).

Esse estudo nos mostra que as ambições do camponês são muito mais que econômicas. Procuram o crescimento comunitário, social, que envolve toda pessoa humana, in-



Douglas Mansur

clusiva a dimensão religiosa. Daí o potencial transformador de atividades que, à primeira vista, teriam como objetivo integrar o camponês ao sistema capitalista. Os objetivos, além do econômico, se constituem no caminho para o camponês afirmar seu valor e convicções, ser reconhecido como cidadão e lutar por um mundo diferente.

### 1.5. Religião camponesa

“Como se comunicar com o homem que fala com Deus” é o subtítulo do livro de Richard Jakubasko, um professor de marketing rural. Por que um profissional de vendas acha importante alertar seus colegas sobre o misticismo das pessoas do campo? Porque influencia o conjunto da vida. Quem ignora esse dado dificilmente conquista a confiança do lavrador.

Ele convive diariamente com os “mistérios da terra”: plantar, colher, crescer com sol e chuva. São atitudes, mais que verbalizações. Mística da pessoa que se sente pequena diante da natureza, atitude ecológica, relacionamento pessoal com Deus, através desses mistérios. Religião e cultura se misturam na vida.

Essa atitude religiosa diante da natureza e da vida busca uma expressão ao nível das religiões oficiais, das CEBs, das pastorais. O lavrador sente profunda alegria ou tristeza quando os “sacerdotes” valorizam ou não esses símbolos rurais como sinais do Reino. Em sua história, Maria conta o esforço que a comunidade fez para levar os símbolos de sua vida diária para as celebrações oficiais e acaba classificando os padres em duas categorias: os que

valorizam e os que não valorizam, na celebração, a terra, os instrumentos de trabalho e os frutos recolhidos.

Para ela, é um retrocesso o fato de que a vida do lavrador não é mais notícia na diocese, não entra nos livros de reza, novenas: “Senti um vazio, no entanto, somos uma comunidade rural. Pertencemos a uma região estritamente rural...”.

O crescimento de uma pastoral urbana exige, simultaneamente, maior inculturação no rural. Uma bem-sucedida tentativa de juntar, na celebração, o novo da luta com a antiga tradição camponesa é a romaria da terra.

## 2. QUINZE ANOS DE ROMARIAS DA TERRA

Para celebrar os 500 anos da América, os austríacos introduziram em sua linguagem uma palavra nova: romaria. Nos dias 25 e 26 de outubro último, no santuário de Mariazell, perto de Graz, 10 mil pessoas participaram de uma celebração, organizada pelos grupos de solidariedade ao Terceiro Mundo. Estavam presentes três bispos latino-americanos, várias pessoas ligadas à CPT e cantos de lavradores brasileiros, traduzidos para o alemão. A romaria refletiu os desafios austríacos (migrantes, refugiados, desemprego) e os problemas do Terceiro Mundo (dívida externa, fome, caminhada das CEBs, a Teologia da Libertação, os profetas e mártires).

Essa internacionalização da romaria da terra é fruto de uma história de 15 anos. Nasceu no Rio Grande do Sul e na Bahia. Estendeu-se por todos os Estados e a várias pastorais que reconheceram a força da tradição religiosa da peregrinação.

Antônio Cechin, religioso presente nas 15 romarias do Rio Grande do Sul, explica a história e a teologia desse evento anual que reúne, em cada carnaval, 40 a 50 mil pessoas: “Começamos as romarias no Rio Grande do Sul com o resgate da memória de S. Sepé Tiarajú. No dia 7/2/78, nos 222 anos dos mártires Sepé e seus 1500 companheiros assassinados em Caiboaté.



Ricardo Funari — Imagens da Terra

VI Romaria da Terra — Duque de Caxias — RJ 26/7/92

Com as romarias da terra fomos respingar os pobres das comunidades. Em 1982, fomos à Encruzilhada de Natalino, em busca dos colonos pobres sem terra e lá descobrimos que S. Sepé estava voltando. A lenda de S. Sepé não é lenda. Quem morre dando sangue na luta pela terra é ressuscitado. Tenho certeza de que todos nós aqui vamos ressuscitar porque estamos dando o nosso corpo, nossa vida para dizer que um dia esta terra será liberta”.

Bom Jesus da Lapa, Bahia, recebeu, nos dias 12 e 13 de julho, a 15ª Romaria dos lavradores nordestinos para bendizer a Deus pela terra prometida, negada, conquistada, trabalhada. A Romaria da Terra deu novo sentido a esse santuário que é um dos mais tradicionais do Brasil. “Um santuário que não prioriza os mais pequeninos que chegam pedindo socorro não tem razão para existir”, diz Artur, assessor das romarias do Nordeste. Em 92, o tema foi “Vida na Terra, Caminho Aberto Para Onde?”. Em ano de seca rezaram e trocaram experiências sobre produção, sobrevivência, êxodo rural, cultura, resistência e esperança.

Produção, ecologia, cultura e 500 anos foram os temas predominantes das romarias em 92. A Prelazia de São Félix do Araguaia/MT e a Diocese de Registro/SP celebraram os temas “500 anos entre a vida e a morte” e “500 anos: o Povo de Deus Resiste e Renova sua Esperança na Terra”. Mas, normalmente, os temas são tratados a partir da memória e da cultura dos lavradores, “convidando a dar mais um passo, porque na choradeira da denúncia e na celebração da resistência, pode não acontecer a luta para que as crianças tenham leite e pão” (Milton Schwantes, pregador da 15ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul).

O Maranhão encarou o tema escolhendo a cidade de Caxias não para homenagear o general, mas para ressuscitar os *balaios* que ele derrotou. Os *balaios* apareciam no cartaz entregando sua bandeira aos negros, mulheres, trabalhadores e indígenas de nossos dias. Zumbi foi, mais uma vez, lembrado em União dos Palmares/AL — “Resistência traz Esperança”. Pe. Josimo continua vivo entre os lavradores do Tocantins que lutam para romper as cercas. E Antônio Conselheiro foi lembrado por um povo sertanejo que se prepara para celebrar, em outubro de 93, o centenário da grande experiência de vida e organização em Canudos, na Bahia.

A ecologia entrou definitivamente como tema de reflexão, luta e oração. Ecologia ligada às concepções dos camponeses e assentados que lutam para sobreviver em cima da terra, no contato amoroso com a “terra viva” (RJ), “cultivada” (RS), “esperança e vida” (Registro/SP); respeitada como dom de Deus. “Quem Rouba e Fere a Terra, Rouba e Fere os Filhos da Terra” diz o lema da última romaria de Santa Catarina. A Ecologia dos lavradores visa à “libertação da terra” e também à libertação dos ecologistas, tentados a pôr a árvore antes do lavrador. “Não é feio arrancar barba de bode e plantar no lugar um milho, não é feio, é bonito. Deus te deu isso para você fazer, para não ficar essa imensidão de terra sem plantar” (Milton Schwantes).

A romaria aponta rumos a construir e denuncia as forças que impedem o Reino de Deus e a fraternidade. Denunciando a Aracruz Celulose, que quer plantar só eucalipto e jogar os lavradores no desemprego e nas favelas, osromeiros de Domingos Martins/ES gritam: “Diga não!”

Diante do Rio São Francisco, fonte de vida para a população de cinco Estados, ameaçado pelas barragens, pelo desmatamento e pelos grandes projetos de irrigação, alagoanos e sergipanos fizeram a primeira romaria em defesa das águas e da vida no rio: “Deus Criou Tudo para Todos”.

### 3. AS IGREJAS E OS DRAMAS DA HUMANIDADE

A realização da IV Conferência do Episcopado em Santo Domingo foi o evento mais importante da Igreja Católica Romana em 92. Apesar de suas indecisões doutrinárias, no futuro Santo Domingo será conhecida por sua decisão clara acerca da inculturação do Evangelho nas culturas indígenas e afro-americanas.

É importante que o documento dedique algumas páginas à terra, ecologia, direitos humanos, economia solidária, integração latino-americana, luta contra a pobreza. Assumir as culturas dos pobres, dialogar com eles, respeitar suas religiões e reconhecer um papel como protagonistas da evangelização, é uma mudança igual à que Paulo provocou no primeiro século do cristianismo. Numa Igreja tentada a voltar-se para dentro, para o fortalecimento da instituição, o desafio da inculturação é um vento de Pentecostes. Tarefa promissora que a pastoral da terra vai enfrentar em relação aos camponeses.

Outros dois eventos levaram as Igrejas a se deixar questionar pelos problemas do povo. A Assembléia do Povo de Deus, reunida em Quito, apresentou o desafio do macroecumenismo: ante as grandes massas, cuja vida está ameaçada, todas as religiões são chamadas a colaborar na salvação da humanidade.

A ECO-92, além de questões político-financeiras, levantou aspectos éticos, religiosos e filosóficos, que surgem dos que levam a sério os dramas da humanidade. As Igrejas se deixaram interpelar por essas questões. O resultado pode ir muito além do que os textos escritos deixam crer.

### 4. IGREJAS DOS SOFREDORES

Às 10h30 do dia 6/4/92, iniciou em Sento Sé, Bahia, um dos mais demorados julgamentos do Nordeste. Durou 72 horas a sessão do Tribunal do Júri que absolveu Nielson Braga Queiroz e Antônio Luiz Tupiná Braga pelo assassinato de Antônio Guilhermino de Oliveira, em 21 de outubro de 1987. Presos desde 1989, por causa das pressões nacionais e internacionais, o fazendeiro Nielson e seu capanga foram absolvidos por pressão do poder político local e regional, que deu o recado aos jurados: absolver.

Quem foi condenado? Uma força que “pela primeira vez, na centenária história daquela terra, clamou justiça para um pobre trabalhador rural e forasteiro, assassinado por um representante dessa grande família da política local”. Os advogados dos réus, contra todas as provas, “provaram” que eles estavam sendo “injustiçados”, graças à ação da Diocese, do movimento dos trabalhadores e das entidades de apoio. Difamações e calúnias desmoralizaram a “Igreja de D. José Rodrigues”.

Na Paraíba, Tarcísio Maia, líder do PDT na Assembléia Legislativa, acusou bispos, padres e a Igreja de “ao invés de assumir o papel de mediadora nos conflitos de terra, entra mais como incitadora, promove a guerrilha no campo e, com suas orientações políticas, se torna responsável pela desestruturação das famílias paraibanas”.

Essas acusações fazem lembrar anos passados, quando toda defesa dos direitos humanos era enquadrada como ofensiva à segurança nacional. Contrariar os privilégios e os lucros das oligarquias continua sendo um atentado. No município de Belmonte, Sul da Bahia, o Pe. João Schmidt vem sendo vítima de processos, inquéritos e investigações. Na verdade, perseguindo o Pe. João, atentam contra um conjunto de entidades que atuam em defesa dos mais fracos e pretendem sufocar a luta pela Reforma Agrária. Apesar da democracia aparente do País, para os coronéis da região do cacau e do São Francisco, a solidariedade pastoral é um atentado à nação. Mas outros vão reconhecendo a verdade. Por isso, a CPT do Sul da Bahia ganhou um prêmio concedido pela Áustria.

A caminhada dos pobres do campo ainda continua provocando conversões de Igrejas. Em 92, um exemplo brilhante foi dado pela Diocese de Rubiataba/GO, que recebeu 400 famílias das periferias de Goiânia, em busca de terra para viver. Dom José Carlos as apoiou, enfrentando os fazendeiros e a polícia, numa região de tradicional domínio dos Caiado. Junto com ele, os bispos do Centro-Oeste tiveram participação ativa nas vitórias dos trabalhadores e na luta por uma lei agrária para o País.

Hoje, os trabalhadores têm suas organizações de luta. Por outro lado, algumas igrejas recuaram em seu apoio a elas. Que significado, que valor tem ainda a presença das Igrejas nas lutas pela terra?

Dom Felipe Gregory, bispo de Imperatriz/MA, ameaçado de morte, explicitou o significado político das Igrejas no campo ao falar para a CPI da violência: “Houve, neste Estado, uma ação de grilagem de uma dimensão muito grande, no sentido de limpar as áreas que foram tituladas. Inclusive, em Imperatriz, existe a expressão ‘limpador de área’, pessoas que comandavam pistoleiros

e tinham esse título de ‘limpadores de áreas’, e, por sinal, pela informação que tenho, muitas vezes bem eficientes. (...) A Igreja, como Igreja, não promove ocupações. No entanto, elas, sendo organizadas pelas entidades do meio rural, de uma maneira pacífica, em áreas improdutivas, a Igreja de Imperatriz não vai condenar este ato, porque, acima do título de propriedade de terra *está um direito muito maior, o direito à vida, o direito ao sustento de cada um*. E a propriedade privada está submetida a uma ordem maior, a saber, a terra e os bens deste mundo são para toda a família dos filhos de Deus. Este é o princípio maior. É esta a concepção da Igreja, não de hoje, nem de ontem, mas ao longo de toda a sua história” (CPI da Violência no Campo — Maranhão, p. 46, CPT/MA, 1992).

A desmoralização do grileiro, a deslegitimação do valor absoluto da propriedade e o apoio às lutas dos trabalhadores são fundamentais para que a sociedade não se cristalice na desordem.

## 5. SOLIDARIEDADE URBANA ÀS LUTAS CAMPONESAS

Dia 28 de abril, Chico Buarque, Djavan, Wagner Tiso, Caetano Veloso, Zezé Mota, Flávio Venturini e outros cantores lotaram o Circo Voador, Rio de Janeiro, com um show diferente. Foi um show de solidariedade à Reforma Agrária e aos lavradores assassinados em Rio Maria/PA.

### LUTA PELA VIDA

Dia 15/7/92, aproximadamente 200 trabalhadores rurais, vítimas da seca, compareceram à cidade de Tamboril/CE, pedindo urgência na implantação dos serviços de emergência e um pouco de comida.

Uma comissão de trabalhadores, junto com o STR, tenta negociar com a Prefeitura. Estando ausente o prefeito, tentam encontrá-lo em Fortaleza.

Os trabalhadores caminham para o Departamento de Educação, onde estaria armazenado algum estoque de merenda escolar. O senhor Jeová Mota, ex-secretário de Educação, chama policiais e o Tiro de Guerra.

O Pe. José Helenio tenta negociar com os comandantes e pede ao senhor Jeová que distribua a merenda e evite confrontos.

Quando os trabalhadores chegam ao portão, um soldado atira. O sargento Adonias, engatilhando sua metralhadora, grita para seus homens: “Atirem no meio! Ordem é ordem! Atirem no meio!”.

O padre põe-se entre as armas e a multidão, gritando: “Eu quero ser o primeiro a ser morto, em defesa deste povo faminto”.

Chegam mais reforços policiais “para defender o patrimônio público”, enquanto o padre argumenta que “patrimônio público era o povo que ali estava”. O Capitão identifica lideranças, negocia com o comando em Fortaleza e manda distribuir “cestinha paliativa”.

Carta de denúncia do padre e dos sindicatos pergunta: “É justo, por parte do governo, protelar indefinidamente o atendimento aos flagelados da seca que querem trabalhar para suavizar sua fome? É justa a presença de armas, da polícia e do exército, diante de trabalhadores pacatos que querem sobreviver?”

Chico criticou a Eco-92 por “desviar as atenções da mídia para os problemas ecológicos da Amazônia, esquecendo-se da questão fundiária e das condições de vida dos trabalhadores rurais. Estas coisas estão em segundo plano. Estão trabalhando só com o cenário”.

Foi impressionante ver enorme grupo de artistas se solidarizar com os atores das lutas agrárias, exigindo do governo a proteção aos ameaçados e as transformações estruturais necessárias. Naquela noite, o Circo Voador teve seu record de público.

O 25 de julho de 92, dia do Trabalhador Rural, teve especial significado para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP. Com a parceria da CUT, do MST e da Secretaria Agrária Nacional do PT foi realizada a 1ª Vigília pela Reforma Agrária na sede deste sindicato, que é, sem contestação, o símbolo da retomada do movimento operário no Brasil. Sob a liderança de Vicentinho, assume uma posição de primeira linha no debate das questões nacionais, superando a perspectiva tradicional e corporativa do sindicalismo brasileiro.

Ainda no final do ano, o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro lançou uma campanha contra a exploração do trabalho escravo, tomando como símbolo a fazenda Malvina, na Bahia, de propriedade do Banco Econômico. A um só tempo denunciava o trabalho escravo e a presença do sistema financeiro nas atividades agrícolas.

Estes três fatos nos fazem alimentar a esperança de que a sociedade civil comece a tomar consciência da miséria e degradação do campo, lutando junto com os camponeses para a transformação do país.

## 6. SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

A CPT vem se esforçando para transformar os problemas da terra em motivação, espaço e incentivo à cooperação entre os povos. A Conferência Internacional “Terra, Ecologia e Direitos Humanos”, realizada em Vitória/ES, foi a expressão maior dessa solidariedade entre grupos, movimentos e organizações dos cinco continentes.

A conferência de Vitória não foi o único momento de solidariedade. Em 92, a CPT esteve na OEA, na ONU, na Comunidade Européia e em outros fóruns da sociedade civil internacional, para, junto com outras entidades, influir na mudança de comportamentos e políticas que favoreçam os direitos humanos dos pobres do campo e provoquem mudanças na estrutura agrária, visando à preservação da natureza e ao crescimento dos povos.

### 6.1. ONU: sem direitos humanos não há desenvolvimento

No dia 5 de fevereiro de 1992, a Federação Internacional dos Direitos do Homem levou o Pe. Ricardo Rezende

a Genebra, para denunciar, perante a Subcomissão de Direitos Humanos da ONU, a responsabilidade do governo brasileiro pela violência e a prática de trabalho escravo no campo.

No ano em que nosso governo colaborava na organização da ECO-92, Pe. Ricardo falou da “indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos”. Ele perguntou: “Como pretender o desenvolvimento quando a vida está ameaçada; quando se está submetido a trabalho escravo; quando a liberdade de associação, garantia da defesa dos trabalhadores, é diariamente impedida e quando a impunidade dos autores das violações impede toda a esperança? Esses são os obstáculos concretos à realização do direito ao desenvolvimento”.

O embaixador brasileiro, em resposta ao Pe. Ricardo, afirmou que “a violência nas áreas rurais provém basicamente das disputas entre a propriedade da terra e as relações socioeconômicas”. Segundo ele, a garantia dos direitos básicos de todos os cidadãos só pode acontecer depois do desenvolvimento. Pe. Ricardo, porém, reafirmou que, na prática, o modelo de desenvolvimento implantado no País é o grande responsável pelas violações dos direitos humanos. As áreas de mais conflitos, assassinatos, escravidão e prejuízos ecológicos coincidem com as regiões em que estão sendo realizados os maiores projetos de desenvolvimento.

Coube ao Serpaj dar continuidade, no mês de agosto, às denúncias em Genebra. E em fevereiro de 93, o presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Marcelo Lavenère, esteve na ONU, exigindo pressão internacional sobre o governo brasileiro para que modifique sua política econômica, tendo em conta suas conseqüências sobre os direitos humanos, materializadas na situação dos trabalhadores escravizados.

### 6.2. OEA: impunidade vale processo contra o governo brasileiro

Foi aberto no dia 23 de setembro de 92, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, um processo contra o governo brasileiro. Foi oficialmente apresentado pelo Pe. Ricardo Rezende (CPT), José Miguel Vivanco (Center for Justice and International Law), Gim Cavallaro e Benjamin Penglase (America's Watch). As acusações são: 1) o governo garantiu a impunidade dos assassinos de João Canuto, assassinado em Rio Maria/PA em 1985 e 2) não puniu o trabalho escravo nas Fazendas São Luiz e Espírito Santo, no sul do Pará.

O governo não cumpriu o seu dever de investigar adequadamente o assassinato e seus responsáveis, criando o clima de impunidade que conduziu a outros crimes. Nos casos de trabalho escravo, apesar de muitos pedidos da CPT, sindicatos e trabalhadores, a Polícia Federal nunca investigou a denúncia no caso da fazenda São Luiz e não terminou as investigações na fazenda Espírito Santo.



Eneraldo Carneiro — Imagens da Terra

Manifestação contra a fuga de Darli Alves — RJ — 3/93

O objetivo da ação em nível internacional é punir uma negligência que vem mantendo a impunidade e permitindo a prática de trabalho escravo, como normas das relações agrárias e trabalhistas no campo brasileiro.

Como signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o Brasil pode ser condenado, embora isto seja muito difícil, porque diplomacia não significa exatamente justiça.

Pe. Ricardo conseguiu também em Washington o apoio do Environmental Defense Fund, o qual levou o senador Alan Cranston a apelar a Collor contra o “desflorestamento desregrado, a concentração de terras nas mãos de poucos, a exploração dos pobres pelos grandes proprietários de terras e a impunidade dos esquadrões da morte dirigidos por militares, que repetidas vezes massacraram trabalhadores rurais e transformaram essa região linda mas isolada (sul do Pará), em algo adequado a um capítulo de uma história de horror de Dickens”.

### 6.3. Trabalho escravo: medalha para Ricardo, vergonha para o Brasil

No dia 28 de outubro, o Cardeal de Londres, Basil Hume entregou ao Pe. Ricardo Rezende a Medalha da Anti-Slavery International. Esse prêmio homenageia Pe. Ricardo por sua coragem na defesa dos trabalhadores escravizados e massacrados no sul do Pará e inclui o País no rol dos escravagistas, cem anos depois da abolição da escrava-

vatura. Ricardo dedicou o prêmio aos “que ainda sonham com o fim da violência. Artesãos que, nas noites mais profundas, desvendam fios de esperanças e luzes”.

O Cardeal Hume solidarizou-se com esta luta, escrevendo a Collor. Louvou o presidente pela garantia dos direitos dos Yanomami e pediu igual coragem para prover proteção aos ameaçados, dar rápido fim às perseguições e agir contra os responsáveis pelo trabalho escravo. Infelizmente, Collor não tomou a sério este pedido internacional.

### 6.4. Comunidade Européia: os pobres diante dos blocos econômicos mundiais

Depois da entrada de Portugal e Espanha na Comunidade Européia, a América Latina deveria passar a ter uma importância cada vez maior para a política daquele continente. Infelizmente, a competição entre os grandes blocos econômicos deslocou completamente a atenção dos políticos dos problemas dos pobres. Ao mesmo tempo em que a CE abre delegações, com *status* de embaixada, nos países latino-americanos, aparece como um bloco fechado à migração e aos problemas do Terceiro Mundo, concentrando sua atenção nos problemas internos e na concorrência com os Estados Unidos e Japão. Para levar as inquietações dos pobres aos responsáveis por essas políticas, o CIDSE promoveu, em novembro de 92, visita de uma pequena delegação da CPT às comissões da CE, em Bruxelas.

A viúva de um trabalhador rural assassinado, um padre e um pastor estiveram nas comissões ligadas às questões latino-americanas para mostrar os efeitos concretos dos modelos agrícolas, comerciais e políticos no Brasil. Estes modelos, incentivados pelo neoliberalismo reinante, não podem ser simplesmente maquiados por projetos supostamente ecológicos e manter a dominação sobre os pobres.

Como mudanças políticas só podem ser fruto de pressões e propostas da sociedade civil, a CPT esteve no encontro, promovido pela Pax Christi, entre teólogos do Leste e da América Latina, para discutir mudanças a partir da base. Mais do que isso, a CPT se tornou membro de redes que, aliando a luta ecológica às pressões por mudanças estruturais, estão, neste momento, fazendo campanhas pela Reforma Agrária no Brasil.

## CONCLUSÃO

Em 92, a solidariedade na luta contra a situação de miséria, impunidade, escravidão, pela Reforma Agrária criou um clima para mudanças políticas no País. E, hoje, o patamar das discussões mudou. A OIT acaba de incluir o Brasil no rol dos oito países que mais utilizam trabalho escravo no mundo. As denúncias da CPT e do Pe. Ricardo Rezende, com o apoio da OAB e da Agitra (Associação dos Inspetores do Trabalho), produziram uma inquietação na opinião pública, exigindo mudanças. Esperamos que na questão agrária a opinião pública também dê passos significativos e cada vez mais apoie mudanças estruturais pela democratização real da nação.

Capítulo sob a coordenação do Pe. Jerónimo Nunes — secretário executivo da CPT Nacional.

### CONFLITOS NO CAMPO – QUADRO COMPARATIVO (1989 – 1992)

	1989	1990	1991	1992
<b>CONFLITOS DE TERRA</b>				
N. de conflitos	500	401	383	361
Assassinatos	56	75	49	35
Pessoas envolvidas	192533	191550	242196	154223
Ha. conflitivos	14480254	13835756	7037722	5692211
<b>TRABALHO ESCRAVO</b>				
N. de conflitos	19	18	27	18
Assassinatos	—	—	—	—
Pessoas envolvidas	597	1599	4883	16442
<b>OUTROS</b>				
N. de conflitos	82	47	43	54
Assassinatos	10	4	5	11
Pessoas envolvidas	400930	366069	307123	15331
<b>TOTAL DE CONFLITOS</b>				
N. de conflitos	601	466	453	433
Assassinatos	66	79	54	46
Pessoas envolvidas	594060	559218	554202	185996
Ha. conflitivos	14480254	13835756	7037722	5692211

LEGENDA: OUTROS CONFLITOS – Trabalhistas  
 – Seca  
 – Sindical  
 – Política Agrícola

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

# CONFLITOS NO CAMPO 1992 - VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

Nº Total de Conflitos	Conflitos de Terra		Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativa de Assassinatos	Ameaçados de Morte	Torturados	Sequestrados	Agrididos Fisicamente	Presos	Lesões Corporais	Terrorismo	
	Nº	Ha											
<b>NORTE</b>													
AC	3	3	2001000	255	-	-	02	-	-	-	-	-	
AM	3	3	693000	380	-	-	-	-	01	04	01	02	
AP	1	1	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	
PA	49	40	519208	23250	13	07	42	03	04	03	20	10	
RO	9	7	54000	4243	-	-	-	-	10	-	16	05	
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TO	32	32	147157	3491	01	01	06	-	-	04	07	02	
<b>Subtotal</b>	<b>97</b>	<b>86</b>	<b>3414365</b>	<b>31619</b>	<b>14</b>	<b>08</b>	<b>52</b>	<b>03</b>	<b>14</b>	<b>08</b>	<b>47</b>	<b>18</b>	<b>07</b>
<b>NORDESTE</b>													
AL	20	9	3309	4966	02	-	-	-	-	-	-	-	
BA	32	29	102171	11789	01	02	02	-	-	-	29	22	1.526
CE	16	10	22000	4740	-	-	01	-	-	-	12	-	-
MA	46	44	197627	11964	07	03	23	05	-	05	30	04	-
PB	23	16	6412	3679	04	02	04	-	-	01	03	03	58
PE	8	3	14500	9271	04	-	-	-	-	01	-	-	-
PI	18	15	150702	5620	02	02	10	-	-	02	08	01	30
RN	9	9	2887	1685	-	-	-	-	-	-	02	-	-
SE	8	7	3821	912	01	-	09	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>180</b>	<b>142</b>	<b>503429</b>	<b>54626</b>	<b>21</b>	<b>09</b>	<b>49</b>	<b>05</b>	<b>-</b>	<b>09</b>	<b>84</b>	<b>30</b>	<b>1614</b>
<b>SUDESTE</b>													
ES	8	7	40000	250	-	-	-	-	-	-	103	-	100
MG	22	20	93634	6152	03	04	03	-	-	-	07	03	70
RJ	7	6	7936	1075	01	08	01	03	-	03	-	04	350
SP	16	16	62749	19805	-	05	-	-	-	-	08	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>53</b>	<b>49</b>	<b>204319</b>	<b>27282</b>	<b>04</b>	<b>17</b>	<b>04</b>	<b>03</b>	<b>-</b>	<b>03</b>	<b>118</b>	<b>07</b>	<b>520</b>
<b>SUL</b>													
PR	25	17	42349	12798	03	02	07	-	-	03	02	09	280
RS	21	18	11471	19420	01	-	01	01	-	01	16	01	-
SC	11	10	20589	9780	-	01	06	-	-	06	20	08	150
<b>Subtotal</b>	<b>57</b>	<b>45</b>	<b>74409</b>	<b>41998</b>	<b>04</b>	<b>03</b>	<b>14</b>	<b>01</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>38</b>	<b>18</b>	<b>430</b>
<b>CENTRO-OESTE</b>													
DF	3	3	1400	500	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GO	11	10	120354	6840	-	-	07	01	-	317	03	-	315
MS	12	10	37440	16393	02	06	37	01	18	32	14	15	3021
MT	20	16	1336495	6738	01	04	01	01	-	1000	-	03	-
<b>Subtotal</b>	<b>46</b>	<b>39</b>	<b>1495689</b>	<b>30471</b>	<b>03</b>	<b>10</b>	<b>45</b>	<b>03</b>	<b>18</b>	<b>1349</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>3336</b>
<b>Total</b>	<b>433</b>	<b>361</b>	<b>5692211</b>	<b>185996</b>	<b>46</b>	<b>47</b>	<b>164</b>	<b>15</b>	<b>32</b>	<b>1379</b>	<b>304</b>	<b>91</b>	<b>5907</b>

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

## CONFLITOS PELA TERRA 1992 - VIOLÊNCIA CONTRA A POSSE E PROPRIEDADE

	Nº de Confl.	Ha. Conflitivos	Pessoas Envolvidas	Famílias Vítimas de Expulsão	Famílias Vítimas de Despejo Judicial	Famílias Vítimas de Ameaça de Despejo	Famílias Vítimas de Ameaça de Expulsão	Famílias Vítimas de Destruição de Casa	Famílias Vítimas de Destruição de Roças
<b>NORTE</b>									
AC	3	2001000	255	-	-	-	-	-	-
AM	3	693000	380	-	-	-	-	01	01
AP	1	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	40	519208	20584	-	1401	219	744	87	39
RO	7	54000	4005	-	-	330	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TO	32	147157	3491	26	81	75	46	01	02
<b>Subtotal</b>	<b>86</b>	<b>3414365</b>	<b>28715</b>	<b>26</b>	<b>1482</b>	<b>624</b>	<b>790</b>	<b>89</b>	<b>42</b>
<b>NORDESTE</b>									
AL	9	3309	3236	-	10	-	-	-	-
BA	29	102171	11550	750	476	-	170	143	254
CE	10	22000	2190	-	-	-	-	-	52
MA	44	197627	11064	249	390	-	425	278	314
PB	16	6412	3667	-	-	22	66	05	01
PE	3	14500	9250	-	-	-	-	-	-
PI	15	150702	3520	25	200	248	228	01	-
RN	9	2887	1685	12	212	-	-	-	-
SE	7	3821	905	-	100	-	-	-	01
<b>Subtotal</b>	<b>142</b>	<b>503429</b>	<b>47067</b>	<b>1036</b>	<b>1388</b>	<b>270</b>	<b>889</b>	<b>427</b>	<b>622</b>
<b>SUDESTE</b>									
ES	7	40000	250	-	20	-	-	-	-
MG	20	93634	3352	21	60	43	154	01	-
RJ	6	7936	1071	-	-	-	70	71	70
SP	16	62749	19805	-	561	42	-	03	253
<b>Subtotal</b>	<b>49</b>	<b>204319</b>	<b>24478</b>	<b>21</b>	<b>641</b>	<b>85</b>	<b>224</b>	<b>75</b>	<b>323</b>
<b>SUL</b>									
PR	17	42349	12345	18	-	681	8	-	-
RS	18	11471	12970	33	630	1580	-	-	-
SC	10	20589	7780	160	150	-	44	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>45</b>	<b>74409</b>	<b>33095</b>	<b>211</b>	<b>780</b>	<b>2261</b>	<b>52</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>CENTRO-OESTE</b>									
DF	3	1400	500	-	-	-	100	-	-
GO	10	120354	6840	130	646	407	-	94	-
MS	10	37440	8158	-	1011	180	-	-	-
MT	16	1336495	5370	240	53	700	35	18	53
<b>Subtotal</b>	<b>39</b>	<b>1495689</b>	<b>20868</b>	<b>370</b>	<b>1710</b>	<b>1287</b>	<b>135</b>	<b>112</b>	<b>53</b>
<b>Total</b>	<b>361</b>	<b>5692211</b>	<b>154223</b>	<b>1664</b>	<b>6001</b>	<b>4527</b>	<b>2090</b>	<b>703</b>	<b>1040</b>

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

## TRABALHO ESCRAVO EM 1992

Nº.	NOME IMÓVEL/EMPRESA	MUNICÍPIO	UF	Nº PESSOAS
1.	Destilaria Medasa	Medeiros Neto	BA	160
2.	Usina Nova Aliança	Terra Nova	BA	1.400
3.	Marflora	Santa Quitéria do MA	MA	800
4.	Industrial Malvina Açucareira	Bocaiúva	MG	2.000
5.	Destilaria Cachoeira	Rio Brilhante	MS	235
6.	Carvoarias	Ribas R.Pardo/ Águas Claras	MS	8.000
7.	Fazenda Continental	Castanheira e Juína	MT	80
8.	Coop. Plantadores de Cana	Cáceres	MT	98
9.	Fazenda Lagoa Azul	Xinguara	PA	1
10.	Fazenda Caiçara	Água Azul	PA	36
11.	Fazenda Japonesa	São Félix do Xingu	PA	8
12.	Fazenda Travessão	Conceição do Araguaia	PA	60
13.	Fazenda Banach	Banópolis	PA	60
14.	Fazenda Gralha Azul	Laranjeiras do Sul	PR	50
15.	Fazenda da Grama	Cachoeiras de Macacu	RJ	04
16.	Fazenda Mangueira de Pedra	Arroio dos Ratos	RS	250
17.	Serraria São Simão	Palmares do Sul	RS	200
18.	Fazenda Ouro Verde	*		3.000
TOTAL Nº DE PESSOAS.....				16.442

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

\* Município não-identificado.

## OCUPAÇÕES DE TERRA EM 1992

Nº	UF	MUNICÍPIO	NOME DO IMÓVEL	DATA	Nº de FAMÍLIAS
01	AL	FLEXEIRAS	FAZENDA PONTE NOVA	22/06/92	86
02	AL	JACUÍPE	FAZENDA TELES	04/05/92	120
03	BA	EUNÁPOLIS	FAZENDA DA USINA EMBAÚBA	27/04/92	450
04	BA	ITAGIBÁ	FAZENDA LINDÓIA	22/07/92	115
05	CE	ITAITINGA	CAGEC / AÇUDE RIACHÃO	28/09/92	52
06	CE	QUIXADÁ	FAZENDA FÉIJÃO-CROATÁ	28/04/92	300
07	DF	PLANALTINA	TAQUARA PIPIRIPAU	16/11/92	100
08	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	FAZENDA SAYONARA	27/04/92	20
09	GO	BARRO ALTO	FAZENDA POUSO ALEGRE	/05/92	31
10	GO	BOM JARDIM DE GOIÁS	FAZENDA SERRA NEGRA	03/08/92	63
11	GO	FORMOSA	FAZENDA PIRATININGA	26/05/92	31
12	GO	GOIÁS	FAZENDA SÃO CARLOS	07/10/92	215
13	GO	MARA ROSA	FAZENDA ARARAS	25/07/92	407
14	GO	MARA ROSA	FAZENDA MARUPIARA	25/07/92	-
15	GO	MARA ROSA	FAZENDA ZEBULÂNDIA	25/07/92	-
16	GO	MUNDO NOVO	FAZENDA UNIÃO	27/03/92	400
17	MA	MONÇÃO	FAZENDA TATAJUBA	03/05/92	300
18	MA	PORTO FRANCO	FAZENDA FORTALEZA	07/08/92	80
19	MA	SANTA LUZIA (BURITICUPU)	FAZENDA VALE VERDE	/ /92	95
20	MA	ZÉ DOCA	FAZENDA BELA VISTA	03/05/92	120
21	MG	JOÃO PINHEIRO	FAZENDA SÃO JOSÉ - (BARREIRO)	/08/92	60
22	MG	UNAÍ	FAZENDA BARREIRINHO	/08/92	46
23	MS	BATAIPORÃ	FAZ. MERCEDINA/SÃO LUIZ E SÃO JOÃO	04/06/92	84
24	MS	ITAQUIRAÍ	FAZ. ITASSUL / ASSENTAMENTO INDAIÁ	14/01/92	250



25	MS	JARDIM	FAZ. SANTA MARIA/FAZENDA RIO PRATA	27/07/92	83
26	MS	RIO BRILHANTE	FAZ. AROEIRA/SANTARÉM/BELAS ARTES E BR	17/05/92	350
27	MT	JUSCIMEIRA	FAZENDA TRÊS IRMÃOS/SANTA MARIA	20/04/92	200
28	PA	ÁGUA AZUL DO NORTE	FAZENDA MOABA OU CARACOL	01/07/92	80
29	PA	PARAOPEBAS/MARABÁ	FAZ. RIO BRANCO/OCUPAÇÃO INCRA	15/07/92	500
30	PA	SANTANA DO ARAGUAIA	FAZENDA SANTA CRISTINA	/01/92	180
31	PA	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	AGROPECUÁRIA SÃO JOSÉ	/01/92	450
32	PB	CAMPINA GRANDE	FAZENDA BOA ESPERANÇA	15/01/92	70
33	PB	MAMANGUAPE	BELA VISTA	01/02/92	8
34	PE	BARREIROS	RIO FORMOSO – ENGENHO CAMAÇARI	28/04/92	500
35	PE	ESCADA	TERRAS DA USINA MASSAUASSU	19/10/92	1000
36	PE	ITAQUITINGA	ENGENHO SALVADOR	21/07/92	350
37	PR	ALV. SUL/B. VISTA DO PARAÍSO	FAZENDA INGÁ	08/02/92	70
38	PR	IBAITI	FAZENDA PLANALTO	04/06/92	120
39	PR	IBEMA	FAZENDA SÃO FRANCISCO	06/08/92	400
40	PR	IBEMA	FAZENDA SÃO JANUÁRIO	29/07/92	90
41	PR	MANGUEIRINHA	FAZENDA SANTA ROSA	19/05/92	50
42	PR	NOVA FÁTIMA	FAZENDA DA MATA	23/11/92	200
43	PR	PALMAS	FAZENDA CRUZEIRO	17/08/92	60
44	PR	RIBEIRÃO DO PINHAL	FAZENDA PAU D'ALHO/AKAYÁ	01/01/92	65
45	RN	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	FAZENDA ITAPETININGA	03/05/92	200
46	RO	COLORADO D'OESTE	FAZENDA SANTA INÊS	09/01/92	300
47	RO	JARU	FAZENDA XANGRILÁ	13/08/92	180
48	RS	BAGÉ	EMBRAPA	08/09/92	150
49	RS	CARAZINHO	CRES(CENTRO RURAL DE ENSINO SUPLETIVO)	22/02/92	8
50	RS	GUABIJU	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL	31/05/92	34
51	RS	HULHA NEGRA	ESTAÇÃO FITOTÉCNICA	15/06/92	100
			ESTAÇÃO FITOTÉCNICA	10/01/92	-
52	RS	NÃO ME TOQUE	ÁREA MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	29/06/92	650
			ÁREA MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	12/03/92	-
53	RS	PELOTAS	FAZ. DA PALMA (UNIV. FED. PELOTAS)	17/02/92	150
54	RS	SANTA MARIA	CEDIC/FAZENDA SANTA MARTA	17/02/92	33
55	RS	SANTANA DO LIVRAMENTO	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL	02/04/92	-
56	RS	SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	FAZENDA SANTA BÁRBARA	10/11/92	700
57	RS	SARANDI	POSTO AGROP. MINISTÉRIO AGRICULTURA	12/03/92	90
			POSTO AGROP. MINISTÉRIO AGRICULTURA	26/05/92	-
58	RS	TRINDADE DO SUL	FAZENDA KIST	20/09/92	250
			FAZENDA KIST	17/08/92	-
59	SC	ABELARDO LUZ	FAZ. SANTA ROSA I/SANTA ROSA III	24/07/92	160
60	SC	ABELARDO LUZ	FAZ. SERRA DOS BURACOS/FAZ. SANTIN	10/02/92	70
61	SC	CAMPOS NOVOS	FAZ. MOSQUITO/ASSENT. 30 DE OUTUBRO	28/04/92	150
62	SC	JOSÉ BOITEUX	CAFUZOS	26/11/92	43
63	SE	PACATUBA	FAZENDA GRAVATÁ	27/04/92	100
64	SE	POÇO REDONDO	FAZ. SÃO CLEMENTE	27/04/92	-
65	SP	ARARAQUARA	FAZ. MONTE ALEGRE E HORTO FLORESTAL	/08/92	60
66	SP	COROADOS	FAZENDA SÃO JOSÉ	/01/92	40
67	SP	IPERÓ	FAZENDA IPANEMA	16/05/92	800
68	SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FAZENDA SÃO BENTO	04/01/92	250
69	SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FAZENDA SANTA CLARA	/07/92	300
70	SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FAZENDA CANAÃ	29/04/92	300
71	SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FAZENDA FLOR ROXA	19/07/92	750
72	SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FAZENDA WASHINGTON LUÍS	19/07/92	-
73	SP	PRADÓPOLIS	HORTO FLORESTAL GUARANY (FEPASA)	20/08/92	750
74	SP	PRESIDENTE EPITÁCIO	FAZ.NOVA LAGOINHA OU RES. FLORESTAL	17/07/92	350
75	TO	BABAÇULANDIA	FAZENDA SANTA CLARA	/05/92	28
76	TO	COUTO DE MAGALHÃES	FAZENDA ALGIBEIRA	01/06/92	24
77	TO	COUTO DE MAGALHÃES	FAZENDA MACEDÔNIA	21/07/92	17
78	TO	COUTO DE MAGALHÃES	FAZENDA UNIÃO/ CACHOEIRINHA	13/05/92	38
79	TO	MIRANORTE	FAZ.ARAGUARINA OU FAZ. BOI DE PORTEIRA	/ /92	37
80	TO	PALMAS	MORRO DO GOVERNADOR	/11/92	150
81	TO	TOCANTINÓPOLIS	FAZENDA CHUPÉ	29/05/92	25

**Total: ..... 15.538**

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

## ASSASSINATOS NO CAMPO EM 1992

Nº	UF	TIPO	NOME DA VÍTIMA/ IDADE	DATA	PROFISSÃO/CATEG.	CIDADE	INDÍCIOS DE AUTORIA
01	AL	TR	JOÃO PEREIRA DA SILVA, 48	26/06	TRAB. RURAL	COLÔNIA LEOPOLDINA	FAZENDEIRO MARCOS LUNA
02	AL	TR	MANOEL TRIBUTINO (M. MAGO)	25/07	TRAB. RURAL	IBATEGUARA	FAZENDEIRO EUDÉSIO LAMENHA
03	BA	TE	ETELVINO CAMPOS (TETÉ)	24/08	POSSEIRO	VITÓRIA DA CONQUISTA	ERALDO LACERDA
04	MA	TE	DOMINGOS MENDES MARTINS	02/11	POSSEIRO	GRAJÁÚ	
05	MA	TE	FRANCISCO GERÔNIMO DA SILVA	03/12	DIRIGENTE STR	IMPERATRIZ	PISTOLEIROS
06	MA	TE	MANOEL DE JESUS	24/12	POSSEIRO	VITÓRIA DO MEARIM	PISTOLEIRO DE CARLINDO REIS CAVALCANTE
07	MA	TE	JOSÉ JORGE ANDRADE(PARAÍBA)	22/02	POSSEIRO	IMPERATRIZ	DOIS PISTOLEIROS
08	MA	TE	JUVENAL FERREIRA LIMA	31/10	POSSEIRO	SANTA LUZIA	2 PISTOLEIROS DO FAZENDEIRO FÁBIO A. BORGES
09	MA	TE	PEDRO ARAÚJO TEIXEIRA	13/04	DIR. SINDICAL	SÃO MATEUS	PISTOLEIROS
10	MA	TE	SEVERO DA SILVA	19/05	LAVRADOR	SANTA LUZIA	FAZENDEIRO ANTÔNIO BORGES E PISTOLEIROS
11	MG	TE	SECUNDINO SOARES COSTA, 73	13/04	PEQ. PROPRIETÁRIO	RIO POMBA	PEQ. PROP. SATURNINO SALVINO
12	MG	TE	SÔNIA, 17	/03	POSSEIRA	ANTÔNIO DIAS	
13	MG	TE	TEREZINHA CLARINDA DE OLIVEIRA	27/11	POSSEIRA	CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO	PREFEITO EDSON VIANA DIAS VEREADOR JOSÉ PEREIRA FILHO
14	MS	TE	JOSÉ ALVES VASCONCELOS, 39	11/06	MOTORISTA	AMAMBÁI	PISTOLEIROS
15	MS	TE	MANOEL GOMES (MANEZÃO), 36	12/11	LÍDER RURAL	AMAMBÁI	PISTOLEIRO
16	MT	TE	OÉLIO LOPES DE OLIVEIRA	15/08	COLONO	VERA	PISTOLEIROS DA FAMÍLIA SACKMANN
17	PA	TE	AGEU SOERO GOMES	/11	DIR. SINDICAL	CURIONÓPOLIS	PISTOLEIRO ANTÔNIO DO BALTAZAR, MANELÃO, JORGE, PELA PACA, ANTÔNIO PRESA DE ONÇA
18	PA	TE	JULIETA PEREIRA SURIANO	11/12	GARIMPEIRA	RIO MARIA	2 PISTOLEIROS E 1 VAQUEIRO
19	PA	TE	RAIMUNDO CRENTE	/02	POSSEIRO	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	PIST. PAISSANDU E FERREIRINHA
20	PA	TE	VILMAR BARBOSA LIMA, 21	23/12	POSSEIRO	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	PISTOLEIROS E FAZ. JOÃO BERNARDES
21	PA	TE	ANTÔNIO SIMÃO	/03	POSSEIRO	REPARTIMENTO	FAZ. JONAS PAULINO, PIST. MANOEL E ZÉ CAPIXABA
22	PA	TE	DOMINGOS MENDES CARDOSO	04/01	POSSEIRO	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	
23	PA	TE	JOÃO DE TAL (JOÃO DOIDO)	04/01	POSSEIRO	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	
24	PA	TE	JÚLIO MARINHO LOPES, 32	29/09	DIR. SINDICAL	MÃE DO RIO	PISTOLEIRO DO FAZ. "ZÉ MARRETA"
25	PA	TE	LOURIVAL C. RODRIGUES, 57	03/05	POSSEIRO	BARCARENA	FAZ. SEBASTIÃO RAMOS DIAS

Nº	UF	TIPO	NOME DA VÍTIMA/ IDADE	DATA	PROFISSÃO/CATEG.	CIDADE	INDÍCIOS DE AUTORIA
26	PA	TE	LUÍS	29/08	TRAB.RURAL	REPARTIMENTO	PISTOLEIROS
27	PA	TR	CARLOS ALBERTO REGO DE SOUZA	/09	PEÃO	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	
28	PA	TR	LÚZIO DE SOUZA SERTÃO	16/05	POSSEIRO	XINGUARA	SD-PM EDSON E GERENTE MILTON
29	PA	TR	PEÃO	/04	PEÃO	REPARTIMENTO	FAZENDEIRO DA PACAJAZINHO
30	PB	TE	EDUARDO ALVES DA COSTA, 63	30/01	POSSEIRO	LAGOA	JOSÉ FRANCISCO F. LIMA
31	PB	TE	JOSÉ RÔMULO	06/12	TRAB. RURAL	ARARUNA	PISTOLEIRO
32	PB	TR	ANTÔNIO CALIXTO DA SILVA, 57	23/10	TRAB. RURAL	CAAPORÃ	FAZ. ANÍSIO FREIRE DE MENDONÇA
33	PB	TR	SEVERINO ADELINO DE SOUSA	05/06	CANAVIEIRO	ALAGOA GRANDE	VIGIA JOSÉ ROSENO
34	PE	TR	ANTÔNIO PESSOA, 45	30/10	CANAVIEIRO	GOIANA	VIGIA JOSÉ FABRÍCIO
35	PE	TR	JOSÉ DE ANDRADE, 40	31/10	PEQ. PROPRIETÁRIO	GOIANA	PEDRÃO (CHEFE DE CAMPO)
36	PE	TR	JOSÉ FRANCISCO LINS, 48	21/09	CANAVIEIRO	BARREIROS	CAPATAZ VALDOMIRO
37	PE	TR	JOSENILSON JOSÉ DA SILVA	06/09	CANAVIEIRO	IPOJUCA	CAPATAZ JOSÉ FÉLIX
38	PI	TE	LUIS ARAÚJO (LUISÃO), 70	08/03	POSSEIRO	JOSÉ DE FREITAS	FAZENDEIRO VALTER FOLORINDO
39	PI	TE	PEDRO FELÍCIO DOS SANTOS	25/12	POSSEIRO	MIGUEL ALVES	PISTOLEIROS (EMPRESA SUL AMÉRICA)
40	PR	TE	AMÉRICO DOLORES MATOSO DE DEUS	16/08	PEQ. PROPRIETÁRIO	ALMIRANTE TAMANDARÉ	OLEVES GONÇALVES LOURENÇO (LEBRE) E FAZENDEIRO ARNALDO
41	PR	TE	JOSÉ ALVES MACHADO(JUCA PADRE)	23/12	POSSEIRO	PINHÃO	PISTOLEIROS ALCIDES MARINHO DE MELO (BIGODE), JOSÉ ALTAIR DE MELO, ALCENI DE MELO (MENOR), JEFERSON MEDE AMAZONAS DE MATOS
42	PR	TE	JOSÉ LEMES DE SOUZA, 47	24/11	DIRIGENTE STR	NOVA FÁTIMA	PISTOLEIRO JOÃO VELOSO, FAZENDEIRO HEITOR P. PEIXOTO
43	RJ	TE	VALDIR DE SOUZA VIEIRA, 23	29/05	PEQ. PROPRIETÁRIO	MAGÉ	PEQ. PROP. ERASMO GOMES E DOIS PISTOLEIROS
44	RS	TE	ANTÔNIO JOCELI CORREIA, 21	20/11	SEM-TERRA	SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	BRIGADA MILITAR
45	SE	TE	JOSÉ RENILSON DOS SANTOS, 32	27/07	LÍDER POSSEIRO	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	PISTOLEIROS
46	TO	TE	RAIMUNDO FERREIRA SOUZA, 40	09/02	POSSEIRO	ARAGUATINS	SEBASTIÃO (EMPREGADO DO DECA)

LEGENDA: TE = TERRA

TR = TRABALHISTA

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

## TENTATIVAS DE ASSASSINATOS EM 1992

Nº	UF	NOME DA VÍTIMA/ IDADE	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	CIDADE	INDÍCIOS DE AUTORIA
01	BA	ADAILTON DE SANTANA SANTOS	POSSEIRO	23/04/92	LAURO DE FREITAS	TRÊS VIGILANTES DA EMBASA
02	BA	JOSÉ CRISTINO DOS SANTOS	POSSEIRO	23/04/92	LAURO DE FREITAS	TRÊS VIGILANTES DA EMBASA
03	MA	NEUDSON CLAUDINO	COMERCIANTE (Pequenos)	03/12/92	IMPERATRIZ	PISTOLEIROS, FAZEND. HITLER E FOGOIO, CORONEL VENTURA-PM, HOMERO MARANHÃO-UDR
04	MA	VALDINAR PEREIRA BARROS	PRESIDENTE STR	03/12/92	IMPERATRIZ	PISTOLEIROS, FAZEND. HITLER E FOGOIO, CORONEL VENTURA-PM, HOMERO MARANHÃO-UDR
05	MA	VILSON BOB	OUTROS	03/12/92	IMPERATRIZ	PISTOLEIROS, FAZEND. HITLER E FOGOIO, CORONEL VENTURA-PM, HOMERO MARANHÃO-UDR
06	MG	GERALDA CLARINDA OLIVEIRA	POSSEIRA	27/11/92	CONC. DO MATO DENTRO	PREFEITO EDSON VIANA DIAS, JOSÉ PEREIRA FILHO- VER. ELEITO
07.	MG	GILMAR XAVIER DOS SANTOS	TRABALHADOR RURAL	11/08/92	BOCAIUVA	FUNCIONÁRIO DA INDUSTRIAL MALVINA, POLÍCIA MILITAR
08	MG	JOSÉ NERES DA SILVA	POSSEIRO	27/01/92	JANUÁRIA	FAZENDEIRO BENEDITO MURITIBA E JAGUNÇOS DE BENEDITO MURITIBA
09	MG	JULIO GOMES DA COSTA	TRABALHADOR RURAL	11/08/92	BOCAIUVA	FUNCIONÁRIO DA INDUSTRIAL MALVINA, POLÍCIA MILITAR
12	MS	3 SEM-TERRA	SEM-TERRA	11/01/92	TACURU	PISTOLEIROS
13	MS	CLAUDEMIR DA S. RODRIGUES	SEM-TERRA	30/07/92	RIO BRILHANTE	POLICIAIS CIVIS E MILITARES
14	MS	LIDIO ROSA DE JESUS	SEM-TERRA	30/07/92	RIO BRILHANTE	POLICIAIS CIVIS E MILITARES
15	MS	SEBASTIÃO R. DOS SANTOS	SEM-TERRA	25/07/92	RIO BRILHANTE	
19	MT	4 PEÕES	PEÃO DA FAZENDA	13/05/92	JUINA/CASTANHEIRA	CAPATAZ ARGEMIRO, ADM. DA FAZENDA
20	PA	ANTÔNIO SIMÃO DA SILVA	GARIMPEIRO	11/12/92	RIO MARIA	PISTOLEIROS DA FAZ. JACUTINGA
21	PA	EUGÊNIO LIRA DA CRUZ		21/05/92	PARAUPEBAS	DOIS PISTOLEIROS
22	PA	JOÃO SURIANO	GARIMPEIRO	11/12/92	RIO MARIA	PISTOLEIROS DA FAZ. JACUTINGA
23	PA	JOSÉ RAIMUNDO DE SOUZA		02/04/92	TAILÂNDIA	PISTOLEIRO GUIMBA, MADEIREIRO ISMAEL
24	PA	MARIA DO AMPARO	POSSEIRA	28/10/92	CONC. DO ARAGUAIA, RIO MARIA	PISTOLEIRO ZEZINHO
25	PA	NIVALDO VIEIRA NASCIMENTO	AGENTE PASTORAL DA CPT	13/08/92	CONC. DO ARAGUAIA	PISTOLEIRO, FAZEND. FRANCISCO DA SILVA RABELO
26	PA	WALDEMIR REIS DE OLIVEIRA	POSSEIRO	29/01/92	CASTANHAL	PISTOLEIRO, FAZENDEIRO DOMINGOS RANGEL
27	PB	FRANCISCO DE ASSIS SALES	POSSEIRO	07/03/92	ARARUNA	

Nº	UF	NOME DA VÍTIMA/ IDADE	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	CIDADE	INDÍCIOS DE AUTORIA
28	PB	GENILSA MARIA DA SILVA	POSSEIRA	07/03/92	ARARUNA	FAZENDEIRO R. NONATO LAGES, PISTOLEIRO DOMINGOS AGENOR
29	PI	HELENO PEREIRA	POSSEIRO	08/07/92	BARRAS	
30	PI	JOSÉ ALVES DE CARVALHO	POSSEIRO	22/01/92	FRANCINÓPOLIS	CINCO PISTOLEIROS, FAZENDEIRO EDMILSON CARVALHO
31	PR	JOSÉ ALVES MACHADO (JUCA)	POSSEIRO	19/12/92	PINHÃO	FAZENDEIROS ENIO KAMINSKI E ZATTAR, PISTOLEIROS JOÃO DE MATOS E BIGODE, DELEGADO DE POLÍCIA DINARTE VEIGA
32	PR	JOSÉ ARMANDO DE SOUZA	SEM-TERRA	24/11/92	NOVA FÁTIMA	PISTOLEIROS, FAZEND. HEITOR PENTEADO MELO PEIXOTO
33	RJ	DARCI SCARDINI	SEM-TERRA	21/07/92	ITAGUAÍ	PIST. MANUEL MALUCO E 8 JAGUNÇOS, FAZENDEIRO JORGE GARCIA
34	RJ	EDSON SOUZA VIEIRA	PEQUENO PROPRIETÁRIO	29/05/92	MAGÉ	PEQUENO PROPRIETÁRIO ERASMO GOMES, DOIS PISTOLEIROS DESCONHECIDOS
35	RJ	EDUARDO DA SILVA SANTOS	SEM-TERRA	21/07/92	ITAGUAÍ	PIST. MANUEL MALUCO E 8 JAGUNÇOS, FAZENDEIRO JORGE GARCIA
36	RJ	FERNANDO MOURA	POLÍTICO	21/07/92	ITAGUAÍ	PIST. MANUEL MALUCO E 8 JAGUNÇOS, FAZENDEIRO JORGE GARCIA
37	RJ	OSILIA TOSE	PEQUENO PROPRIETÁRIO	29/05/92	MAGÉ	PEQUENO PROPRIETÁRIO ERASMO GOMES, DOIS PISTOLEIROS DESCONHECIDOS
38	RJ	RAQUEL INÁCIO DE SOUZA	SEM-TERRA	21/07/92	ITAGUAÍ	PIST. MANUEL MALUCO E 8 JAGUNÇOS, FAZENDEIRO JORGE GARCIA
39	RJ	RICARDO SOUZA VIEIRA	PEQUENO PROPRIETÁRIO	29/05/92	MAGÉ	PEQUENO PROPRIETÁRIO ERASMO GOMES, DOIS PISTOLEIROS DESCONHECIDOS
40	RJ	VERA LÚCIA BRAGA ALVARENGA	PEQUENA PROPRIETÁRIA	29/05/92	MAGÉ	PEQUENO PROPRIETÁRIO ERASMO GOMES, DOIS PISTOLEIROS DESCONHECIDOS
41	SC	JOÃO JACINTO STEFE		18/07/92	MAFRA	FAZENDEIRO JOAQUIM PAES FARIAS
46	SP	5 CRIANÇAS SEM-TERRA	SEM-TERRA	20/02/92	MIRANTE DO PARANAPANEMA	DO FAZENDEIRO TIDEU GONÇALVES CAPATAZ ANTÔNIO SANDOVAL GONCALVES
47	TO	RAIMUNDO FERREIRA SOUZA	POSSEIRO	09/02/92	ARAGUATINS	PIST. SEBASTIÃO (EMPREGADO DO DECA)

## AMEAÇADOS DE MORTE EM 1992

Nº	UF	NOME DA VÍTIMA/ IDADE	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	CIDADE/ MUNICÍPIO	INDÍCIOS DE AUTORIA
1	AC	DELEGADO NILSON ALVES	DELEGADO DE POLÍCIA	/04/92	XAPURI	FAZ. DARLI ALVES DA SILVA
2	AC	ILZAMAR GADELHA MENDES	SERINGUEIRA	07/02/92	XAPURI	
3	A P	EDUARDO VILHENA	DIR. DO MOV. SINDICAL	/ /92	MACAPÁ	FAMÍLIA TORRINHA (FAZEND.)
4	AP	MOACIR JOSÉ SANTANA ALVES	PRESIDENTE STR	/ /92	MACAPÁ	FAMÍLIA TORRINHA (FAZEND.)
5	BA	AFONSO FÉLIX DA SILVA	PRESIDENTE STR	/12/92	CAPIM GROSSO	FAZ. THEÓCRITO CALIXTO DA CUNHA
6	BA	EDNALDO FELIPE DE SOUZA	ADVOGADO	11/10/92	BOM JESUS DA LAPA	
7	CE	ADALTO CLARINDO	DIR. DO MOV. SINDICAL	08/02/92	MASSAPÊ	EMPRESÁRIOS PLÍNIO CARNEIRO LIBERATO, JOSÉ EUCLIDES GOMES E FRANCISCO DAS CHAGAS ALBUQUERQUE
12	GO	5 CAMPONESES-PARCEIROS	PARCEIRO-MEEIRO	/05/92	BARRO ALTO	FAZ. ROBERTO BATISTA DE LUCENA, POLICIAIS MILITARES, 4 JAGUNÇOS PISTOLEIROS
13	GO	CLOVES CARDOSO DE OLIVEIRA	SEM-TERRA	25/05/92	BARRO ALTO	PISTOLEIROS
14	GO	GILDO MARQUES DE OLIVEIRA	SEM-TERRA	25/05/92	BARRO ALTO	PISTOLEIROS
15	MA	+ MANOEL DE JESUS	LIDERANÇA	/12/92	VITÓRIA DO MEARIM	FAZ. CARLINDO REIS CAVALCANTE
16	MA	AGOSTINHO NOLETO	POLÍTICO	/04/92	IMPERATRIZ	
17	MA	ANTÔNIO FRANCISCO	DIR. DO MOV. SINDICAL	22/02/92	IMPERATRIZ	DOIS PISTOLEIROS, POLÍCIA MILITAR, FAZENDEIROS E PISTOLEIROS
18	MA	CELSO SAMPAIO GOMES	ADVOGADO	16/07/92	SANTA LUZIA	JUIZ LUIS DE FRANÇA BELCHIOR
19	MA	CLOVES ALVES DE SOUSA	PRESIDENTE STR	/03/92	SANTA RITA	PISTOLEIROS DE WADY SAUAIA (FAZ.)
20	MA	DIOMEDES PEREIRA SANTOS	LIDERANÇA	/03/92	SANTA RITA	PISTOLEIROS DE WADY SAUAIA (FAZ.)
21	MA	DOM AFONSO FELIPE GREGORY	BISPO	/04/92	IMPERATRIZ	
22	MA	DOM RINO CARLESÍ	BISPO	/04/92	BALSAS	
23	MA	DOMINGOS DUTRA	DEP. ESTADUAL/ADVOGADO	/03/92	SANTA RITA	PISTOLEIROS DE WADY SAUAIA (FAZ.)
24	MA	DOMINGOS EDUARDO MARTINS	POSSEIRO	18/03/92	SANTA RITA	FAZENDEIRO SAVIGNY SAUAIA
25	MA	EXPEDITO PIRES DA COSTA	POSSEIRO	16/10/92	CHAPADA DO NORTE	FAZ. NILTON NEIVA DE FIGUEIREDO, ADV. JOSÉ TRANSFIGURAÇÃO FIGUEIREDO, JOAQUIM FÉLIX, RONALDO, ANTÔNIO DE CHICA, CAPATAZ JOÃO MUNIZ
26	MA	FRANCISCO RODRIGUES (CIVAL)	POSSEIRO	03/09/92	LAGO DA PEDRA E LAGO DO JUNCO	POLÍCIA MILITAR
27	MA	FRANCISCO RODRIGUES (MARCOS)	POSSEIRO	03/09/92	LAGO DA PEDRA E LAGO DO JUNCO	POLÍCIA MILITAR
29	MA	GERALDO E LUÍS CARLOS	POSSEIROS	22/02/92	IMPERATRIZ	DOIS PISTOLEIROS, POLÍCIA MILITAR, FAZENDEIROS E PISTOLEIROS, ANA LUCIA GONZAGA

Nº	UF	NOME DA VÍTIMA/ IDADE	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	CIDADE	INDÍCIOS DE AUTORIA
30	MA	GERVÁSIO PROTÁSIO JUNIOR	JUIZ	/03/92	SANTA RITA	PISTOLEIROS DE WADY SAUAIA (FAZ.)
31	MA	JOÃO DANIEL DA SILVA	ASSENTADO	/ /92	GRAJAÚ	FAZENDEIRO DR. WANDERLEI
32	MA	JOSÉ LÁZARO	POSSEIRO	/03/92	SANTA RITA	PISTOLEIROS DE WADY SAUAIA (FAZ.)
33	MA	JUAREZ MEDEIROS (PSB)	DEPUTADO ESTADUAL	/04/92	SÃO LUÍS	
34	MA	LUIS VILA NOVA	DEPUTADO ESTADUAL	18/04/92	SÃO LUÍS	
35	MA	OSVALDO MARINHO FERNANDES	PADRE	/03/92	SANTA RITA	PISTOLEIROS DE WADY SAUAIA (FAZ.)
36	MA	RAIMUNDO BATISTA (NONATO)	POSSEIRO	03/09/92	LAGO DA PEDRA E LAGO DO JUNCO	POLÍCIA MILITAR
37	MA	VALDINAR	PRESIDENTE STR	22/02/92	IMPERATRIZ	DOIS PISTOLEIROS, POLÍCIA MILITAR, FAZENDEIROS E PISTOLEIROS
38	MA	VALUZIA MARIA CUNHA SANTOS	ADVOGADA	16/07/92	SANTA LUZIA	JUIZ LUIS DE FRANÇA BELCHIOR
39	MG	GERALDO ESTEVES OLIVEIRA	POSSEIRO	/03/92	MARIANA	MARCUS VINICIUS M. ASSUMPÇÃO
40	MG	GRACIETE DE ARAÚJO	POSSEIRO	/03/92	MARIANA	MARCUS VINICIUS M. ASSUMPÇÃO
58	MS	18 SEM-TERRA	SEM-TERRA	19/05/92	RIO BRILHANTE	
61	MS	3 SEM-TERRA	SEM-TERRA	11/01/92	TACURU	PISTOLEIROS
63	MS	CASEIRO E SEU FILHO	OUTROS	25/07/92	TRÊS LAGOAS	
64	MS	DOM IZIDORO KOSINSKI	BISPO	25/07/92	TRÊS LAGOAS	
65	MS	ELIAS JOSÉ	PEÃO DA FAZENDA	/05/92	RIO BRILHANTE	"GATO" JOSÉ SEVERO
66	MS	FRANCISCO TENÓRIO	SEM-TERRA	19/05/92	RIO BRILHANTE	
67	MS	LEONICE TIBÚRCIO FREIRE	SEM-TERRA	24/05/92	AMAMBAI	
68	MS	ODETE MARIA FERRONATO	IGREJA CATÓLICA	24/05/92	AMAMBAI	
69	MS	ONORAIL JERÔNIMO DO PORTO	AGENTE DE PASTORAL	24/05/92	AMAMBAI	
70	MS	OSCAR DE OLIVEIRA	SEM-TERRA	24/05/92	AMAMBAI	
74	MS	4 SEM-TERRA	SEM-TERRA	19/05/92	RIO BRILHANTE	
75	MS	VALDIR CORREA	SEM-TERRA	24/05/92	AMAMBAI	
76	MS	VALDIR PERIUS	GOVERNO MUNICIPAL	24/05/92	AMAMBAI	
77	MS	VALENTIM TELLES	SEM-TERRA	24/05/92	AMAMBAI	
78	MT	FRANCISCO DA SILVA	POSSEIRO	20/04/92	RONDONÓPOLIS	VEREADOR JOLDEQUE SOARES GOMES
79	PA	* PE. PAULO JOANIL DA SILVA	PADRE	01/01/92	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	FAZ. PAULO MARIANO CALAIS, 7 PISTOLEIROS
81	PA	2 FILHOS DE JOAQUIM JUNIOR		10/06/92	RIO MARIA	2 POLICIAIS CIVIS, FAZ. JOSÉ ANTÔNIO MAGALHÃES ALMEIDA
82	PA	ADÃO BARBOSA DA SILVA	POSSEIRO	15/06/92	CONC. DO ARAGUAIA/ RIO MARIA	FAZ. FÁBIO ABREU VIEIRA POLÍCIA MILITAR
83	PA	ANTÔNIA ALVES RIBEIRO	POSSEIRA	16/01/92	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	FAZ. ROBERTO MARIANO DELEGADO DE POLÍCIA PAULO PAUXIS
84	PA	ANTÔNIO TELES SARAIVA	PRESIDENTE STR	/11/92	CURIONÓPOLIS	PIST. ANTÔNIO BALTAZAR E MANELÃO, PELA PACA E ANTÔNIO PRESA DE ONÇA

Nº	UF	NOME DA VÍTIMA/ IDADE	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	CIDADE	INDÍCIOS DE AUTORIA
85	PA	ATANAGILDO DE DEUS (GATÃO)	FED. DOS TRAB. DA AGRIC.	19/01/92	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	FAZ. PAULO MARIANO CALAIS, DELEGADO DE POLÍCIA DE MARABÁ
86	PA	CARLOS CABRAL	PRESIDENTE STR	16/01/92	RIO MARIA	
87	PA	CLODOMIR ASSIS ARAÚJO	PROMOTOR	24/10/92	ANANINDEUA	
88	PA	DELEGADO DILERMANDO GOMES	DELEGADO DE POLÍCIA	25/08/92	BELÉM	PIST. ROBERTO CIRINO DE OLIVEIRA
89	PA	EXPEDITO PINHEIRO CASTRO	POSSEIRO	19/01/92	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	FAZ. PAULO MARIANO CALAIS
90	PA	FABRICIA BARBOSA DA SILVA	POSSEIRA	15/06/92	CONC. DO ARAGUAIA/ RIO MARIA	FAZ. FÁBIO ABREU VIEIRA POLÍCIA MILITAR
91	PA	FRANCISCO LIMA DA SILVA	POSSEIRO	/08/92	CONC. DO ARAGUAIA/ RIO MARIA	POLÍCIA MILITAR
92	PA	GERALDO ALMEIDA FERREIRA	COM. PAST. DA TERRA-CPT	16/01/92	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	FAZ. ROBERTO MARIANO DELEGADO DE POLÍCIA PAULO PAUXIS
93	PA	HÉLIO ALVES PACHECO	POSSEIRO	/08/92	CONC. DO ARAGUAIA/ RIO MARIA	POLÍCIA MILITAR, "CABO DE TURMA" SEVERINO DO RAMO
94	PA	JOÃO ALVES BARROSO	POSSEIRO	12/08/92	CONC. DO ARAGUAIA	FAZ. FRANCISCO DA SILVA RABELO
95	PA	JOSÉ BARBOSA	POSSEIRO	12/08/92	CONC. DO ARAGUAIA	FAZ. FRANCISCO DA SILVA RABELO
96	PA	JOSÉ RAIMUNDO DE SOUZA		02/04/92	TAILÂNDIA	PISTOLEIRO GUIMBA, MADEIREIRO ISMAEL
97	PA	JOSÉ VALDONEZ DE SOUZA	PEÃO DA FAZENDA	17/10/92	SÃO FÉLIX DO XINGU	"GATO" ANTÔNIO ROBSON, GERENTE DA FAZENDA JAPONESA
98	PA	LOURIVAL CARDOSO RODRIGUES	POSSEIRO	03/05/92	BARCARENA	FAZENDEIRO SEBASTIÃO RAMOS DIAS
99	PA	LUÍS CARLOS GOMES VIANA	POSSEIRO	02/04/92	TAILÂNDIA	PISTOLEIRO GUIMBA, MADEIREIRO ISMAEL
100	PA	MANOEL DE SOUZA	POSSEIRO	/10/92	REPARTIMENTO	JOSÉ FILOMENO LISBOA
101	PA	MANOEL PEREIRA LOPES	DIR. DO MOVIM. SINDICAL	12/08/92	CONC. DO ARAGUAIA	FAZ. FRANCISCO DA SILVA RABELO
102	PA	MANOEL RODRIGUES	POSSEIRO	15/06/92	CONC. DO ARAGUAIA/ RIO MARIA	FAZ. FÁBIO ABREU VIEIRA POLÍCIA MILITAR
103	PA	MANOELZINHO	VEREADOR	02/04/92	TAILÂNDIA	PISTOLEIRO GUIMBA, MADEIREIRO ISMAEL
104	PA	MARIA GORETE SOUZA CARDOSO	POSSEIRA	16/01/92	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	FAZ. ROBERTO MARIANO DELEGADO DE POLÍCIA PAULO PAUXIS
105	PA	MARIA JOSÉ DA SILVA	POSSEIRA	/01/92	CONC. DO ARAGUAIA/ RIO MARIA	FAZ. FÁBIO VIEIRA DE ABREU PISTOLEIROS JOÃO DE MATOS E BIGODE, DELEGADO DE POLÍCIA DINARTE VEIGA
106	PA	MESSIAS RODRIGUES	POSSEIRO	15/06/92	CONC. DO ARAGUAIA/ RIO MARIA	FAZ. FÁBIO ABREU VIEIRA POLÍCIA MILITAR
107	PA	MIGUELITO	VEREADOR	01/01/92	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	FAZ. PAULO MARIANO CALAIS 7 PISTOLEIROS

Nº	UF	NOME DA VÍTIMA/ IDADE	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	CIDADE	INDÍCIOS DE AUTORIA
108	PA	NILVAN LIRA AGUIAR	PEÃO DA FAZENDA	17/10/92	SÃO FÉLIX DO XINGU	"GATO" ANTÔNIO ROBSON, GERENTE DA FAZENDA JAPONESA
109	PA	NIVALDO VIEIRA NASCIMENTO	COM. PAST. DA TERRA-CPT	12/08/92	CONC. DO ARAGUAIA	FAZ. FRANCISCO DA SILVA RABELO
110	PA	ONEIDE BARBOSA DA SILVA	POSSEIRA	15/06/92	CONC. DO ARAGUAIA/ RIO MARIA	FAZ. FÁBIO ABREU VIEIRA POLÍCIA MILITAR
111	PA	ORLANDO CANUTO	DIR. DO MOV. SINDICAL	16/01/92	RIO MARIA	
112	PA	PEDRO MERCIDES DA COSTA	DIR. DO MOV. SINDICAL	09/01/92	TAILÂNDIA	FAZ. NELSON PEREIRA/ ANA LÚCIA GONZAGA
113	PA	POSSEIRO VICENTE	POSSEIRO	01/01/92	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	FAZ. PAULO MARIANO CALAIS 7 PISTOLEIROS
114	PA	RICARDO REZENDE FIGUEIRA	PADRE - CPT	10/04/92	RIO MARIA	
115	PA	ROBERTO NETO DA SILVA	DIR. DO MOV. SINDICAL	16/01/92	RIO MARIA	
116	PA	ROSANA DA SILVA	POSSEIRA	10/06/92	RIO MARIA	2 POLICIAIS CIVIS, FAZ. JOSÉ ANTÔNIO MAGALHÃES ALMEIDA
117	PA	SALVADOR FERREIRA DE SOUZA	POSSEIRO	01/01/92	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	FAZ. PAULO MARIANO CALAIS 7 PISTOLEIROS
118	PA	SEBASTIÃO VIEIRA	VEREADOR	27/01/92	RIO MARIA	PREFEITO TIÃO ARANHA
119	PA	UM PEÃO TESTEMUNHA	PEÃO DA FAZENDA	17/01/92	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	FAZ. PAULO MARIANO CALAIS
120	PA	VALTER RODRIGUES PEIXOTO	PRESIDENTE STR	12/08/92	CONC. DO ARAGUAIA	FAZ. FRANCISCO DA SILVA RABELO
121	PB	* JOÃO ANTÔNIO ALVES	PRESIDENTE	20/08/92	STR	SAPÉ ARRENDATÁRIO DA USINA
122	PB	+ ANTÔNIO CALIXTO DA SILVA	TRABALHADOR RURAL	/10/92	CAAPORÃ	FAZ. ANÍSIO FREIRE DE MENDONÇA
123	PB	EDMILSON DE LIMA	TRABALHADOR RURAL	22/08/92	CRUZ DO ESP. SANTO	CAPATAZ ANTÔNIO BENEDITO
124	PB	JOÃO MARIA GAUCHI	BISPO	14/10/92	MOGEIRO	70 POLICIAIS, CAPATAZ E CAPANGAS
132	PI	8 FILHOS DE HELENO PEREIRA	POSSEIRO	/ /92	BARRAS	FAZ. RAIMUNDO NONATO LAGES (ALVES)
133	PI	HELENO PEREIRA	POSSEIRO	/ /92	BARRAS	FAZ. RAIMUNDO NONATO LAGES (ALVES)
134	PI	OSVALDO GOMES DA SILVA	DIR. DO MOV. SINDICAL	/ /92	ALTOS	FAZ. JOSÉ A. CANAMARI RIBEIRO
135	PR	+ JOSÉ ALVES MACHADO (JUCA)	POSSEIRO	19/12/92	PINHÃO	FAZENDEIRO ENIO KAMINSKI E ZATTAR
137	PR	2 ACAMPADOS	SEM-TERRA	19/05/92	MANGUEIRINHA	PISTOLEIROS
138	PR	ALCIDES MIOTTO	MOV. TRAB. SEM-TERRA	19/05/92	MANGUEIRINHA	PISTOLEIROS
139	PR	ARI MANFROI	LIDERANÇA	/09/92	PINHÃO	PISTOLEIROS DA ZATTAR
140	PR	PADRE EDSON DUPSK	PADRE	/09/92	PINHÃO	PISTOLEIROS DA ZATTAR
141	PR	PEDRO XAVIER DIAS	SEM-TERRA	31/07/92	IBAITI	PISTOLEIROS
142	RJ	PEÃO (MENOR)	PEÃO DA FAZENDA	/03/92	CACHOEIRAS DO MACACU	CAPATAZES DA FAZENDA
143	RS	ÊNIO BOHNEMBERGER	MOV. TRAB. SEM-TERRA	23/09/92	SANTO ANGELO/ SÃO MIGUEL MISSÕES	BRIGADA MILITAR

Nº	UF	NOME DA VÍTIMA/ IDADE	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	CIDADE	INDÍCIOS DE AUTORIA
144	SC	ARI ANTÔNIO DE OLIVEIRA	PEQUENO PROPRIETÁRIO	06/08/92	CHAPECÓ	POLÍCIA MILITAR
145	SC	ARI ANTÔNIO PAGNONCELLI	PEQUENO PROPRIETÁRIO	06/08/92	CHAPECÓ	POLÍCIA MILITAR
146	SC	EDEMIR LUIZ PEZENATTO	PEQUENO PROPRIETÁRIO	06/08/92	CHAPECÓ	POLÍCIA MILITAR
147	SC	NOEL RODRIGUES	PEQUENO PROPRIETÁRIO	06/08/92	CHAPECÓ	POLÍCIA MILITAR
148	SC	PEDRO PEDROTTI	PEQUENO PROPRIETÁRIO	06/08/92	CHAPECÓ	POLÍCIA MILITAR
149	SC	RENI PANSERA	PEQUENO PROPRIETÁRIO	06/08/92	CHAPECÓ	POLÍCIA MILITAR
150	SE	ADVOGADA DRA. MARIZA	ADVOGADA	09/06/92	JAPOATÃ	
151	SE	CICERO DA CONCEIÇÃO SANTOS	TRABALHADOR RURAL	16/05/92	NEÓPOLIS	15 HOMENS DA USINA GRANDE VALE
153	SE	DOIS FILHOS DE FRANCISCO	POSSEIRO	09/06/92	JAPOATÃ	
154	SE	FRANCISCO	POSSEIRO	09/06/92	JAPOATÃ	
155	SE	MARIA ADALGISA CONCEIÇÃO	TRABALHADORA RURAL	16/05/92	NEÓPOLIS	15 HOMENS DA USINA GRANDE VALE
156	SE	MULHER DE FRANCISCO	POSSEIRA	09/06/92	JAPOATÃ	
157	SE	RAFAEL JOSÉ DOS SANTOS	TRABALHADOR RURAL	16/05/92	NEÓPOLIS	15 HOMENS DA USINA GRANDE VALE
158	SE	TIO DE FRANCISCO	POSSEIRO	09/06/92	JAPOATÃ	
159	TO	ESPOSA DE RAIMUNDO NONATO	POSSEIRA	02/09/92	MIRANORTE	11 POLICIAIS E 2 OF. DE JUSTIÇA
160	TO	JOÃO BORGES PIRES	POSSEIRO	24/01/92	COUTO DE MAGALHÃES	FAZ. JERUSE PIRES MARINHO
161	TO	MANOEL DO AMPARO FERREIRA	POSSEIRO	02/09/92	MIRANORTE	11 POLICIAIS E 2 OF. DE JUSTIÇA
162	TO	ODILON HONORATO DE JESUS	POSSEIRO	02/09/92	MIRANORTE	11 POLICIAIS E 2 OF. DE JUSTIÇA
163	TO	RAIMUNDO NONATO DIAS	POSSEIRO	02/09/92	MIRANORTE	11 POLICIAIS E 2 OF. DE JUSTIÇA
164	TO	VALDINEIS FERREIRA DA SILVA	POSSEIRO	02/09/92	MIRANORTE	11 POLICIAIS E 2 OF. DE JUSTIÇA

LEGENDA: + Pessoa já assassinada

\* Pessoa que sofreu ameaça mais de uma vez

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

## MORTES POR ACIDENTES EM 1992

Nº	UF	MUNICÍPIO	NOME	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA
1	AL	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	CÍCERO ROBERTO	TRABALHADOR RURAL	18/11/92
2	AL	JAPARATINGA	AMARO BONIFÁCIO DO NASC.	BÓIA-FRIA	/06/92
3	AL	PORTO CALVO	JOSÉ MALAQUIAS DA SILVA	TRABALHADOR RURAL	25/11/92
4	BA	MEDEIROS NETO	SEVERINO E. A. DE OLIVEIRA	TRABALHADOR RURAL	03/05/92
5	MS	RIBAS DO RIO PARDO/ ÁGUA CLARA	EDIMARCOS DOS SANTOS SILVA	PEÃO DA FAZENDA	03/01/92
6	MS	RIBAS DO RIO PARDO/ ÁGUA CLARA	JOSÉ TALINTO DE CARVALHO	PEÃO DA FAZENDA	03/01/92
7	MS	RIBAS DO RIO PARDO/ ÁGUA CLARA	ARISTEU FERREZE	PEÃO DA FAZENDA	03/01/92
8	MS	RIBAS DO RIO PARDO/ ÁGUA CLARA	JOSÉ RITO ALVES	PEÃO DA FAZENDA	04/02/92
9	MS	RIBAS DO RIO PARDO/ ÁGUA CLARA	CLARICE	PEÃO DA FAZENDA	04/02/92
11	MS	RIBAS DO RIO PARDO/ ÁGUA CLARA	2 FILHOS DE CLARICE E JOSÉ	PEÃO DA FAZENDA	04/02/92

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

## MORTES DE BÓIAS-FRIAS EM 1992 (ACIDENTES NO TRANSPORTE)

Nº.	UF	MUNICÍPIO	NOME	DATA
1	AL	SÃO SEBASTIÃO	JORGE LÚCIO DOS SANTOS	04/05/92
2	AL	SÃO SEBASTIÃO	JONIVAL DE OLIVEIRA	04/05/92
3	AL	SÃO SEBASTIÃO	MARIA SALETE PEREIRA	04/05/92
4	AL	SÃO SEBASTIÃO	LUIZ MANOEL GERMANO	04/05/92
5	AL	SÃO SEBASTIÃO	MARIA JÚLIA B. DE SOUZA	04/05/92
6	AL	SÃO SEBASTIÃO	JOÃO BEZERRA	04/05/92
7	AL	SÃO SEBASTIÃO	JÚLIO MANOEL GERMANO	04/05/92
8	AL	SÃO SEBASTIÃO	JOSÉ LUIZ DA SILVA	04/05/92
9	AL	SÃO SEBASTIÃO	JOSÉ ALEXANDRE PEREIRA	04/05/92
10	AL	SÃO SEBASTIÃO	PAULO FERREIRA DE CARVALHO	04/05/92
11	AL	SÃO SEBASTIÃO	MANOEL AUGUSTO DA SILVA	04/05/92
12	AL	SÃO SEBASTIÃO	MANOEL FERREIRA OLIVEIRA	04/05/92
13	AL	SÃO SEBASTIÃO	ANTÔNIA DUARTE DA COSTA	04/05/92
14	AL	SÃO SEBASTIÃO	ELIANE DUARTE DA COSTA	04/05/92
15	AL	SÃO SEBASTIÃO	MARIA ALICE D. DA COSTA	04/05/92
16	AL	SÃO SEBASTIÃO	BENEDITO DUARTE DA COSTA	04/05/92
17	AL	SÃO SEBASTIÃO	JOSÉ CARLOS D. DA COSTA	04/05/92
18	AL	SÃO SEBASTIÃO	MARIA DUARTE DA COSTA	04/05/92
20	AL	SÃO SEBASTIÃO	2 CRIANÇAS NÃO-IDENTIF.	04/05/92
21	AL	SÃO SEBASTIÃO	ALICE BORGES DA SILVA	04/05/92
22	AL	SÃO SEBASTIÃO	MARIA RITA DOS SANTOS	04/05/92

Nº.	UF	MUNICÍPIO	NOME	DATA
23	BA	TAPIRAMUTÁ	FRANCISCO FERREIRA SILVA	22/06/92
31	BA	JOÃO DOURADO	8 TRABALHADORES RURAIS	02/10/92
32	PR	IVAIPORÃ	MAURO EMILIANO	08/04/92
33	PR	IVAIPORÃ	JOÃO RIBEIRO DE SOUZA	08/04/92
34	PR	SANTA FÉ	MARCELO APARECIDO MARQUES	07/05/92
35	PR	SANTA FÉ	VICENTINA CONCEIÇÃO SANTOS	07/05/92
36	PR	SANTA FÉ	DJANIRA MARIA TELES	07/05/92
37	PR	SANTA FÉ	EDEVAIR CAMILA OLIVEIRA	07/05/92
38	PR	SANTA FÉ	ROSILENE ALVES DE SOUZA	07/05/92
39	PR	SANTA FÉ	JOSÉ APARECIDO SOUTO	07/05/92
40	PR	CIDADE GAÚCHA	MIGUEL PEREIRA DA SILVA	30/09/92
41	PR	CIDADE GAÚCHA	CÍCERO MIRANDA	30/09/92
42	PR	CIDADE GAÚCHA	JOSÉ JÚLIO ROCHA	30/09/92
43	PR	CIDADE GAÚCHA	LUIZ DE MOURA	30/09/92
44	PR	TOLEDO	ODACIR RODRIGUES	/ /92

Fontes: Setor de Documentação da CPT Nacional

## ÍNDIOS ASSASSINADOS EM 1992

Autoria: não-índio

Nome	Povo	AI	UF	Causa	Providência
Augusto Pereira	Guajajara	Cana Brava	MA	terra	inq. policial
Roberval	Guajajara	Araribóia	MA	terra	-
Francisca Carlos	Guajajara	Morro Branco	MA	crime passional	-
Yaduce	Yanomami	Yanomami	RR	garimpo	inq. policial
Nelson de Lima	Wapixana	São Marcos	RR	terra	inq. policial
Aristódio Silva	Makuxi	Rap/S do Sol	RR	terra	inq. policial
—	Makuxi	Rap/S do Sol	RR	garimpo	-
Alfredo Araújo	Maku Kanã	Kama-Maku	AM	-	inq. policial
Karanohudja	Guajá	Awá	MA	terra	-
Domingo Paulino	Gv Pukobyê	Governador	MA	madeira	inq. policial
Florian Alípio	Kaingang	Xapecó	SC	-	prisão flag.
José E. R. Bispo	Xucuru	Xucuru	PE	terra	inq. policial

Fonte: Cimi

# FONTES DE PESQUISA — 1992

- A Crítica – Campo Grande – MS  
A Gazeta – Rio Branco – AC  
A Gazeta – Vitória – ES  
A Notícia – Florianópolis – SC  
A Província do Pará – Belém – PA  
A Tarde – Salvador – BA  
A Tribuna – Porto Velho – RO  
A Tribuna – Vitória – ES  
Aconteceu CEDI – RJ  
Afinal – São Paulo – SP  
AGEN-Fax – São Paulo – SP  
Alto Madeira – Porto Velho – RO  
Alvorada – São Félix do Araguaia – MT  
Anistia Internacional – Londres – Inglaterra  
Anunciando e Defendendo – Ji-Paraná – RO  
Aroeira-CPT – Cuiabá – MT  
Boletim da CPT Nacional – Goiânia – GO  
Boletim da CPT-AL – Maceió – AL  
Boletim da CPT-ES – Vitória – ES  
Boletim da CPT-SP – São Paulo – SP  
Boletim do MNDH – Petrópolis – RJ  
Boletim Nacional da PO – Duque de Caxias – RJ  
Boletim Solidariedade – Porto Feliz – SP  
Cadernos do Terceiro Mundo – Rio de Janeiro – RJ  
Caminhada – Goiás – GO  
Caminhar Juntos – Juazeiro – BA  
Cheiro de Terra-CPT – Florianópolis – SC  
CNBB – Boletim e Informes – Brasília – DF  
Correio Braziliense – Brasília – DF  
Correio da Bahia – Salvador – BA  
Correio da Manhã – Manaus – AM  
Correio da Paraíba – João Pessoa – PB  
Correio de Notícias – Curitiba – PR  
Correio do Estado – Campo Grande – MS  
Correio do Povo – Porto Alegre – RS  
Correio Popular – Recife – PE  
Declarações e Informes dos 20 Regionais da CPT  
Depoimentos pessoais de camponeses e peões  
Diário Catarinense – Florianópolis – SC  
Diário da Manhã – Goiânia – GO  
Diário da Serra – Campo Grande – MS  
Diário da Tarde – Vitória – ES  
Diário de Cuiabá – Cuiabá – MT  
Diário de Minas – Belo Horizonte – MG  
Diário de Natal – Natal – RN  
Diário de Pernambuco – Recife – PE  
Diário do Nordeste – Fortaleza – CE  
Diário do Pará – Belém – PA  
Diário do Povo – Teresina – PI  
Disparada – Natal – RN  
Encontro com as Comunidades – Propriá – SE  
Folha de Londrina – Londrina – PR  
Folha de S. Paulo – São Paulo – SP  
Folha do Norte – Manaus – AM  
Folha do Paraná – Curitiba – PR  
Folha do Pernambuco – Recife – PE  
Força Jovem – S.L.M. Belos – GO  
Gazeta de Alagoas – Maceió – AL  
Gazeta Mercantil – São Paulo – SP  
Grito do Nordeste – Recife – PE  
História do Chão-CPT – Fortaleza – CE  
Hoje em Dia – Belo Horizonte – MG  
Igreja de Araçuaí – Araçuaí – MG  
Inf. parlamentares estaduais e federais  
Inf. Jurídico Com. Pró-Índio – São Paulo – SP  
Informação – IECLB – Porto Alegre – RS  
Informativo – Inesc – Brasília – DF  
Informativos Rio Maria – Rio Maria – PA  
IstoÉ – São Paulo – SP  
Jornal da Bahia – Salvador – BA  
Jornal da Cidade – Campo Grande – MS  
Jornal da Manhã – Campo Grande – MS

Jornal da Manhã – Teresina – PI  
 Jornal da Tarde – São Paulo – SP  
 Jornal de Alagoas – Maceió – AL  
 Jornal de Barretos – Barretos – SP  
 Jornal de Brasília – Brasília – DF  
 Jornal de Hoje – São Luís – MA  
 Jornal de Minas – Belo Horizonte – MG  
 Jornal de Opinião – Belo Horizonte – MG  
 Jornal de Santa Catarina – Florianópolis – SC  
 Jornal do Brasil – Rio de Janeiro – RJ  
 Jornal do Comércio – Recife – PE  
 Jornal do Dia – Cuiabá – MT  
 Jornal do Estado – Curitiba – PR  
 Jornal dos Direitos Humanos – São Paulo – SP  
 Jornal dos Mov. Populares – Campo Grande – MS  
 Jornal dos Trab. Sem Terra – São Paulo – SP  
 Jornal Indústria e Comércio – Curitiba – PR  
 Mira Mirá – Manaus – AM  
 Mundo Jovem – Porto Alegre – RS  
 Mutirão da Vida – João Pessoa – PB  
 NewsWeek – EUA  
 Notícias da Terra- CPT – Goiânia – GO  
 O Combate – João Pessoa – PB  
 O Debate – São Luís – MA  
 O Dia – Rio de Janeiro – RJ  
 O Dia – Teresina – PI  
 O Estado – Florianópolis – SC  
 O Estado – Teresina – PI  
 O Estado de Minas – Belo Horizonte – MG  
 O Estado de S. Paulo – São Paulo – SP  
 O Estado do Mato Grosso – Cuiabá – MT  
 O Estado do Norte – Porto Velho – RO  
 O Estado do Paraná – Curitiba – PR  
 O Estado do Tocantins – Palmas – TO  
 O Globo – Rio de Janeiro – RJ  
 O Guaporé – RO  
 O Imparcial – São Luís – MA  
 O Lavrador-CPT – Teresina – PI  
 O Liberal – Belém – PA  
 O Migrante – Ji-Paraná – RO  
 O Momento – João Pessoa – PB  
 O Norte – João Pessoa – PB  
 O Norte – Montes Claros – MG  
 O Paraná – Cascavel – PR  
 O Pequeno – São Luís – MA  
 O Plantador-CPT – Goiânia – GO  
 O Popular – Goiânia – GO  
 O Pote-CPT – Paraíso – TO  
 O Povo – Fortaleza – CE  
 O Rio Branco – Rio Branco – AC  
 O Roceiro – Crateús – CE  
 O São Paulo – São Paulo – SP  
 O Trabalhador Rural (Contag) – Brasília – DF  
 Pax Christi Internacional – Bruxelas – Bélgica  
 Pelejando – Belo Horizonte – MG  
 Políticas Governamentais – Rio de Janeiro – RJ  
 Porantim (Cimi) – Brasília – DF  
 Povo da Terra – Macapá – AP  
 Quinzena (CPV) – São Paulo – SP  
 Sem Fronteiras – São Paulo – SP  
 Sinais dos Tempos – Imperatriz – MA  
 Tempo e Presença – São Paulo – SP  
 Tempos Novos-CPT – São Luís – MA  
 Tribuna da Bahia – Salvador – BA  
 Tribuna de Minas – Belo Horizonte – MG  
 Tribuna do Mucuri – Teófilo Otoni- MG  
 Tupari (GTME) – Porto Velho – RO  
 Última Hora – Rio de Janeiro – RJ  
 Vai e Vem – São Paulo – SP  
 Veja – São Paulo – SP  
 Zero Hora – Porto Alegre – RS

# SIGLAS

Abra	- Associação Brasileira de Reforma Agrária	Funai	- Fundação Nacional de Apoio ao Índio
Acaram	- Articulação Central das Associações Rurais de Ajuda Mútua	G 7	- Grupo dos Sete Países mais Ricos
AGF	- Aquisições do Governo Federal	GATT	- Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
Ajup	- Apoio Jurídico Popular	Ibama	- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
Apaco	- Associação da Pequena Agricultura do Oeste Catarinense	IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Basa	- Banco da Amazônia S/A	IECLB	- Igreja Evang. de Confissão Luterana no Brasil
Beron	- Banco do Estado de Rondônia	Ifas	- Instituto de Formação e Assessoria Sindical "Sebastião Rosa da Paz"
CDDPH	- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça	Incra	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
CE	- Comunidade Européia	INSS	- Instituto Social de Seguridade Social
CEBs	- Comunidades Eclesiais de Base	Mara	- Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
Cedi	- Centro Ecumênico de Documentação e Informação	MEB	- Movimento de Educação de Base
CEM	- Centro de Estudos Migratórios	Mercosul	- Mercado Comum dos Países do Cone Sul
Cepal	- Comissão Econômica para a América Latina	Mirad	- Ministério de Reforma Agrária e Desenvolvimento
Cese	- Coordenadoria Ecumênica de Serviços	MOPS	- Movimento Popular de Saúde
Cidse	- Conferência Internacional para o Desenvolvimento e Solidariedade	MST	- Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Cimi	- Conselho Indigenista Missionário	OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho	OEA	- Organização dos Estados Americanos
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	OIT	- Organização Internacional do Trabalho
CNPT	- Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (Ibama)	ONG	- Organização Não-Governamental
CNUMAD	- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	ONU	- Organização das Nações Unidas
Conic	- Conselho Nacional de Igrejas Cristãs	PEA	- População Economicamente Ativa
Contag	- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Perfor	- Programa de Erradicação do Trabalho Forçado e do Aliciamento de Trabalhadores
CPI	- Comissão Parlamentar de Inquérito	PIB	- Produto Interno Bruto
CUT	- Central Única dos Trabalhadores	Planafloro	- Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
Dieese	- Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Sociais	PNMA	- Programa Nacional do Meio Ambiente
DRT	- Delegacia Regional do Trabalho	PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ECO-92	- (ver CNUMAD)	Prodeagro	- Programa de Desenvolvimento Agroecológico (Mato Grosso)
EGF	- Empréstimos do Governo Federal	PT	- Partido dos Trabalhadores
Embrapa	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Reca	- Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Acre)
EUA	- Estados Unidos da América	Rio-92	- (ver CNUMAD)
FAO	- Food and Agriculture Organization (EUA)	Seama	- Secretaria do Estado para Assuntos do Meio Ambiente (ES)
Fase	- Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional	Secodid	- Secretaria de Coordenação e Defesa dos Direitos Individuais e Interesses Difusos
FCO	- Fundo Constitucional para o Centro Oeste	Serpaj	- Serviço Paz e Justiça
Fetaeg	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás	SMDDH	- Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
Fida	- Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (ONU)	STR	- Sindicato de Trabalhadores Rurais
FMI	- Fundo Monetário Internacional	Sudam	- Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
FNE	- Fundo Constitucional para o Nordeste	TDA	- Título da Dívida Agrária
FNO	- Fundo Constitucional para o Norte	UDR	- União Democrática Ruralista
Formad	- Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento	USP	- Universidade de São Paulo

# CPT NO BRASIL

## SECRETARIADO NACIONAL

Rua 19, N° 35, 1° andar – Centro – Cx. P. 749  
74001-970 – Goiânia – GO  
TEL: 062-224.4436/ FAX: 062-225.4967  
Alternex: cptnac

## CPT – ACRE

Cx. P. 522 – 69908-970 – Rio Branco – AC  
TEL/FAX: 068-224.2193  
Alternex: cptac

## CPT – AMAZONAS/RORAIMA

Rua Tapajós, 54 – Cx. P. 369  
69025-140 – Manaus – AM  
TEL/FAX: 092-233.0322

## CPT – ARAGUAIA/TOCANTINS

Rua 7 de setembro, 800 – Cx. P. 105  
77600-000 – Paraíso – TO  
TEL/FAX: 063-861-1110  
Alternex: cptartoc

## CPT – BAHIA/SERGIPE

Rua General Labatut, 78 – Barris  
40070-100 Salvador – BA  
TEL: 071-321.4672/ FAX: 071-321.4683

## CPT – CEARÁ

Praça Farias Brito, 6 – Cx. P. 171  
60011-280 – Fortaleza – BA  
TEL/FAX: 085-243.1013

## CPT – ESPÍRITO SANTO

Cx. P. 165 – 29930-000 – São Mateus – ES  
TEL: 027-763.3505

## CPT – GOIÁS

Rua 19, n° 35, 1° andar, Centro – Cx. P. 749  
74001-970 – Goiânia – GO  
TEL: 062-223.5724/ FAX: 062-225.4967

## CPT – MARANHÃO

Cx. P. 351  
65001-970 – São Luís – MA  
TEL/Fax: 098-222.4243  
Alternex: cptma

## CPT – MATO GROSSO

Rua Amambaí, 160 – Cx. P. 951  
78048-460 – CUIABÁ-MT  
TEL: 065-323.2508

## CPT – MATO GROSSO DO SUL

Rua Nicolau Frageli, 71 – Cx. P. 2217  
79008-570 – Campo Grande – MS  
TEL/FAX: 067-624.7729

## CPT – MINAS GERAIS

Rua Eurita, 516 – Bairro Santa Tereza  
31010-210 – Belo Horizonte – MG  
TEL: 031- 467.4311  
Alternex: cptmg

## CPT – NORDESTE

Rua Gervásio Pires, 435 – Boa Vista  
50050-070 – Recife – PE  
TEL: 081-231.4445

## CPT – PARÁ/AMAPÁ

Rua Barão do Triunfo, 3151 – Marco – Cx. P. 1505  
66093-050 – Belém – PA  
TEL/FAX: 091-226.5258  
Alternex: cptpa

## CPT – PARANÁ

Rua Paula Gomes, 703, 1° andar – Cx. P. 2311  
80510-070 – Curitiba – PR  
TEL/FAX: 041-2247433  
Alternex: cptpr

## CPT – PIAUÍ

Rua Firmino Pires, 379-SLS 302/322 – Cx. P. 458  
64001-070 – Teresina – PI  
TEL: 086-222.4555

## CPT – RIO DE JANEIRO

Rua Santo Amaro, 191 – Glória – Cx. P. 1243  
20001-970 – RIO DE JANEIRO-RJ  
TEL: 021-232.0495/ FAX: 021-221.4109

## CPT – RIO GRANDE DO SUL

Rua José Maria de Carvalho, 221 – Vila Ipiranga  
91360-000 Porto Alegre – RS  
TEL: 051-344.4415  
alternex: cptrs

## CPT – RONDÔNIA

Rua Gonçalves Dias, 288 – Cx. P. 1051  
78900-970 – Porto Velho – RO  
TEL: 069-221.2001/ FAX: 069-223.1135  
Alternex: cptro

## CPT – SANTA CATARINA

Rua Arno Hoeschel, 76  
88015-620 – Florianópolis – SC  
TEL: 0482-220.511/ FAX: 0482-227.230  
Altenex: cptsc

## CPT – SÃO PAULO

Rua Ministro de Godoy, 1484 – Perdizes  
05015-001 SÃO PAULO-SP  
tel: 011-864.1318

# COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

É um serviço cristão à causa dos camponeses e trabalhadores rurais do Brasil. A realidade e os anseios dos mesmos definem a missão e as tarefas da CPT.

A CPT colabora diretamente com as iniciativas das Igrejas cristãs — de modo especial a Igreja Católica e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Sendo reconhecida e apoiada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, atua em conjunto com muitas dioceses, paróquias e comunidades eclesiais de base. Assessora sindicatos, associações de produtores, movimentos sociais e outras iniciativas populares.

Enquanto comissão de serviço, anima outras entidades a assumir a caminhada do campo, prestando-lhes assessoria pastoral, teológica, metodológica, jurídica, política, sindical e sociológica. O ponto de partida de nossa ação é a experiência dos camponeses e trabalhadores rurais, sua cultura, sua fé e sua capacidade de assumir a própria história.

A CPT procura unir o conhecimento popular e a análise científica da realidade. Mantém um Banco de Dados sobre os conflitos que ocorrem no campo. Recorre a especialistas para atualizar a sua análise. Informa permanentemente a sociedade brasileira e o exterior sobre a situação do campo. Fortalece a solidariedade nacional e internacional na busca de justiça e fraternidade.

A CPT atua em todo o Brasil por meio de seus 20 Regionais, equipes diocesanas e locais. Atua por meio de equipes liberadas e pessoas voluntárias.

A CPT acompanha os homens e mulheres do campo de variadas formas: ajuda em sua organização; colabora em sua formação; denuncia, com eles, a violência e a injustiça; assessora juridicamente; celebra, na fé, suas iniciativas, vitórias e fracassos.

Na Amazônia, apóia iniciativas dos Povos da Floresta (seringueiros, lavradores, ribeirinhos) e defende os direitos de posseiros e dos colonos vindos do sul, na busca da sobrevivência diante dos grandes projetos e ao descaso do governo. No Nordeste, acompanha as vítimas da seca e da violenta concentração da terra e da água. No Sul e Centro, acompanha os pequenos agricultores e os excluídos da terra. Onde a modernização produz o assalariado ou a escravidão, a CPT procura estar presente. Mesmo em condições angustiantes, sob a ameaça da violência e da morte, os membros da CPT muitas vezes arriscam a vida, confortando, denunciando, organizando, na busca de um processo de libertação.

Para mais informações, procure a CPT de seu Estado ou escreva para:

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Rua 19, N° 35, Centro

Caixa Postal 749

74001-970 — Goiânia — GO — Brasil

Fone: (062) 224 4436

FAX: (062) 225-4967

Email: [cptnac@ax.apc.org](mailto:cptnac@ax.apc.org)

Alternex: cptnac

# COMISSÃO PASTORAL DA TERRA A FALA DA TERRA

*Carrego muitos nomes. Como cruzes.  
Sapé, Xapuri, Xinguara, Imperatriz, Marabá  
Santa Luzia, Carmo do Rio Verde, Cabo Frio,  
Santa Maria da Vitória, Uruaçu, São Francisco,  
Ronda Alta, Bagé,  
Rio Maria.*

*A morte não golpeia às cegas.  
A morte organiza sua colheita.  
Quantos anos os trabalhadores do campo levarão  
para gerar outros Chico Mendes, Margarida Alves,  
Elói Ferreira, Nativo da Natividade,  
Sebastião Lan, Marçal Tupã-Y, Rose,  
Raimundo Ferreira Lima, Belchior,  
o pai João Canuto, os filhos Paulo e José Canuto?  
Quantos anos as mães aflitas do povo levarão  
pra gerar e amamentar no leite de todas as lutas  
outro Expedito Ribeiro?*

*A Liberdade da Terra não é assunto de lavradores.  
A Liberdade da Terra é assunto de todos quantos  
se alimentam dos frutos da Terra.  
Do que vive, sobrevive de salário.  
Do que não tem casa. Do que só tem o viaduto.  
Do que é impedido de ir à escola.  
Das meninas e meninos de rua.  
Das prostitutas. Dos ameaçados pelo cólera.  
Dos que amargam o desemprego.  
Dos que recusam a morte do sonho.*

*A Liberdade da Terra e a paz no campo têm nome:  
Reforma Agrária.  
Hoje viemos cantar no coração da cidade.  
Para que ela ouça nossas canções e cante.  
E reacenda nesta noite a estrela de cada um.  
E ensine aos organizadores da morte.  
E ensine aos assalariados da morte  
que um povo não se mata  
como não se mata o mar  
o sonho não se mata  
como não se mata o mar  
a alegria não se mata  
como não se mata o mar  
a esperança não se mata  
como não se mata o mar  
e sua dança.*

Texto: Pedro Tierra

Lido por Chico Buarque no ato de solidariedade às vítimas da violência no campo. – Rio, abril/92

## A FALA DA TERRA

Carrego muitos nomes. Como cruzeis.  
Sapé, Xapuri, Xinguara, Imperatriz, Marabá  
Santa Luzia, Carmo do Rio Verde, Cabo Frio,  
Santa Maria da Vitória, Uruaçu, São Francisco,  
Ronda Alta, Bagé,  
Rio Maria.

A morte não golpeia às cegas.

A morte organiza sua colheita.

Quantos anos os trabalhadores do campo levarão  
para gerar outros Chico Mendes, Margarida Alves,  
Elói Ferreira, Nativo da Natividade,  
Sebastião Lan, Marçal tupã-Y, Rose,  
Raimundo Ferreira Lima, Belchior,  
o pai João Canuto, os filhos Paulo e José Canuto ?  
Quantos anos as mães aflitas do povo levarão  
pra gerar e amamentar no leite de todas as lutas  
outro Expedito Ribeiro ?

A Liberdade da Terra não é assunto de lavradores.  
A Liberdade da Terra é assunto de todos quantos  
se alimentam dos frutos da Terra.  
Do que vive, sobrevive de salário.  
Do que não tem casa. Do que só tem o viaduto.  
Do que é impedido de ir à escola  
Das meninas e meninos de rua.  
Das prostitutas. Dos ameaçados pelo Coléra.  
Dos que amargam o desemprego.  
Dos que recusam a morte do sonho.

A Liberdade da Terra e a paz no campo têm nome:  
Reforma Agrária.

Hoje viemos cantar no coração da cidade.  
Para que ela ouça nossas canções e cante.  
E reacenda nesta noite a estrela de cada um.  
E ensine aos organizadores da morte  
E ensine aos assalariados da morte  
que um povo não se mata  
como não se mata o mar  
o sonho não se mata  
como não se mata o mar  
a alegria não se mata  
como não se mata o mar  
a esperança não se mata  
como não se mata o mar  
e sua dança

Texto: pedro tierra

Lido por Chico Buarque no ato de solidariedade às vítimas da violência no campo.

Rio, abril/92